



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Seção II

ANO XXXVII — Nº 055

QUINTA-FEIRA, 6 DE MAIO DE 1982

BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 54ª SESSÃO, EM 5 DE MAIO DE 1982

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Comunicação da Liderança do PMDB no Senado

— Referente a substituição de membro em Comissão Permanente da Casa.

1.2.2 — Comunicação da Liderança do PDS na Câmara

— Referente a substituição de membro em Comissão Mista do Congresso Nacional.

1.2.3 — Discursos do Expediente

SENADOR HENRIQUE SANTILLO — Análise do conflito Argentina—Inglaterra pela posse das Ilhas Malvinas.

SENADOR GASTÃO MÜLLER — Transcurso de mais um aniversário de nascimento do Marechal Rondon.

SENADOR FRANCO MONTORO — Representação recebida sobre a ameaça de demissão em massa de trabalhadores da Companhia Siderúrgica Paulista.

1.2.4 — Comunicação da Presidência

Presença na tribuna de honra, em visita ao Senado, de Delegação de Parlamentares da República Democrática da Alemanha.

1.2.5 — Pronunciamentos de saudação à Delegação Alemã

— Senador Gabriel Hermes, em nome do PDS.

— Senadora Laélia de Alcântara, pelo PMDB

1.3 — ORDEM DO DIA

— Projeto de Resolução nº 4, de 1981, que autoriza a Prefeitura Municipal de Potirendaba (SP) a elevar em Cr\$ 6.017.802,61 (seis milhões, dezessete mil, oitocentos e dois cruzeiros e sessenta e um centavos) o montante de sua dívida consolidada. **Apreciação adiada** por falta de *quorum* para o prosseguimento da sessão.

— Projeto de Resolução nº 5, de 1981, que autoriza a Prefeitura Municipal de Alterosa (MG) a elevar em Cr\$ 31.756.725,00 (trinta e um milhões, setecentos e cinquenta e seis mil, setecentos e vinte e cinco cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada. **Apreciação adiada** por falta de *quorum* para o prosseguimento da sessão.

— Projeto de Resolução nº 6, de 1981, que autoriza a Prefeitura Municipal de Bernadino de Campos (SP) a elevar em Cr\$ 2.718.448,24 (dois milhões, setecentos e dezoito mil, quatrocentos e quarenta e oito cruzeiros e vinte e quatro centavos), o montante de sua dívida consolidada. **Apreciação adiada** por falta de *quorum* para o prosseguimento da sessão.

— Projeto de Resolução nº 18/81, que autoriza a Prefeitura Municipal de Senhora de Oliveira (MG) a elevar em Cr\$ 21.171.150,00 (vinte e

um milhões cento e setenta e um mil, cento e cinquenta cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada. **Apreciação adiada** por falta de *quorum* para o prosseguimento da sessão.

— Projeto de Lei do Senado nº 13/79, de autoria do Senador Mauro Benevides, que dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial para o comerciante, na forma que especifica. **Apreciação adiada** por falta de *quorum* para o prosseguimento da sessão.

— Projeto de Lei do Senado nº 329/80, de autoria do Senador Cunha Lima, que modifica dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho, para o fim de determinar que o pagamento por horas extras habituais também integre a remuneração. **Apreciação adiada** por falta de *quorum* para o prosseguimento da sessão.

— Projeto de Lei do Senado nº 164/81, de autoria do Senador Luiz Viana, que declara o Marechal-do-Ar Eduardo Gomes patrono da Força Aérea Brasileira. **Apreciação adiada** por falta de *quorum* para o prosseguimento da sessão.

— Projeto de Lei do Senado nº 352/78, de autoria do Senador Accioly Filho, que dispõe sobre a ação de alimentos. **Apreciação adiada** por falta de *quorum* para o prosseguimento da sessão.

— Projeto de Lei do Senado nº 255/80, de autoria do Senador Nelson Carneiro, que acrescenta dispositivo à Lei nº 5.480, de 10 de agosto de 1968, disciplinando o pagamento do 13º salário devido aos trabalhadores avulsos. **Apreciação adiada** por falta de *quorum* para o prosseguimento da sessão.

— Projeto de Lei do Senado nº 362/79, de autoria do Senador Humberto Lucena, que altera dispositivo da Lei nº 6.718, de 12 de novembro de 1979. **Apreciação adiada** por falta de *quorum* para o prosseguimento da sessão.

— Projeto de Resolução nº 40/81, que autoriza a Prefeitura Municipal de Betim (MG) a elevar em Cr\$ 5.700.000,00 (cinco milhões e setecentos mil cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada. **Apreciação adiada** por falta de *quorum* para o prosseguimento da sessão.

— Projeto de Resolução nº 123/81, que autoriza a Prefeitura Municipal de Campo Florido (MG) a elevar em Cr\$ 21.171.150,00 (vinte e um milhões, cento e setenta e um mil, cento e cinquenta cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada. **Apreciação adiada** por falta de *quorum* para o prosseguimento da sessão.

— Projeto de Resolução nº 130/81, que autoriza a Prefeitura Municipal de Dracena (SP) a elevar em Cr\$ 15.457.279,03 (quinze milhões, quatrocentos e cinquenta e sete mil, duzentos e setenta e nove cruzeiros e três centavos), o montante de sua dívida consolidada. **Apreciação adiada** por falta de *quorum* para o prosseguimento da sessão.

— Projeto de Resolução nº 141/81, que autoriza a Prefeitura Municipal de Altinópolis (SP) a elevar em Cr\$ 11.282.510,68 (onze milhões, duzentos e oitenta e dois mil, quinhentos e dez cruzeiros e sessenta e oito cen-

tavos), o montante de sua dívida consolidada. **Apreciação adiada** por falta de *quorum* para o prosseguimento da sessão.

— Projeto de Resolução nº 193/81, que autoriza a Prefeitura Municipal de Caputira (MG) a elevar em Cr\$ 21.171.150,00 (vinte e um milhões, cento e setenta e um mil, cento e cinquenta cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada. **Apreciação adiada** por falta de *quorum* para o prosseguimento da sessão.

— Projeto de Resolução nº 243/81, que autoriza o Governo do Estado do Rio Grande do Sul a elevar em cr\$ 2.505.952.900,00 (dois bilhões, quinhentos e cinco milhões, novecentos e cinquenta e dois mil e novecentos cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada. **Apreciação adiada** por falta de *quorum* para o prosseguimento da sessão.

— Projeto de Lei do Senado nº 309/79, do Senador Gabriel Hermes, que dispõe sobre o exercício da auditoria contábil e dá outras providências. **Apreciação adiada** por falta de *quorum* para o prosseguimento da sessão.

1.4 — COMUNICAÇÃO DA PRESIDÊNCIA

Convocação de sessão extraordinária do Senado a realizar-se hoje, às 16 horas, com a finalidade que anuncia.

1.5 — Encerramento.

2—ATA DA 55ª SESSÃO, EM 5 DE MAIO DE 1982

2.1 — ABERTURA

2.1.1 — Fala da Presidência

— Referente ao objetivo da sessão, destinada ao comparecimento do Sr. Ministro Saraiva Guerreiro, em atendimento à convocação desta Casa, a fim de prestar esclarecimentos sobre a posição do Governo em face do conflito entre a Argentina e a Inglaterra com a recente invasão das Ilhas Malvinas.

2.1.2 — Exposição feita pelo Sr. Ministro Saraiva Guerreiro

2.1.3 — Interpelações dos Srs. Senadores feitas ao Sr. Ministro e respondidas de S. Exª às interpelações formuladas.

2.2 — ENCERRAMENTO

3 — DISCURSOS PRONUNCIADOS EM SESSÕES ANTERIORES

— Do Sr. Senador Evandro Carreira, proferido na sessão de 28-4-82.

— Do Sr. Senador Paulo Brossard, proferido na sessão de 29-4-82.

4 — MESA DIRETORA

5 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS POLÍTICOS

6 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 54ª SESSÃO, EM 5 DE MAIO DE 1982

4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 46ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SR. JARBAS PASSARINHO

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Laélia de Alcântara — Evandro Carreira — Raimundo Parente — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Jarbas Passarinho — Alexandre Costa — Bernardino Viana — Helvídio Nunes — Almir Pinto — José Lins — Agenor Maria — Dinarte Mariz — Martins Filho — Humberto Lucena — Aderbal Jurema — Nilo Coelho — João Lúcio — Teotônio Vilela — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Luiz Viana — Dirceu Cardoso — João Calmon — Moacyr Dalla — Amaral Peixoto — Hugo Ramos — Franco Montoro — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Gastão Müller.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — A lista de presença acusa o comparecimento de 31 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sobre a mesa, comunicação que vai ser lida pelo Sr. 1º-Secretário.

É lida a seguinte

Em 5 de maio de 1982

Senhor Presidente:

Na forma do disposto no artigo 86 do Regimento Interno do Senado Federal, tenho a honra de submeter a Vossa Excelência o nome do Senhor Senador Tancredo Neves para integrar, em substituição ao Senhor Senador Marcos Freire, a Comissão de Economia, na qualidade de Suplente.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência meus protestos de elevada estima e distinta consideração. — *Humberto Lucena*, Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Será feita a substituição solicitada. (*Pausa.*)

Sobre a mesa, outra comunicação que vai ser lida pelo Sr. 1º-Secretário.

É lida a seguinte

Ofício nº 128/82

Brasília 5 de maio de 1982.

Senhor Presidente:

Nos termos do § 1º do art. 10 do Regimento Comum, tenho a honra de comunicar a V. Exª, para os devidos fins, que esta Liderança deliberou substituir o nome do Senhor Deputado Jairo Magalhães, pelo do Senhor Deputado Paulo Guerra, na Comissão Mista incumbida do estudo e parecer sobre as Propostas de Emenda à Constituição nºs. 05, 06 e 07/82, que "alteram o artigo 39 da Constituição Federal, elevando para 500 o número de Deputados Federais".

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Exª os meus protestos de alta estima e distinta consideração. — *Cantídio Sampaio*, Líder do PDS.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Será feita a substituição solicitada. (*Pausa.*)

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Henrique Santillo.

O SR. HENRIQUE SANTILLO (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Depois da nota oficial do PMDB sobre a crise das Malvinas difundiu-se, no seio da opinião pública brasileira, a impressão generalizada de que o Governo do país irmão, assoberbado por uma crise econômica, política e social próxima do impasse, teria fabricado um inimigo externo para, sob a palavra de ordem da "pátria em perigo", unificar sua população em torno do arbítrio.

A hipótese, embora verdadeira, não é suficiente para exaurir os motivos de uma crise de tais proporções, que desagrega o sistema político interamericano e coloca em risco a paz mundial. Uma ação político-militar de tal envergadura não pode ter simplesmente por base o capricho ou o voluntarismo de alguns militares de direita. Isto seria ignorar um processo mais profundo de inter-relações econômicas, políticas, militares e psicossociais que cabe à inteligência nacional perquirir e compreender, principalmente porque os seus desdobramentos, como leis do desenvolvimento histórico, a médio e longo prazo, fatalmente provocarão transformações igualmente profundas na própria sociedade brasileira, como pretendemos demonstrar no curso deste pronunciamento.

Apenas para argumentar, consideremos que a fabricação de um inimigo externo já foi tentada recentemente pela Argentina, na questão no Canal de Beagle. E embora se tratasse de uma pendência com uma das mais ferozes ditaduras da América, a opinião pública argentina não se comoveu, a não ser para condenar a belicosidade de seu governo, talvez porque pressentisse tratar-se simplesmente de interesse localizado de minorias econômicas de ambos os países.

Já no caso da questão malvinense, ainda que mais tarde surgissem diferenças, a população da Argentina se comportou inicialmente em bloco, de modo pronto e maciço, como quem adivinha que, nesse caso, trata-se de uma questão mais abrangente, porque o enfrentamento se faz contra uma nação poderosa do sistema geopolítico ocidental, que tem tradições coloniais e pretensões neocoloniais, além de ser matriz ou parceira de inúmeras empre-

sas multinacionais, que submetem os países periféricos do capitalismo e asfixiam o desenvolvimento de suas classes dominantes e de suas economias.

Ao se unificarem com o governo contra um inimigo externo como a Inglaterra demonstram saber que, mais que uma simples manipulação da ditadura, esse inimigo externo existe e é, provavelmente, um dos causadores diretos dos problemas internos do país, além de igualmente responsável, pelo menos em parte, pela sustentação ou imposição dos governos ilegítimos que por ali têm passado.

Seria pois conceder injustificável onisciência ou onipotência a um estrato militar autoritário supor que bruscas e audaciosas modificações no trato das relações da administração com o povo ou da administração com a intrincada rede de interdependências estratégicas que historicamente a geraram, possam fazer-se sem o respaldo de poderosas forças ou interesses diversificados, sejam nacionais, sejam internacionais.

Nem por isto deve, entretanto, a nota do PMDB merecer censura. Em regimes como o nosso, de total hegemonia dos tecnocratas e dos grupos de pressão, que amordaçaram a classe política por 18 anos, o acesso às informações se faz de maneira gradativa e indireta, através dos jornais e das que transpiram, impossibilitando, como no caso em tela, mais correto e imediato posicionamento. Para isto conta o político apenas com o instinto especulativo e a sensibilidade para auscultar as tendências mais gerais da população.

Como em outras questões internacionais relevantes, desde o início da crise das Malvinas houve uma tentativa de manipulação da opinião pública contra o governo argentino, pela utilização do mecanismo que André Gorz (citado por Roger Garaudy em seu "Apelo aos Vivos") denominou de "eletrofascismo": um conluio das multinacionais com as agências internacionais de notícias. Essa manipulação procurava caracterizar a posição argentina como "precipitada", "selvagem", "insensata" ou mesmo ridícula. E como sói acontecer, a manipulação publicitária produziu alguns frutos: o Conselho de Segurança da ONU, em sua primeira reunião, condenou, por significativa maioria, o gesto argentino. Isto teve como corolário o apoio da CEE ao boicote econômico à Argentina, solicitado pela Inglaterra. A ação militar argentina foi ridicularizada como um disparate de vida muito curta e foi nesse contexto que veio à luz a nota do PMDB.

À medida em que o tempo passava, porém, novos ingredientes começaram a ser somados e considerados. A população brasileira, apesar da nota da Oposição e das atitudes discretas do governo — que protestava neutralidade — começou a ser polarizada em torno da audácia da posição argentina, talvez também unificada por um sentimento de simpatia em que estivesse presente a intuição de que o antiimperialismo subjacente à posição argentina fosse uma reivindicação também dos brasileiros.

A isto se juntou, como todos sabemos, o posicionamento solidário da maioria dos países latino-americanos, assim como de outros países do Terceiro Mundo e até mesmo do Mundo Socialista. Em tal contexto, o complicador mais surpreendente foi, sem dúvida, o reencontro das posições de apoio da China e da União Soviética, ambas de solidariedade à atitude do governo argentino.

A "insensatez" ou "precipitação" do governo argentino na questão das Malvinas seria melhor entendida se procurássemos analisar o contexto maior em que surgem e se desenvolvem as ditaduras modernas, assim como se examinarmos o desfecho que podem ter os seus programas.

Nós, das Oposições, que no Brasil também lutamos contra a excepcionalidade, temos de compreender a gênese, o desenvolvimento e as perspectivas do autoritarismo, ainda que através da visão catastrófica da perspectiva imediata de suas co-irmãs latino-americanas, no espetáculo trágico que hoje se descortina aos nossos olhos, através da crise das Malvinas. Em verdade, a audácia para propor um modelo alternativo de desenvolvimento para os Estados da Federação brasileira a serem conquistados nas próximas eleições não poderão surgir da insegurança de análises que confirmam à excepcionalidade uma onipotência injustificável, que o arbítrio já não possui, a não ser em seus aspectos formais, expressos em casuísmos de última hora, porque, como pretendemos demonstrar, a perspectiva malvinense, no que possui de catastrófico e no que possui de positivo, é o espelho em que o autoritarismo brasileiro em breve também terá de se mirar.

Qualquer que seja a forma que venha a tomar, no espaço e no tempo, uma ditadura é sempre produto de um pacto entre o setor mais atrasado da economia e seus estratos sociais representados nas classes armadas, sejam federais, sejam das próprias polícias militares. O fato de serem atrasadas não lhes tira, eventualmente, de um atraso nas técnicas de produção e, por decorrência, de um atraso nas relações sociais que emanam de tais sistemas produ-

tivos, quando comparados com o estado da ciência e da técnica em países ou regiões mais adiantados.

Por isto mesmo toda ditadura é uma contra-revolução, uma resistência das classes dominantes a transformações sociais necessárias, quando a sociedade exige um esforço de modernização ou de redistribuição de riquezas que emergem do aumento da produtividade social.

Ocorre que uma ditadura se implanta no momento mesmo em que uma sociedade começa a se diferenciar e modernizar, o que faz com que uma força inicialmente voltada para a defesa dos privilégios de um determinado estrato social acabe por se colocar a serviço de outras forças ou a ser por elas substituída.

No exemplo brasileiro, como todos sabemos, o golpe de Estado se deveu à resistência às reformas de base, especialmente à reforma agrária, exigida pela modernização reflexa do País. Mas acabou por se apoiar no imperialismo americano, na Igreja e na pequeno-burguesia urbana. As modernas ditaduras latino-americanas não têm fugido a essa regra. Vieram para manter privilégios das oligarquias rurais, ligadas à exportação de matérias-primas e importação de manufaturados. Pela complementação de objetivos, apoiavam-se indiretamente nos desejos de expansão mercantil do capitalismo estrangeiro e no setor financeiro interno, no qual investiam seus fabulosos lucros. Eis por que o modelo de 64, embora ostensivamente apoiado nas oligarquias rurais, atrasadas por definição, tornou-se, em curto prazo, o sustentáculo dos concentradores da renda (que inflaram o sistema bancário), o garantidor do modelo exportacionista (que liquidou com o mercado interno) e o baldeador das empresas transnacionais (que sufocaram a iniciativa particular industrial do País).

Os resultados de tal política todos conhecemos: endividamento externo crescente, inflação galopante, industrialização predatória e perdulária, desligada da participação e dos interesses da comunidade, urbanização demente, com abandono da agricultura, centralização política e econômica, altamente repressiva e, sobretudo, corrupção generalizada e impenitente.

A interpenetração dos interesses alienígenas com os recursos materiais e humanos da sociedade (brasileira ou argentina) porém não demoraram a se fazer sentir. Os estratos industriais rigorosamente nacionais, desenvolvidos à sombra das empresas estatais criadas em etapa anterior do desenvolvimento nacional viram-se sob a ameaça de desnacionalização. Os interesses das multinacionais, ansiosos por se apropriarem da mão-de-obra barata e da legislação protecionista, criaram um poderoso proletariado no Centro-sul do País, que começou a pesar nas decisões nacionais, seja pressionando por salários, seja pela demanda de serviços assistenciais e sociais, como saúde, educação, transporte e residências. Ao mesmo tempo, a formação de mão-de-obra especializada para o gerenciamento das novas forças econômicas que pegaram a carona do golpe de 64 criou uma camada de técnicos de nível médio e superior — a tecnoburocracia, a intelectualidade e o estudantado — que aprofundaram, ao longo do tempo, a discussão da problemática nacional.

Assim, pois, como uma imposição do processo dialético, que não permite a cristalização das sociedades num mundo bipolarizado na disputa do aperfeiçoamento da ciência e da técnica, o pacto formado entre o latifúndio e as classes armadas acabou se transformando num pacto mais amplo com imperialismo e o setor financeiro, o que acabou por destruir a hegemonia do setor latifundiário, autor inicial do golpe de Estado, e por jogar o conjunto da sociedade numa trama de interesses contraditórios cuja radicalização vai levando o País rapidamente para o impasse institucional, político, militar, econômico e social.

Essa diferenciação criou uma contradição insolúvel entre a cidade e o campo, a nação e o imperialismo, o proletariado e a burguesia, o povo e o Estado, ao mesmo tempo em que fez contracenar, no mesmo âmbito, setores liberais adventícios (formado por empresários nacionais urbanos), setores nacionalistas (formados por militares das três armas), setores vindicantes (formados pelo novo proletariado) e setores revolucionários (formados por intelectuais e estudantes). Eis aí porque nenhuma ditadura é homogênea e porque nenhuma ditadura pode acariciar a esperança de dominar uma sociedade por tempo indeterminado. E se as ditaduras latino-americanas têm durado mais de uma década, isto se explica, em parte, pelos apoios internacionais dos governos capitalistas desenvolvidos, que perderam qualquer prurido ético quanto à sustentação de governos violentos em sua periferia e, em parte, pela acomodação interna de suas novas forças hegemônicas, que se sucedem através de golpes brancos, sem mudar a fachada do regime. É isto o que explica a sucessão de golpes dentro das diversas ditaduras latino-americanas, que no governo argentino se expressaram, ainda agora, na fabricação de um enfarte para o Presidente Viola como pretexto para sua substituição por Galtieri. É

que no enfarte de Viola já estavam as condições de pressão para o rompimento argentino com o imperialismo, pela hegemonia de novas forças sociais dentro da ditadura. Aos olhos do observador apressado ou superficial passam em branco as profundas mudanças de orientação dentro das diversas ditaduras. Uma política de subsídios à exportação de produtos primários significa, quase sempre, a hegemonia do setor latifundiário-exportador, unido às multinacionais, enquanto que políticas de maxidesvalorização das moedas nacionais significam aumentos de agressividade dos setores industriais nativos, que precisam se proteger da competição industrial importada. A estas últimas, diga-se de passagem, corresponde sempre uma tentativa de liberalização do regime, já que os setores industriais rigorosamente nacionais, por pertencerem a estratos mais modernos da sociedade são, também, não apenas mais esclarecidos, mas ainda necessitados do apoio de outros setores populares para a implementação de seu projeto de poder.

Do que temos exposto, é preciso convir que o desenvolvimento da ditadura argentina, respeitadas as diferenças de tempo e lugar, é bem semelhante ao desenvolvimento da ditadura brasileira. Nas origens, nas diferenciações através do tempo e nas perspectivas para o futuro ambas estão diante de um impasse que é produto do modelo de desenvolvimento econômico selecionado por suas elites dirigentes sob a orientação dos interesses multinacionais. Desse impasse não poderão sair, a não ser pelo rompimento com as forças hegemônicas externas (multinacionais) que exaurem a produtividade do país, com a concomitante transformação das forças internas que lhes deram base (reforma agrária, nacionalização do setor financeiro e estatização dos setores básicos, a fim de possibilitar a planificação conjunta da economia de acordo com os interesses da população). Desvios dessa trajetória apenas criam mais diferenciações e desigualdades no acesso aos bens da cultura, com marginalização e competição crescente entre os diversos estratos da sociedade ou procrastinam as soluções com a permanência dos impasses.

O Brasil teve tempo, felizmente, assim como bom senso, para dar ao povo uma esperança, ainda que remota, de participação nos destinos da Nação, através de eleições diretas. Não rompeu com as multinacionais nem com o latifúndio, assim como não rompeu com os privilégios do setor financeiro. Nesse caso, dizemos que conseguiu ampliar prazos para a solução de seus impasses, mas ainda não os solucionou.

Já no que tange à Argentina, mais que um problema de desvio de tensões sociais e de tentativa de unificação popular em torno do governo, a crise das Malvinas é um pretexto da ditadura argentina para romper seu pacto colonial com o imperialismo baseando-se, para isto, na correlação mundial de forças que já não permite mais a reação monolítica dos países capitalistas desenvolvidos. Essa correlação mundial de forças tem suas bases tanto na diversificação da política mundial a partir do surgimento dos países socialistas, assim como também na diferenciação interna das forças sociais dos países subdesenvolvidos.

Assim como no Brasil, há setores interessados em se aproveitarem da crise das Malvinas para substituir a Argentina no Comércio europeu de alimentos ou setores interessados em substituir a Inglaterra no fornecimento de armas à Argentina ou, ainda, interessados em prestar serviços a ambos os países, em decorrência da guerra, assim também existem na Argentina setores econômicos que querem ampliar seus negócios com o mundo socialista, tanto para vender manufaturados leves, fornecer alimentos e matérias-primas, quanto para adquirir tecnologia diferenciada ou mesmo investimentos favorecidos.

Esses setores diversificados se unem aos demais grupos prejudicados pelo modelo econômico de submissão às multinacionais e aos centros financeiros polarizados no exterior e fazem pressões no sentido do rompimento dos laços de dependência com as nações desenvolvidas do Ocidente. É isto que explica a perda de identidade metafísica dos países dependentes do Ocidente. É isto que explica, pois, por que um regime preparado para ser força de intervenção anticomunista nas Américas, como é o caso do regime da Argentina, torna-se, repentinamente, um instrumento antiimperialista, que cria problemas sérios à retaguarda do Ocidente e obtém, por via desse novo papel, a pronta solidariedade de seu povo. Vista sob este aspecto, a tomada de posição da Argentina perde grande parte de seu mistério e nada tem de casual, de insensato ou de precipitado, porque se deveu ao determinismo de leis históricas que, a não se manifestarem nessa direção, tomariam outras direções igualmente inquinaáveis de insensatas ou selvagens.

Precipitada, sim, já parece agora a ação dos que, não compreendendo a nova correlação mundial de forças, correram a alinhar-se segundo interesses mercantis imediatos ou se deixaram arrastar por convicções emocionais, meras simpatias ou simples preconceitos.

Tendo compreendido a "insensatez" da posição Argentina, tentemos também compreender a insensatez maior da Inglaterra e, mais ainda, a insensatez dos Estados Unidos, que não tiveram qualquer escrúpulo em se colocar ostensivamente do lado inglês, defraudando seus parceiros pan-americanos, suas tradições e responsabilidades relacionadas com a doutrina de Monroe e, sobretudo, sua obrigação de neutralidade na questão em que se auto-elegeram juízes.

Segundo especulação do comentarista Newton Carlos, "os Estados Unidos apoiariam as reivindicações de soberania da Argentina sobre as Malvinas em troca da cessão à Marinha norte-americana de uma base no Atlântico Sul" (*Folha de S. Paulo*, 4-5-82, pág. 10). No mesmo artigo, também se encontram considerações relacionadas com a geopolítica norte-americana, entre as quais a principal é formar uma cabeça-de-ponte para o aproveitamento das riquezas da Antártida. Especulando com um artigo do "The Economist", Joelmir Beting levanta a hipótese da existência do petróleo e reforça a hipótese da cobiça do Ocidente sobre a Antártida.

Os motivos permanecem obscuros, mas devem ter transcendência maior que o investimento sobre num longínquo futuro, especialmente se considerarmos seu elevado custo e o desgaste para as duas superpotências, quando ainda existem questões mais imediatas, como a da necessária assepsia anticomunista do Caribe, a exigir maior atenção, investimento e, sobretudo, sensatez. Restaria pois supor que o imperialismo anglo-americano teria interesses estratégicos na Região, para eventual desforço contra os países socialistas, já que a guerra total parece ser a perspectiva que já vai-se conformando para a solução de seus próprios impasses políticos, econômicos e sociais. Dentro disto não deve desprezar-se também a possibilidade que longe de perder os anéis para não entregar os dedos, o imperialismo esteja testando sua credibilidade e busca de apoio moral em áreas diversificadas do Globo, longe da Europa, onde o temor de uma guerra atômica desagrega o monolitismo de seus aliados. Esta hipótese também se revelou insensata, não apenas, porque trouxe a desagregação de seu monolitismo à sua retaguarda, pela implementação dos mesmos temores, mas também porque atraiu a União Soviética e seus aliados para o mesmo teste, o que já começa a se revelar igualmente desalentador para seus projetos.

A primeira reação do governo brasileiro diante da crise das Malvinas foi a de guardar equidistância de ambos os contendores, esperando que a tensão entre os dois países viesse a beneficiá-lo com a ampliação de mercados ou com a garantia de que não chegaria ao mesmo impasse. Para fazê-lo, não temos qualquer dúvida, teve que silenciar dissidências internas, possivelmente também militares, que não podem concordar com o fato de que assuntos ligados à segurança do continente não tenham a participação privilegiada do Brasil, maior e mais desenvolvido país da área, que vê suas águas territoriais e seu espaço aéreo permanentemente ameaçado de desrespeito pelos mais diversificados países e interesses.

Num mundo dividido por interesses tão antagônicos é uma ingenuidade supor que possamos impunemente tirar proveito permanente das querelas alheias. Ainda no dia 24 de abril essa ingenuidade foi estampada no *Jornal de Brasília*, tanto por um representante do setor industrial, quanto por um representante do setor estatal de fabricação de armamentos. O empresário Olavo Guimarães, da Transportadora Transpeca S.A., que desejava substituir transportadores argentinos na exportação de produtos argentinos por Paranaguá declarou, antes do início das hostilidades: "Deus ajude que aconteça uns tiros por lá, porque isso só vai ajudar às empresas brasileiras". Na mesma notícia, relacionadas com informações da IMBEL, da ENGESA e da EMBRAER, as notícias diziam que "a capacidade da indústria bélica brasileira foi considerada em condições de atender a encomendas do governo argentino", enquanto que "a EMBRAER tem condições de recolocar o avião Xavante na sua linha de produção, caso as Forças Armadas Argentinas se interessem pela aeronave, que serve para treinamento e combate". Donde se deduz que da parte dos tecnocratas da indústria bélica há esperanças de que a guerra das Malvinas seja prolongada e que venha a privilegiar interesses brasileiros menores, como se o restante do mundo não existisse nem desenvolvesse interesses mercantis assemelhados, ou que isto possa fazer-se sem que compromissos geopolíticos mais profundos venham a ser estabelecidos e honrados. Como temos visto das análises anteriores, tal atitude pode consistir em jogar pedras no telhado alheio, sem cuidar que também temos telhado de vidro.

Não é possível fazer previsões sobre o resultado próximo ou distante da crise malvinense. Isto seria assunto para ulterior intervenção. Não podemos ignorar porém que a posição do Brasil, favorável à soberania argentina sobre as ilhas, se tomada com desassombro, como já feito por outros países do con-

tinente, terá peso específico em favor de mais rápida solução pacífica do conflito.

Sem perdermos de vista o fato de que é o modelo brasileiro de desenvolvimento que também se julga na crise das Malvinas, compete às oposições brasileiras apoiar os esforços de nossa diplomacia quando tenta se manter fiel à teoria do "pragmatismo responsável", que é o contrário do alinhamento automático, segundo a política de blocos. Igualmente de apoio oposicionista deve ser a solidariedade do Brasil aos princípios do pan-americanismo e da latinidade. Solicitamos também o apoio de nossos pares à desassomburada condenação da belicosidade inglesa, na abertura das hostilidades e, sobretudo, ao reparo que fazem diversas autoridades ao alinhamento ostensivo dos Estados Unidos com a Inglaterra. Mas sobretudo é nosso dever ampliar a discussão da crise das Malvinas no Congresso Nacional e no seio da sociedade brasileira, que de nenhum modo pode dispensar a audiência pública de nossos militares das três armas.

A crise das Malvinas, por ser uma crise do sistema ocidental, isto é, uma crise interna do capitalismo, seja na sua forma imperialista, seja na sua forma ditatorial, em país periférico e dependente, transforma de modo profundo as relações e a realidade latino-americanas e ocidentais. Depois dela nem a Argentina nem a Inglaterra, nem os Estados Unidos serão os mesmos. Também intocado não conseguirá ficar o Brasil, não apenas porque serão testados seus compromissos internacionais, mas especialmente seu modelo de desenvolvimento, igualmente calcado na mesma dependência, endereçado ao mesmo impasse e destinado ao mesmo rompimento.

Era o que tinha a dizer. (*Muito bem! Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Concedo a palavra ao nobre Senador Gastão Müller.

O SR. GASTÃO MÜLLER (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Hoje, Sr. Presidente, Srs. Senadores, assinala-se o nascimento, em Mato Grosso, do grande brasileiro que é Cândido Mariano da Silva Rondon — o grande Marechal Rondon, Patrono das Comunicações deste imenso Brasil que ele procurou integrar através do telégrafo, bem como o símbolo da paz, ao lutar, energicamente, pela não violência dos chamados civilizados, contra os índios, os antigos proprietários de terra brasileira.

Dia 5 de maio, portanto, Sr. Presidente, Srs. Senadores, para nós mato-grossenses, tem um significado muito especial, diante do fato acima assinalado.

Filho de Mimoso, Distrito do hoje Município de Santo Antonio do Leverger, Rondon, preparou-se, inicialmente, para a vida pública em Cuiabá. Depois ingressou no Exército Brasileiro, conquistando o oficialato e chegando pelos seus méritos a General e posteriormente por determinação legal ao posto de Marechal.

Como representante de Mato Grosso, cabe-me, nesta rápida alocução, deixar gravado nos Anais desta Casa do Congresso Nacional, mais um aniversário de nascimento de um dos mais notáveis brasileiros, o Marechal Rondon.

Era o que tinha a dizer. (*Muito bem!*)

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Concedo a palavra ao nobre Senador Franco Montoro.

O SR. FRANCO MONTORO (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Acabo de receber do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de Santos, São Vicente, Cubatão e Guarujá fundamentada representação sobre a ameaça de uma demissão em massa na Companhia Siderúrgica Paulista-COSIPA.

A COSIPA é a maior empresa industrial da Baixada Santista e emprega atualmente cerca de 15.600 pessoas. Ela é também uma das três maiores siderúrgicas brasileiras e desempenha um papel fundamental na economia do Estado de São Paulo: maior contribuinte de ICM do Estado e maior consumidor de energia elétrica da CESP. Para a Baixada Santista, em particular, a COSIPA representa um papel de enorme importância: considerando o volume de empregos diretos e indiretos, mais os dependentes, mais de 100.000 pessoas dependem da produção de aço na Piaçaguera.

Nos últimos cinco anos, a Empresa passou por enormes transformações e modernizações que a colocaram entre as melhores siderúrgicas do mundo. Isso significou a obtenção de excepcionais índices de produção, qualidade do aço e competitividade nos mais difíceis mercados:

a) projetada inicialmente para produzir 500 mil toneladas anuais de aço líquido (1958), a Empresa teve esta capacidade aumentada para 1 milhão de

toneladas em 1966 e 2,3 milhões de toneladas em 1978. Desde 1979, a Empresa trabalha acima de sua capacidade instalada, chegando a atingir 3 milhões de toneladas em 1980; e

b) em 1979, o aumento da qualidade de seus produtos permitiu o início de um vigoroso programa de exportações que, em 1982, significará a venda de aproximadamente 500 mil toneladas de aço para dezenas de países, competindo com os principais fabricantes mundiais.

Estes e outros excelentes indicadores foram conquistados, em primeiro lugar, graças ao esforço e abnegação de seu pessoal, cujo número manteve-se basicamente o mesmo nas fases decisivas de sua arrancada. A própria Administração da Empresa reconhece, com insistente frequência, o papel desempenhado pelo pessoal na obtenção de tais índices de desempenho.

Agora, entretanto, sem aviso, esclarecimento, participação ou discussão, os trabalhadores e seus sindicatos são surpreendidos com insistentes rumores acerca de uma demissão em massa, dos empregados da COSIPA, com consequências extremamente danosas para toda economia nacional e regional.

O sindicato informa que a administração da empresa nega a existência de planos de demissões. Mas os empregados e seus sindicatos apresentam indícios suficientes sobre a existência de tais planos. Em todas as áreas da usina, há informações acerca da elaboração de listas de demissões. Chefes de setor receberam instruções precisas para a elaboração de tais listas e comunicaram o fato ao Sindicato. Além disso, o número de demissões mensais que sempre se manteve em torno de 20 funcionários (incluindo aí as aposentadorias e todos os demais tipos de afastamentos voluntários), atingiu a casa dos 128 apenas no mês de abril, ou seja, exatamente após os rumores de demissões.

Qual a causa dessas demissões?

A representação do Sindicato aponta como raízes do problema os seguintes fatos:

a) uma das principais causas das presentes dificuldades financeiras da COSIPA reside na política de preços praticada pelo Governo: o aço das estatais tem preços controlados pelo CIP (os insumos não) e são mantidos artificialmente baixos para beneficiar os grandes consumidores: multinacionais em sua maioria;

b) uso e abuso das empresas estatais como captadoras de recursos no mercado externo, o que as submete a normas e imposições leoninas e sobrecarrega seus encargos;

c) a contenção de gastos governamentais — especialmente investimentos — para contentar os credores externos;

d) a errada política de prioridades deste Governo, que sacrifica o setor siderúrgico em benefício de obras e realizações de valor e prioridade duvidosos;

e) a elaboração de um plano de investimentos siderúrgicos que não levou em conta as possibilidades técnicas e materiais do parque siderúrgico nacional; e

f) o Governo corta e/ou atrasa as verbas essenciais para a conclusão do Estágio III da Expansão da COSIPA. Já no ano passado, 1981, cerca de 16.000 trabalhadores das empreiteiras envolvidas nesta obra foram demitidos, por falta de verbas para tocar as obras.

Os trabalhadores contestam o argumento da retração de mercado e lembram o vertiginoso crescimento das exportações, com possibilidades ainda maiores. E afirmam que qualquer atraso nas obras do Estágio III é um crime contra o Brasil:

— Porque os custos de uma retomada serão sensivelmente elevados.

— Porque a Empresa terá que pagar pesadas multas com a reformulação de contratos já assinados.

— Porque a COSIPA continuará pagando pesados juros e encargos financeiros pelas dívidas já contraídas, que levarão mais tempo para serem amortizadas.

— Porque os caríssimos e sofisticados equipamentos já adquiridos sofrerão inevitáveis deteriorações.

— Porque os operários demitidos, siderurgistas experientes, não poderão ser recuperados em pouco tempo: um siderurgista leva anos para ser formado nos atuais padrões da COSIPA.

— Porque as decisões no setor siderúrgico não podem variar ao sabor dos acontecimentos conjunturais e necessitam de dezenas de anos para implantação.

— Porque a siderurgia é um dos setores fundamentais para reanimar a economia (um estudo realizado nos Estados Unidos, entre 44 ramos industriais, coloca a siderurgia em primeiro lugar quanto aos efeitos multiplicadores).

— Porque a economia santista e paulista sofrerão um duríssimo golpe.

Por tudo isso, os metalúrgicos de Santos e Cubatão lutam em defesa da COSIPA e da conclusão das obras do Estágio III, por ser este o interesse da Nação. Protestam contra as ameaças de demissões e reclamam um completo esclarecimento da situação real da empresa. Pedem, também, o imediato esclarecimento público dos planos da SIDERBRÁS para a siderurgia brasileira em geral, e para a COSIPA, em particular. E requerem, em defesa dos interesses nacionais, a divulgação dos entendimentos e decisões da SIDERBRÁS e da COSIPA com o Banco Mundial.

Diante desses fatos manifestamos nossa solidariedade à luta dos trabalhadores de Santos e Cubatão contra o desemprego e solicitamos ao Ministro do Trabalho e da SIDERBRÁS os esclarecimentos necessários sobre essas ameaças e sobre a realidade dos investimentos na siderurgia brasileira.

Formulamos esse requerimento em defesa da economia brasileira e da justiça social. Os metalúrgicos da Baixada Santista não podem sofrer as consequências de uma crise que não foi gerada pelos trabalhadores. (*Muito bem!*)

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Srs. Senadores, aproximam-se da tribuna de honra do Senado Federal os integrantes da Câmara do Povo da República Democrática Alemã, numa delegação chefiada pelo Vice-Presidente da Câmara do Povo, Geraldo Goetting. Fazem S. Ex^{ts} essa visita a convite do Senado Federal.

Ontem foram recebidos pelo 1º-Vice-Presidente do Senado Federal, Senador Passos Pôrto, e hoje, no meu gabinete, por mim e pelos Líderes Nilo Coelho e Humberto Lucena.

Estando presentes S. Ex^{ts} na tribuna de honra do Senado Federal, concedo a palavra, para saudá-los pelo Partido Democrático Social, ao nobre Senador Gabriel Hermes.

O SR. GABRIEL HERMES PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Concedo a palavra, para falar em nome das Oposições, à nobre Senadora Laélia de Alcântara.

A SR^a LAÉLIA DE ALCÂNTARA (Pronuncia o seguinte discurso.)

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal

Excelentíssimo Senhor Deputado Geraldo Goetting, digníssimo Primeiro-Vice-Presidente da Câmara do Povo e Vice-Presidente do Conselho de Estado da República Democrática Alemã.

Excelentíssimos Senhores Representantes da Câmara do Povo da República Democrática Alemã

Senhores Senadores

Minhas Senhoras e meus Senhores

Constitui especial honra e motivo de regozijo para o Senado brasileiro receber, neste recinto, a luzida comitiva de representantes do povo, dos vários distritos da República Democrática Alemã.

São Vossas Excelências os lídimos mandatários de ricos e populosos centros industriais e comerciais, como Berlim Oriental, Potsdam, Dresden, Halle, Leipzig, Magdeburg e de tantas outras cidades, que bem revelam o alto grau de desenvolvimento a que atingiu a Alemanha Oriental.

Vendo alçar-se ante nossos olhos a bacia da Saxônia como o coração industrial do País, que Vossas Excelências tão bem representam no parlamento, ao lado das terras planas do Saale, a maior concentração industrial do Estado, onde se destacam as famosas usinas de Leuna e Böhlen, grandes produtoras de gasolina sintética, temos nós, Senadores do Brasil, justificado orgulho e satisfação em acolher tão insígnies personalidades, representantes de tão laborioso povo.

Mas, se recebemos com honra e alegria Vossas Excelências, na qualidade de mandatários de uma Nação, cujo povo, mal terminada a Segunda Guerra Mundial, lograva transformar, radicalmente, toda a economia nacional, fazendo da Alemanha Oriental, país antes agrícola, em um dos maiores parques industriais de indústrias básicas estatizadas, nosso maior orgulho e satisfação, neste momento, consiste em receber nas pessoas de V. Ex^{ts} os dignos representantes de uma Nação que sempre soube manter, com lealdade, os estreitos laços de fraterna amizade e constante correção no cumprimento dos compromissos que têm caracterizado até hoje as relações entre o Brasil e a República Democrática Alemã.

De acordo com a política econômica posta em prática há longos anos, a Alemanha Oriental pode orgulhar-se de liderar, hoje, entre as repúblicas populares do leste, a socialização das indústrias, a ponto de, do valor de sua produção industrial, mais de 88% provir do setor socializado, contra 9,8% do setor estatizado e apenas 2,2% do setor privado.

Isto prova, Srs. Representantes do Povo e Srs. Senadores, que os instrumentos de desenvolvimento de uma nação podem provir, não apenas dos méritos de um sistema econômico, como também da eficácia dos métodos nele empregados. Neste particular, a Alemanha Oriental dá ao mundo um singular e expressivo exemplo.

Outro extraordinário feito do País que V. Ex^{ts} representam é a impressionante, diríamos mesmo milagrosa, adaptação realizada à súbita perda dos mercados do oeste, após o conflito mundial, e a conquista dos mercados do leste, a ponto de novas e portentosas áreas industriais haverem surgido, como as do Vale do Oder, hoje, um dos maiores produtores de ferro e aço em altos fornos alimentados com minério de ferro trazido de Krivoi Rog, na Ucrânia.

Atualmente, a indústria mecânica da Alemanha Oriental atingiu, graças ao esforço e à capacidade de seu povo, um nível técnico dos mais altos da Europa, proporcionando mais de 55% do valor de suas exportações.

Mercê, ainda, do altíssimo progresso que ostenta, atualmente, nos setores industrial, comercial e agrícola, e à sábia administração de sua política financeira, a República Democrática Alemã pode exibir um produto interno bruto que já soma mais de 75 bilhões e meio de dólares, do qual 60,3% vêm de suas indústrias.

Por sua vez, sua Economia assinala igual conquista através do alto poder aquisitivo de seu povo, cuja renda *per capita* soma aproximadamente, 5.000 dólares.

A par desses significativos progressos que honram e orgulham o povo e o governo da Alemanha Oriental, há que se dar o relevo devido ao alto grau de eficiência de sua administração política, de que a Câmara do Povo, a conhecida Volkessammer, é prova das mais eloquentes, alçando-se como o órgão máximo encarregado de eleger os grandes colegiados, como o Conselho de Estado, o Conselho de Ministros, o Conselho de Defesa Nacional e a Suprema Corte.

Srs. Representantes da Câmara do Povo da República Democrática Alemã,

Se dentro do sistema governamental do País de que são representantes, o Conselho de Ministros surge como o órgão por excelência incumbido da administração política, econômica, cultural e social, é a Câmara do Povo que incumbe a magna missão de elegê-lo, de acordo com as aspirações maiores da população.

Exemplo, igualmente, da maior significação nos é dado pelos sindicatos da República Democrática Alemã, aos quais cabe a segurança social, o treinamento técnico e a instrução política dos trabalhadores, além dos interesses pela execução do planejamento econômico do País.

Srs. Representantes da Câmara do Povo da Alemanha Oriental,

É com satisfação que vemos afetas a V. Ex^{ts} como membros das Comissões da Câmara do Povo, importantes missões políticas e técnicas, como integrantes das diversas correntes da organização político-partidária da República Democrática Alemã.

A visita de V. Ex^{ts} ao Senado Brasileiro reveste-se, assim, de um significado todo especial, porque representa a luta em que estão empenhados os representantes do povo dentro das assembleias legislativas em prol do bem-estar do povo e da defesa dos ideais democráticos.

São as assembleias legislativas, bem sabem V. Ex^{ts} as expressões de um poder desarmado, mas em que não pode faltar a ressonância dos anseios do povo e da consciência pública, recinto onde, como em última instância, vai encontrar este mesmo povo a força de que necessita para ver atendidas suas mais sentidas aspirações.

Ninguém pode, hoje, pôr em dúvida que são os corpos legislativos, como órgãos representativos do povo, do qual emana todo poder, a fonte mais legítima da autoridade pública.

Sem os corpos legislativos, legitimamente representados, livres, autônomos e soberanos, não é possível haver Democracia, porque só através da Democracia é que o povo encontra a forma para a livre manifestação de suas reivindicações e estas, por sua vez, só são convenientemente atendidas através de parlamentos fortes e independentes.

Como membros da Câmara do Povo, V. Ex^{ts} pertencem ao organismo supremo do Estado e "estão ligados unicamente às suas consciências e não a ordens", como admiravelmente preceitua o item III do art. 51 da Constituição do País de V. Ex^{ts}

Só os governos autoritários ainda teimam em criar óbices à função legislativa, através da usurpação ou restrição de suas tradicionais prerrogativas, ou pela imposição de entraves ao exercício de atribuições que lhes são reconhecidas em todos os países democráticos. Isto porque desconhecem aqueles governos que a função legislativa é a mais importante entre as funções de

mando, no dizer de Oliveira Torres, porquanto, compete às câmaras legislativas adotar medidas que por sua própria natureza atam e desatam as vontades dos governantes e dos governados.

Os parlamentos modernos não se limitam a exercer funções puramente legislativas; são eles, órgãos de ação fiscalizadora, com a magna tarefa de criar uma situação universal, inteiramente revolucionária: a tarefa da incorporação nacional ao corpo do Estado, para impedir o divórcio entre Nação e Estado, entre povo e governo.

Os governos autocráticos, aqueles que desconhecem qualquer forma de representação popular, acabam impraticáveis e, mais cedo ou mais tarde, a força (não o poder) volta-se contra seus detentores.

Srs. Representantes da Câmara do Povo,

O Estado, sabem-no bem Vossas Excelências, é uma realidade política. Os debates entre os órgãos do poder e a representação popular, política, também o são. Para recusarmos isto, teríamos que mudar o sentido das palavras, a terminologia corrente desde os dias de Aristóteles. Por isso, causá-nos estranheza a confusão que ainda se faz em muitos países de tipo autoritário de governo, quando tomam oposição por contestação do regime; críticas severas como confrontação.

Não se pode organizar a representação de interesses e objetivos políticos através do poder em mãos de um só ou de poucos, mas, unicamente por meio de assembleias políticas representativas das opiniões dos diversos segmentos da sociedade.

Srs. Representantes da Câmara do Povo,

Nesta atmosfera de fé e confiança nos destinos da democracia representativa, o Senado brasileiro recebe, hoje, neste recinto, V. Ex^{as} E nós, que temos a honra de integrar os quadros do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, desejamos, em nosso nome, e no desta agremiação, expressar todo o nosso regozijo pela presença, por todos os títulos honrosos de V. Ex^a em nosso meio, desejando-lhes uma feliz estada em nosso País e pleno êxito nas iniciativas e empreendimentos que deverão tomar em benefício do ativo povo da República Democrática Alemã.

Era o que tinha a dizer. (*Muito bem! Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Srs. Senadores, a Presidência suspende a sessão por cinco minutos, para que os Srs. Senadores tenham a oportunidade de cumprimentar os ilustres visitantes.

(*A sessão é suspensa às 15 horas e 28 minutos e reaberta às 15 horas e 32 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Não há número regimental para deliberação. Em consequência, as matérias da Ordem do Dia da presente sessão figurarão na Ordem do Dia da próxima sessão ordinária.

São os seguintes os itens cuja apreciação é adiada:

1

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 4, de 1981 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 12, de 1981), que autoriza a Prefeitura Municipal de Potirendaba (SP) a elevar em Cr\$ 6.017.802,61 (seis milhões, dezessete mil, oitocentos e dois cruzeiros e sessenta e um centavos) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 13 e 14, de 1981, das Comissões:

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; e
- de Municípios, favorável.

(Dependendo da votação do Requerimento nº 75, de 1982, do Senador Dirceu Cardoso, solicitando o exame da Comissão de Finanças.)

2

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 5, de 1981 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 15, de 1981), que autoriza a Prefeitura Municipal de Alterosa (MG) a elevar em Cr\$ 31.756.725,00 (trinta e um milhões, setecentos e cinquenta e seis mil, setecentos e vinte e cinco cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 16 e 17, de 1981, das Comissões:

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; e
- de Municípios, favorável.

3

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 6, de 1981 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 18, de

1981), que autoriza a Prefeitura Municipal de Bernardino de Campos (SP) a elevar em Cr\$ 2.718.448,24 (dois milhões, setecentos e dezoito mil, quatrocentos e quarenta e oito cruzeiros e vinte e quatro centavos) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 19 e 20, de 1981, das Comissões:

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; e
- de Municípios, favorável.

4

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 18, de 1981 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 66, de 1981), que autoriza a Prefeitura Municipal de Senhora de Oliveira (MG) a elevar em Cr\$ 21.171.150,00 (vinte e um milhões, cento e setenta e um mil e cento e cinquenta cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 67 e 68, de 1981, das Comissões:

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; e
- de Municípios, favorável.

5

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 13, de 1979, de autoria do Senador Mauro Benevides, que dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial para o comerciante, na forma que especifica, tendo

PARECERES, sob nºs 811 a 814, de 1981, das Comissões:

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade;
- de Legislação Social, favorável;
- de Saúde, favorável; e
- de Finanças, favorável, com voto vencido dos Senadores Bernardino Viana e José Fragelli.

6

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 329, de 1980, de autoria do Senador Cunha Lima, que modifica dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho, para o fim de determinar que o pagamento por horas extras habituais também integre a remuneração, tendo

PARECERES, sob nºs 1.063 a 1.065, de 1981, das Comissões:

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade;
- de Legislação Social, favorável; e
- de Finanças, favorável.

7

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 164, de 1981, de autoria do Senador Luiz Viana, que declara o Marechal-do-Ar Eduardo Gomes patrono da Força Aérea Brasileira, tendo

PARECERES, sob nºs 815 e 816, de 1981, das Comissões:

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade, juridicidade e, no mérito, favorável, nos termos de substitutivo que apresenta; e
- de Educação e Cultura, favorável ao substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça.

8

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 352, de 1978, de autoria do Senador Accioly Filho, que dispõe sobre a ação de alimentos, tendo

PARECERES, sob nº 1.145, de 1981, da Comissão

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade, juridicidade e, no mérito, favorável.

9

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 255, de 1980, de autoria do Senador Nelson Carneiro, que acrescenta dispositivos à Lei nº 5.480, de 10 de agosto de 1968, disciplinando o pagamento do 13º salário devido aos trabalhadores avulsos, tendo

PARECERES, sob nºs 1.197 a 1.199, de 1981, das Comissões:

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade;
- de Legislação Social, favorável; e
- de Finanças, favorável.

10

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 362, de 1979, de autoria do Senador Humberto Lucena, que altera dispositivo da Lei nº 6.718, de 12 de novembro de 1979, tendo

PARECERES FAVORÁVEIS, sob nºs 1.130 a 1.133, de 1981, das Comissões:

- de Constituição e Justiça;

- de *Legislação Social*;
- de *Serviço Público Civil*; e
- de *Finanças*.

11

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 40, de 1981 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 318, de 1981), que autoriza a Prefeitura Municipal de Betim (MG) a elevar em Cr\$ 5.700.000,00 (cinco milhões e setecentos mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 319 e 320, de 1981, das Comissões:

- de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade; e
- de *Municípios*, favorável.

(Dependendo da votação do Requerimento nº 309/81, de autoria do Senador Dirceu Cardoso, de reexame da Comissão de Constituição e Justiça.)

12

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 123, de 1981 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 784, de 1981), que autoriza a Prefeitura Municipal de Campo Florido (MG) a elevar em Cr\$ 21.171.150,00 (vinte e um milhões, cento e setenta e um mil e cento e cinquenta cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 785 e 786, de 1981, das Comissões:

- de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade; e
- de *Municípios*, favorável.

13

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 130, de 1981 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 850, de 1981), que autoriza a Prefeitura Municipal de Dracena (SP) a elevar em Cr\$ 15.457.279,03 (quinze milhões, quatrocentos e cinquenta e sete mil, duzentos e setenta e nove cruzeiros e três centavos) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 851 e 852, de 1981, das Comissões:

- de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade, com voto vencido do Senador Hugo Ramos; e
- de *Municípios*, favorável.

14

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 141, de 1981 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 883, de 1981), que autoriza a Prefeitura Municipal de Altinópolis (SP) a elevar em Cr\$ 11.282.510,68 (onze milhões, duzentos e oitenta e dois mil, quinhentos e dez cruzeiros e sessenta e oito centavos) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 884 e 885, de 1981, das Comissões:

- de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade, com voto vencido dos Senadores José Fragelli e Hugo Ramos; e
- de *Municípios*, favorável.

15

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 193, de 1981 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 1.162, de 1981), que autoriza a Prefeitura Municipal de Caputira (MG) a elevar em Cr\$ 21.171.150,00 (vinte e um milhões, cento e setenta e um mil, cento e cinquenta cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 1.163 e 1.164, de 1981, das Comissões:

- de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade, com voto vencido do Senador Hugo Ramos; e
- de *Municípios*, favorável.

16

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 243, de 1981 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 1.382, de 1981), que autoriza o Governo do Estado do Rio Grande do Sul a elevar em Cr\$ 2.505.952.900,00 (dois bilhões, quinhentos e cinco milhões, novecentos e cinquenta e dois mil e novecentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECER, sob nº 1.383, de 1981, da Comissão:

- de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade;

17

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 309, de 1979, do Senador Gabriel Hermes, que dispõe sobre o exercício da auditoria contábil e dá outras providências, tendo

PARECERES, sob nºs 573 a 576, de 1981, das Comissões:

- de *Constituição e Justiça*, pela constitucionalidade e juridicidade;
- de *Legislação Social*, favorável;
- de *Serviço Público Civil*, contrário; e
- de *Economia*, favorável, com as Emendas de nºs 1 e 2-CE, que apresenta.

(Dependendo da votação do Requerimento nº 35/82, do Senador Gabriel Hermes, de adiamento da discussão para reexame da Comissão de Serviço Público Civil.)

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Não há, igualmente, 11 Srs. Senadores em plenário. Em consequência, vou utilizar a faculdade regimental e, em seguida à convocação que farei, considerar encerrada a sessão.

A Presidência convoca sessão extraordinária a realizar-se hoje, às 16 horas, destinada a receber S. Ex.^a o Sr. Ramiro Saraiva Guerreiro, Ministro de Estado das Relações Exteriores, convocado nos termos do Requerimento de nº 64, de 1982.

A Presidência designa para a Ordem do Dia da sessão ordinária de amanhã, as matérias constantes da pauta da presente sessão, mais o Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 1982, que autoriza a criação de municípios no Território Federal de Roraima, e dá outras providências.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Declaro encerrada a sessão.

(Encerra-se a sessão às 15 horas e 40 minutos.)

ATA DA 55ª SESSÃO, EM 5 DE MAIO DE 1982

4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 46ª Legislatura

— EXTRAORDINÁRIA —

PRESIDÊNCIA DOS SRS. JARBAS PASSARINHO E JORGE KALUME

ÀS 16 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Laélia de Alcântara — Jorge Kalume — Eunice Michiles — Evandro Carreira — Raimundo Parente — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Jarbas Passarinho — Alexandre Costa — Luiz Fernando Freire — José Sarney — Alberto Silva — Bernardino Viana — Helvídio Nunes — Almir Pinto — José Lins — Agenor Maria — Dinarte Mariz — Martins Filho — Humberto Lucena — Aderbal Jurema — Nilo Coelho — João Lúcio — Luiz Cavalcante — Teotônio Vilela — Gilvan Rocha — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Luiz Viana — Dirceu Cardoso — João Calmon — Moacyr Dalla — Amaral Peixoto — Hugo Ramos — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Amaral Furlan — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Benedito Canelas — Gastão Müller — Lenoir Vargas — Paulo Brossard — Pedro Simon — Tarsó Dutra.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — A lista de presença acusa o comparecimento de 47 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Esta sessão se destina a dar cumprimento à decisão do Plenário, que aprovou o requerimento do nobre Líder Humberto Lucena, no sentido de convocar o Ministro das Relações Exteriores do Brasil para, perante os Srs. Senadores, fazer uma exposição a respeito dos problemas graves que se estão sucedendo no Atlântico Sul.

A convocação de Ministro de Estado segue um rito especial de sessão. lembro aos Srs. Senadores que o Sr. Ministro não poderá ser aparteado; disporá do tempo inicial que o Regimento lhe proporciona para fazer uma explanação e, em seguida, será objeto de interpelação dos Srs. Senadores.

A presença do Sr. Ministro é, no meu entender, uma demonstração excepcional do apreço de S. Ex^a pela Casa, porque, como todos sabemos, uma vez aprovado o requerimento de convocação, o Ministro de Estado teria direito a 30 dias para marcar, neste prazo, a sua vinda à Casa e estudar o tema que lhe fosse proposto.

Como S. Ex^a quer atender à convocatória do Senado e tem problemas de viagem, inclusive ao exterior, ficou combinado, então, que S. Ex^a viria mesmo hoje. Apenas, como S. Ex^a tem uma certa limitação de tempo, faço eu, na qualidade de Presidente da Casa, um apelo aos companheiros para que as interpelações sejam, na medida do possível, breves e em número reduzido.

Estando presente S. Ex^a em meu Gabinete, convido os nobres Líderes Nilo Coelho e Evandro Carneira para introduzirem S. Ex^a no plenário da Casa. (Pausa.)

(Acompanhado da Comissão designada, dá entrada no plenário o Sr. Ministro Saraiva Guerreiro, ocupando o lugar à direita da Liderança do Governo.)

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Está presente ao plenário o nobre Ministro das Relações Exteriores.

Na forma regimental, convidarei S. Ex^a para fazer a sua explanação. S. Ex^a poderá fazer-se acompanhar de assessores, no número que lhe aprouver, a fim de que a Mesa possa indicar lugares, que não o plenário, para que os assessores possam atender a S. Ex^a.

Convido o nobre Ministro Saraiva Guerreiro para ocupar a Tribuna de Honra. (Pausa)

(O Sr. Ministro Saraiva Guerreiro ocupa o lugar designado.)

Sr. Ministro, na forma regimental, V. Ex^a terá o prazo desejado para fazer a sua explanação. Nesta fase, não é permitido, pelo Regimento, que V. Ex^a seja aparteado. Em seguida, haverá a fase de interpelações, quando, então, os Senadores lhe farão interpelações e V. Ex^a responderá a essas interpelações, cada uma com o prazo de 10 minutos.

Tenho a honra de conceder a palavra a V. Ex^a

O SR. MINISTRO SARAIVA GUERREIRO (Sem revisão do orador.) — Exm^o Sr. Presidente do Senado Federal, Exm^{os} Srs. Senadores, minhas senhoras e meus senhores:

Venho a esta Casa com grande satisfação. Sei, na minha experiência, do interesse que o Senado sempre teve pelos assuntos das relações externas do País e da contribuição fundamental do seu papel neste campo. Sempre estive e estarei disposto a conversar — individualmente, em grupo ou com o próprio Plenário — sobre estes assuntos.

No momento, é natural que haja uma grande preocupação com os acontecimentos no Atlântico-Sul, em torno das Malvinas. A posição que o Governo Brasileiro tem tomado — como V. Ex^{as} têm podido acompanhar — é ostensiva, não tem nada de escondido, mas sempre seria útil recordar o histórico, por mais conhecido que seja, da posição brasileira sobre o assunto.

Na verdade, têm sido acentuados, desde o início, dois pontos. Um, é que nós, ainda no ano de 1833, quando a Grã-Bretanha ocupou, pela força, as Malvinas, expulsando o governador argentino e o governo de Buenos Aires disso informou o governo imperial, o Governo brasileiro, a Regência instruiu o seu ministro plenipotenciário em Londres a secundar as gestões de protesto do representante argentino.

Desde então, nunca houve ou um laudo arbitral ou sentença judicial internacional ou tratado que dessem uma validade jurídica, *erga omnes*, para todos, a essa ocupação das Malvinas. E o próprio decurso de prazo não reverteu essa situação de fato de um valor jurídico incontroverso, posto que o país prejudicado manteve, nesses 149 anos, uma atitude de protesto e reclamação, sem interrupção.

Durante 17 anos, desde 1965, a Organização das Nações Unidas se ocupa do assunto. Há várias resoluções: 3 resoluções, principais, no quadro do grande tema da descolonização: uma, a tomada em 1965. Outra, em 1973; outra, em 1976, pela Assembléia Geral das Nações Unidas, em que se recomenda às partes a negociação; o Brasil votou a favor dessas resoluções e nunca se chegou a um resultado apreciável.

A grande preocupação nossa, como a de todo o mundo, no momento, entretanto, é deter a engrenagem da violência e ver se podemos reverter esse processo e voltar a um quadro de negociações dentro de um espírito de conciliação, de justiça. Tudo que temos feito, procurado fazer, desde então, não foge a este objetivo; isso explica essencialmente qual é o espírito nosso.

Nós virmos, ainda na reunião do órgão de consulta, convocado com base no art. 6º do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, uma posição coincidente de 17 dos 21 participantes, que tinha por objetivo essencial a cessação de hostilidades, a negociação, tendo em conta os direitos argentinos — a expressão é esta: *tendo em conta* — e um endosso muito claro da Resolução

nº 502, do Conselho de Segurança, que é uma resolução obrigatória, tomada no quadro do capítulo VII da Carta das Nações Unidas, e as decisões tomadas com base nesse capítulo, são, como se sabe, obrigatórias. Mais uma posição de endosso ao conjunto da resolução, aos seus três aspectos, como se sabe: a cessação de hostilidades, a retirada das tropas argentinas, a negociação. É difícil imaginar qualquer forma de cumprimento dessa resolução que não implique esses três elementos.

Por outro lado, também é nosso entendimento que as medidas, as recomendações, inclusive medidas acautelatórias destinadas ao cumprimento da resolução, são da competência do próprio Conselho de Segurança, e não de qualquer Estado membro, isoladamente.

No momento, o que nós esperamos é que os esforços que vêm sendo feitos, mesmo depois dos resultados inconclusivos da tarefa a que se dedicou o Secretário de Estado Americano Alexander Haig, os esforços que vêm sendo feitos, inclusive, bilateralmente, em diversos contatos, tenham êxito. Nós entendemos que o momento de voltar ao Conselho de Segurança é indispensável agora e estão se verificando consultas informais, em Nova Iorque, nesse contexto. V. Ex^a estarão lembrados que em diversas ocasiões o Governo brasileiro fez apelos à paz, veementes; passou notas aos dois governos. Nessa ocasião, verbalmente, nós nos oferecemos para qualquer contato que desejassem. O Presidente da República fez apelos em telegramas diretos ao Presidente da Argentina e à Chefe de Governo inglês. A nossa posição foi sempre nesse sentido. Recentemente, na sexta-feira passada, eu passei um telegrama ao Secretário-Geral das Nações Unidas, com vistas a estimular uma ação da parte dele, da parte dos mecanismos, em geral, das Nações Unidas. O próprio Secretário-Geral tem feito consultas com as diversas delegações, e já me respondeu de uma forma extremamente positiva. A Irlanda pediu a convocação do Conselho de Segurança. Nós temos a esperança de negociações; que possa haver este é o objetivo único nosso e não desejamos fazer nada que possa prejudicar este objetivo, que é o de deter e reverter, como eu disse, a engrenagem da violência.

Em termos muito gerais, eu creio que poderia me limitar a fazer esta pequena recordação, digamos, do que tem sido a posição brasileira, inclusive ostensivamente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Com a palavra o nobre Senador Humberto Lucena, como autor do requerimento. S. Ex^a dispõe de dez minutos para a sua interpelação.

O SR. HUMBERTO LUCENA — Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Ministro Saraiva Guerreiro:

Ao registrar a presença de V. Ex^a, nesta Casa, atendendo à convocação que tive a honra de subscrever em nome do PMDB e que foi posteriormente aprovada pelo Senado Federal no uso de suas prerrogativas, não poderia deixar de mencionar que ao que assistimos hoje configura uma indispensável troca de informações entre dois Poderes da República mas, acima de tudo, resulta do cumprimento mesmo de uma imposição constitucional, de vez que ao Senado cabe estar permanentemente preparado para exercer a competência exclusiva do Congresso Nacional de "autorizar o Presidente da República a declarar guerra e a fazer a paz."

Foi neste sentido, Sr. Ministro, que tão logo se tornou clara a gravidade da Crise das Malvinas, com convite e depois uma convocação foram feitos a V. Ex^a, para que aqui comparecesse, pois cumpria-nos conhecer a posição do Governo brasileiro sobre o assunto. Permita-me V. Ex^a manifestar, portanto, nossa estranheza diante do fato de que somos agora — decorrido mais de um mês da invasão argentina às Ilhas Malvinas, e depois da realização da reunião de consulta da OEA em Washington — tenha V. Ex^a atendido ao cometê e convocação do Senado Federal.

O PMDB tem acompanhado com apreensão crescente a evolução dos acontecimentos no Atlântico Sul. Estamos convencidos de que, a esta altura, seja qual for o desfecho para a crise, estará profundamente afetada a unidade americana. No contexto que já vivíamos, com os graves conflitos ainda não resolvidos em diferentes países da América Central, não se pode esquecer a nova e difícil situação da Organização dos Estados Americanos, considerando que a quase unânime solidariedade Latino-americana expressa na Resolução de 28 de abril passado foi praticamente ignorada, sobretudo, por quem não tinha o direito de ignorá-la: os Estados Unidos da América do Norte!

Além disso, há de se concordar com o Sr. Ministro Délio Jardim de Matos, da Aeronáutica que, ao comentar o apoio declarado dos Estados Unidos à Inglaterra no conflito das Malvinas, reconheceu que este fato gera sérias "desconfianças" dos países sul-americanos em relação aos EUA. Isso tudo, sem esquecer os efeitos diretos que desdobramentos de todo indesejáveis poderão ainda fazer chegar até nós.

O PMDB, como sabe V. Ex^a, é um Partido na oposição que não se tem furtado a reconhecer, em diferentes ocasiões, a correção da política externa posta em prática pelo Itamaraty. No caso presente da Crise das Malvinas, sempre acreditamos que estava reservado ao Brasil uma posição privilegiada para se transformar no grande mediador do conflito e para, uma vez mais, ter sua liderança reafirmada no contexto internacional e, sobretudo, continental.

Não nos parece, contudo, que este papel e esta liderança venham sendo exercidas, como se esperava, pelo Brasil.

É nesse sentido, por exemplo, que nos estranhou que o Governo brasileiro tenha — corretamente, aliás — manifestado-se contra o ataque inglês às Ilhas Malvinas como uma violação da Resolução nº 502 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, mas não tenha também se manifestado prontamente contra a Argentina quando ela retomou as ilhas utilizando a força, mesmo que reconhecido seu direito de soberania.

A nossa expectativa, Sr. Ministro, é de que ainda possamos reencontrar nosso papel nesta crise. Esperamos, acima de tudo, que o Brasil possa contribuir ativamente para que o conflito retorne para a mesa de negociações e para as vias diplomáticas. No estado atual do conflito, contudo, o apoio irrestrito à mediação do Secretário-Geral da ONU e o apoio brasileiro para que sejam acionados os mecanismos previstos na Carta das Nações Unidas para manutenção da paz e da segurança internacionais — como aliás, V. Ex^a já insistiu, por telegrama, junto ao Sr. Secretário-Geral — nos parecem as alternativas mais viáveis. Isso, naturalmente, sem prejuízo de que o Brasil busque também, por seus próprios meios, o urgente restabelecimento da paz sem o emprego continuado da violência.

Em suma, Sr. Ministro, como V. Ex^a encara a decisão dos Estados Unidos da América em se aliar, em solidariedade ostensiva à Grã-Bretanha, no conflito das Malvinas, tendo em vista os compromissos interamericanos? E ademais, como V. Ex^a vê, a esta altura, a possibilidade do cumprimento da Resolução do Conselho de Segurança da ONU que, ao nosso ver, é o caminho mais direto, e curto para que todos nós possamos amanhã nos confraternizar em torno de uma solução pacífica para esse gravíssimo conflito intercontinental e mundial mesmo?

O SR. MINISTRO SARAIVA GUERREIRO — Sr. Presidente do Senado, Exm^o Sr. Senador Humberto Lucena, eu queria, antes de mais nada, recordar que eu fui convidado pelo Presidente da Comissão de Relações Exteriores, o ilustre Senador Luiz Viana Filho, a comparecer àquela Comissão. E concordei em que seria marcada a data de 4 de maio. Depois, fui informado de que havia um requerimento que iria ser aprovado, e que esse requerimento, sendo aprovado, eu teria trinta dias para vir aqui. Creio que esse prazo de trinta dias está longe de esgotar-se, então, eu não posso deixar de mencionar que, a rigor, estou estritamente dentro dos prazos, para que isso seja registrado.

Quanto à posição do Brasil neste conflito, desde o princípio nós nos esforçamos, de todas as formas, no sentido da pacificação, tanto junto a uma parte, quanto junto da outra.

Nós temos, de um lado, um país com o qual as nossas relações são densas, variadas, e tendem a sê-lo para o futuro, cada vez mais, como é o caso da Argentina. Temos, do outro lado, um país, o Reino Unido, com o qual não temos o menor ponto de controvérsia. Pelo contrário e, naturalmente, a nossa posição tinha que ser uma posição que refletisse a nossa situação latino-americana, as nossas excelentes relações com a Argentina, a nossa preocupação com a nossa região e que, ao mesmo tempo, procurássemos um caminho para resolver o problema.

Quanto à idéia de liderança a que o ilustre Senador Humberto Lucena mencionou, nunca agimos em termos de liderança. Agimos em termos de ser úteis e, muitas vezes, ser útil não é tomar um papel protagônico. Nunca fazemos nada simplesmente para demonstrar publicamente que estamos num papel protagônico. De qualquer forma, no âmbito interamericano, quando houve a reunião de consulta com base no TIAR, é sabido que demos uma contribuição, não digo de liderança, mas muito construtiva e por todos reconhecida, em termos de procurar aquela fórmula que fosse a expressão média, aceitável pelo maior número possível de países participantes. Isso foi reconhecido. E devo dizer que temos recebido sempre manifestações de agradecimentos por parte do Governo argentino. E mantemos, apesar de tudo, boas relações com o Governo do Reino Unido. Afirimo também que continuamos a nos empenhar, como nos empenhamos, no momento justo, certo, junto ao Secretário-Geral das Nações Unidas, estimulando uma ação por parte da Organização. Agora, não temos nenhuma intenção de liderar. Mas a pergunta específica que o ilustre Senador colocou se refere à posição que os Estados Unidos da América tomaram no referente ao conflito, quanto à mediação Haig, digamos assim, ou quando a tarefa de aproximação estava sendo execu-

tada pelo Secretário de Estado, e encontrou um percalço maior, digamos assim. Houve uma fase que terminava, o que não implica que os esforços não continuem, mesmo depois das atividades militares se terem iniciado, o que foi uma posição, mercadamente, pró Reino Unido, com algumas medidas a respeito da Argentina: restrições a créditos do EXIMBANK a garantias da corporação financeira de produtos de base; a não venda de armamentos à Argentina. São praticamente essas três, que têm um efeito prático limitado, mas uma significação política muito séria.

Com relação a essa posição que os americanos tomaram, o que nós dissemos publicamente foi o mesmo que dissemos quando a comunidade européia anteriormente havia tomado medidas unilaterais em favor do Reino Unido, isto é, que nós deplorávamos essa decisão, que não víamos como ela pudesse ter qualquer base na Carta das Nações Unidas, no Acordo Geral de Tarifas e Comércio, ou na Resolução 502; que era, portanto, uma medida unilateral, uma medida a deplorar que esperávamos fosse revogada.

Evidentemente, os efeitos de todos esses acontecimentos, em particular dessa decisão sobre o espírito, a atitude, a maneira de ver dos países latino-americanos com relação ao próprio sistema inter-americano são, certamente, adversos, creio eu que terá efeitos adversos. Nós não costumamos dramatizar as situações, não temos o interesse de tornar mais difíceis ou mais graves essas situações, mas não é possível deixar de verificar que houve, de fato, uma evidente deterioração — digamos assim — em toda a América Latina, da atitude em relação ao próprio sistema interamericano. Isto, só com o tempo se verá, quais as consequências que isso teria sobre esse sistema. O sistema tem uma base real de interesses mútuos e creio que dificilmente ele será, exatamente, o mesmo que foi antes. Mas esse é um assunto que se verá com o tempo e, como eu disse, a nossa preocupação, no momento, é observar, anotar, tirar as conclusões, mas não necessariamente tomar uma iniciativa que tenha um efeito, um objetivo negativo, neste momento. É evidente, porém, que houve uma deterioração considerável e que vai pesar no curso do tempo, vai pesar em termos do caráter desse sistema e da natureza que poderá ter no futuro.

O Sr. Humberto Lucena — Sr. Presidente, se V. Ex^a me permite, apenas para lembrar ao Sr. Ministro a última pergunta que foi sobre como ele encarava as possibilidades, ainda a esta altura, de cumprimento da resolução do Conselho de Segurança da ONU.

O SR. MINISTRO SARAIVA GUERREIRO — Sr. Senador, devo dizer, e pode ser um vício profissional, que apesar de tudo eu me sinto otimista no sentido de que não é possível continuar como está, não é possível esperar que a força, por si só, resolva uma situação dessas, com crescente perda de vidas e sérios danos a povos civilizados, povos que são amigos nossos, sem que a comunidade internacional e as próprias sortes façam um esforço extraordinário para ver se se encaminha alguma solução que, pelo menos, leve a um cessar fogo, digamos, que é um método, um processo de encaminhamento de solução. Tenho muita fé, muita esperança; pode ser que eu me engane, estou dizendo isso publicamente e posso ser desmentido pelos fatos, mas não posso deixar de expressar, não só o meu desejo, mas a minha convicção de que os esforços que vão se desenvolver, e que estão se desenvolvendo, neste momento, em consultas informais entre o Presidente do Conselho de Segurança e alguns países-chaves, com a participação do Secretário-Geral e dos quais temos um acompanhamento permanente, embora não estejamos no Conselho, os esforços que o Governo argentino e, certamente, o Governo britânico estarão fazendo, sopesando, devem levar a alguma fórmula, pelo menos de fazer parar a engrenagem da violência de uma maneira que seja honrosa para as duas partes. Dificilmente, nessas situações, é possível satisfazer, atender inteiramente, 100%, ao que cada um deseja. Mas, creio que este mínimo, parar a engrenagem da violência e encontrar um método, um processo que seja honroso para as partes, acredito que se vá encontrar.

O Sr. Humberto Lucena — Muito obrigado a V. Ex^a, Sr. Ministro.

Espero que V. Ex^a, sempre que necessário, volte ao plenário e às Comissões, sobretudo à Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal, para continuarmos esse debate em alto nível em torno da nossa política externa.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Concedo a palavra ao nobre Sr. Senador Teotônio Vilela, para interpelar o Sr. Ministro das Relações Exteriores, por dez minutos.

O SR. TEOTÔNIO VILELA (Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Ministro Saraiva Guerreiro:

Fico grato pela presença de V. Ex^a nesta Casa. E não fora a consciência pessoal de que o País, o nosso País, de algum modo, sente-se ameaçado, eu não viria, de maneira alguma, a esta tribuna.

Senti e pensei as palavras de V. Ex^a até agora, e percebo a profunda dificuldade em que se encontra o Chefe da Casa do Rio Branco para, realmente,

pronunciar-se segundo, talvez, o desejo de cada um de nós. Reconheço as suas dificuldades e respeito-as.

Mas, não o farei a ponto de não manifestar a V. Ex^a as preocupações de uma parcela do Senado, as preocupações de grandes parcelas das populações, os brasileiros — e sou um homem que viajo muito — as preocupações, enfim, da Nação. Já houve quem dissesse que esta guerra é uma guerra particular de Margaret Thatcher. E não fomos nós, brasileiros, nem latino-americanos; foram ingleses, jornal inglês, parcelas da opinião pública inglesa.

Há um questionamento muito grande a respeito das razões mais profundas dessa guerra, no próprio território inglês. Da mesma maneira, há uma profunda inquietação de nossa parte com relação à atitude tomada pelo Presidente da Argentina, ocupando abruptamente o território das Malvinas, num ato reconhecido internacionalmente com um ato de guerra.

A posição do Brasil, reconheço, não é fácil. Mas, também, não é fácil, nobre Ministro, escapar dos riscos que estamos correndo. E é exatamente sobre os riscos que corre o Brasil que desejo fazer a V. Ex^a algumas rápidas explicações e formular duas ou três perguntas: Há uma inquietação que me toca, a preocupação que me atinge sabendo que a guerra se trava numa área de segurança, área de segurança denunciada pelo TIAR, art. 4º, se não me falha a memória. Ora, se a guerra se trava numa área de segurança, como pode estar seguro um país encravado nesta área e, sobretudo Sr. Ministro, quando não há declaração de guerra?

Este, um ponto inquietante. Duas Nações travam guerra no Atlântico Sul; é notório o número de mortes; é notório o dano patrimonial para as duas nações; é notória a inquietação de toda a América e, entretanto, esta é uma guerra ainda clandestina, até esta hora, ou se quer que assim seja, o que no meu entender é uma falta de consideração profunda à própria América Latina, e por parte de quem não poderia fazer coisa desta natureza, que é uma nação com alta tradição na diplomacia mundial, a Inglaterra.

Nada tenho, Sr. Ministro, contra qualquer dos dois países; respeito-os, acato-os; apenas cendo o procedimento de um e de outro. Mas, de qualquer modo, não será assim que vamos sair desse embaraço. Nós temos que ter uma decisão que, afinal de contas, é a política, que não é outra coisa senão a arte da decisão. E estamos navegando num mar de ambigüidades, sérias ambigüidades, graves ambigüidades.

Considero, Sr. Ministro, que falharam todos os esforços de mediação, todas as tentativas de mediação, quer por parte de nações amigas, quer por parte de entidades internacionais competentes, como a ONU e a OEA, tanto assim que a guerra continua, os conflitos continuam; evidentemente que os apelos continuam. Mas essas entidades não foram atendidas e as nações não foram, de maneira nenhuma, devidamente consideradas, principalmente no caso dos Estados Unidos da América do Norte.

A guerra, portanto, na sua pior forma, que é a de agredir e matar sem se declarar inimigo, ou porque agride e mata, enfim, sem dar satisfação alguma ao mundo, instala-se no Atlântico Sul, fronteira com o Brasil. A guerra está instalada no Atlântico Sul. Ataques violentos se travam entre forças argentinas e do Império Britânico, em terra, mar e ar. Se o patrimônio humano e material das nações em guerra está sendo violentado, com uma triste relação de danos irreparáveis, entre eles mortos de parte a parte, o patrimônio brasileiro, pelo risco de envolvimento involuntário e paralisação aeronaval no Atlântico Sul, que já está provocando conseqüências na Marinha Mercante, encontra-se seriamente ameaçado.

O patrimônio brasileiro encontra-se ameaçado. Todo patrimônio exposto ao risco visível e incontestado é um patrimônio ameaçado, e como tal carente de decisão, no que tange ao interesse nacional.

Amparado pela Resolução nº 502 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, amparado pelo art. 4 do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca e por recente Resolução aprovada pela Comissão-Geral da Terceira Sessão, realizada em 28 de abril de 1982, pergunto, Sr. Ministro, se o Itamaraty não reconhece que o Brasil se sente de algum modo ameaçado e hostilizado com os sanguinários conflitos no Atlântico Sul, sem que haja, sequer, uma declaração de guerra definidora, evidentemente, de rumos e propósitos.

Segundo: se não há ameaça alguma ou se há ameaça, gostaria de saber que providências foram tomadas para salvaguardar a população brasileira, e que parte dessas providências pode ser liberada, a fim de acautelar a opinião pública contra as naturais inquietações que conflitos dessa natureza costumam provocar.

Isso, Sr. Ministro, porque os pronunciamentos conhecidos até agora, por parte do Governo, dão a idéia, um tanto confusa, de que o Brasil deseja se colocar neutro, diante dos fatos.

Mas são os próprios instrumentos fornecidos pela ONU, pela OEA e pelo TIAR, ao pedirem a paz aos países envolvidos, que denunciam a impossibilidade; em face de um conceito de segurança da área, a guerra torna a situação de um País como o Brasil, como de um país impossibilitado de neutra-

lidade, pelo fato de se encontrar encravado na área de segurança. Ou seja, os próprios elementos fornecidos pela OEA, pela ONU e pelo TIAR nos dão argumento para que nos consideremos intranquilos e inseguros, encravados que estamos na área de segurança, onde se travam as batalhas no Atlântico Sul.

Se a guerra se trava numa área considerada de segurança, evidentemente que nenhum país encravado nessa área pode se considerar seguro, para assumir neutralidade diante de fatos que, queiram ou não queiram os neutralistas, atingem as nossas razões de País-Membros do OEA e subscritor do TIAR.

Por outro lado, não é aceitável a tese, no meu entender, de que o conceito de soberania, exarado pelo império brasileiro sobre as terras das Malvinas, tenha que prevalecer hoje, quando a nossa posição de apoio aos povos não se fundamenta mais no título de domínio ou de propriedade de terra que alguém tenha, de uma ilha, mas se baseia na autodeterminação da sociedade que habita essa terra, esse sítio ou essa ilha.

Muito bem, poderia apoiar a invasão inglesa. Por que então o Itamaraty — vem pergunta — não poderia patrocinar a paz, a partir da independência das ilhas Malvinas, estabelecendo-se a preliminar de retirada de tropas, tanto das Malvinas, por parte da Argentina, quanto da Geórgia do Sul e do Atlântico por parte da Inglaterra?

Realizando, Sr. Ministro, um estudo um pouco mais profundo, pelas manifestações feitas pelo grupo da trilateral, Estados Unidos, Mercado Comum Europeu e Japão, estamos desconfiados de que há outros interesses nesta guerra, e ao que parece ela não é somente da Sr^a Margaret Thatcher. A Sr^a Margaret Thatcher, ao que parece, está interpretando, também, interesses outros desse grupo. É uma tese que está sendo estudada à luz de fatos concretos, como seja o caso do bloqueio. O bloqueio foi uma atitude unilateral, o bloqueio econômico foi uma atitude unilateral, desses grupos contra a América Latina.

Então, diante dessa situação, Sr. Ministro, não seria o caso de o Brasil lembrar a necessidade de que a OEA deve ser, na verdade, um organismo que tenha que defender os interesses da América, e não os interesses do trilateralismo? Não seria o caso de hoje levantar a suspeita de que a OEA não pode funcionar onde está funcionando? Ou os subscritores ou todos os países que fazem parte da OEA devem a sua sobrevivência única e exclusivamente à decisão soberana dos Estados Unidos?

A inquietação, portanto, aqui manifestada, tem vários aspectos: de natureza política, de natureza cívica, de natureza social e de natureza econômica. E o Brasil está, na verdade, cercado por todos os lados de uma grave crise.

Muito obrigado, Sr. Ministro.

O SR. MINISTRO SARAIVA GUERREIRO — Sr. Presidente do Senado, ilustre Senador Teotônio Vilela, a pergunta que V. Ex^a fez bem mostra a variedade de aspectos dessa crise, as diversas maneiras de encará-las, as diversas ramificações que podem ser vistas. Partilhamos todos, evidentemente, da grave preocupação com essa crise: ninguém ganha, a rigor, com essa situação; certamente, o Brasil tampouco.

Creio que a pergunta que V. Ex^a colocou tem vários aspectos, procurarei ver se me concentro em alguns dos pontos essenciais das perguntas. Do ponto de vista de risco brasileiro, a correr pelo Brasil, nós não temos razão para ver um risco de ordem militar imediato. Acreditamos que esse conflito não ultrapassará, desse ponto de vista militar, aquela área limitada. V. Ex^a perguntou se está ocorrendo na zona definida pelo Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, fato que foi refletido do ponto de vista operacional numa reunião do órgão de consulta, convocada a pedido do governo argentino, o qual pediu a convocação com base no art. VI, uma situação que põe em risco a paz, a integridade política e territorial de um dos países. O órgão de consulta se manifestou, como é sabido, por uma resolução em que nós tivemos um papel não de liderança, mas um papel de procurar o denominador comum e de acordo com o próprio país que tinha buscado a reunião, em que os elementos essenciais da opinião da maioria — 17 entre 21 participantes — estão expressos de forma muito clara, que é um cessar fogo, negociações tendo em vista os direitos argentinos. Esse é o cerne da resolução, isto é, a busca, ainda, de uma solução por via de negociação.

Depois disso — como já foi mencionado aqui — os fatos evoluíram e se têm verificado confrontações militares; é um tipo de confrontação como o que o Exm^o. Sr. Senador apontou muito bem; não caracteriza uma guerra no sentido do Direito Internacional Público. As partes alegam que agem com base no art. 51 da Carta das Nações Unidas — legítima defesa — alegação, aliás, que só é válida quando o Conselho de Segurança das Nações Unidas não toma a ação; a rigor, pode-se dizer que ele tomou a ação, pois adotou a Resolução 502, Resolução esta que o órgão de consulta, com base no TIAR, recomenda às partes que obedeçam em todos os seus parágrafos, e não seletivamente, escolhendo aqueles que lhe favorece. É por isso que o caminho natural, desde que terminou essa reunião e que começaram a se verificar essas

confrontações militares repetidas, por um lado, e por outro, não tendo havido êxito até agora nos esforços feitos, quer pelo Secretário de Estado, quer mais recentemente pelo Governo do Peru, o único caminho dentro da sistemática internacional para tratar do assunto, para procurar o caminho da paz, digamos assim, parece ser o das Nações Unidas: o Conselho de Segurança, algum tipo de ação utilizando os serviços do Secretário-Geral.

A nossa esperança é de que as partes envolvidas na disputa estejam hoje maduras para entrar nesse processo, que as condições de opinião pública interna nesses países, que a pressão hoje, digamos assim, universal para que acabe essa engrenagem de violência, torne factível uma ação construtiva por parte das Nações Unidas: O Conselho de Segurança, com uma participação importante do Secretário-Geral.

Este, vemos como o possível caminho e, por isso mesmo, o apoiamos, por isso mesmo mandei meu telegrama ao Secretário-Geral das Nações Unidas, na última sexta-feira, por isso mesmo se têm verificado várias reuniões em Nova Iorque, desde ontem, hoje novamente, talvez amanhã, e nós falaremos no Conselho.

Com relação à nossa posição, é preciso lembrar o seguinte: nós temos de ver a nossa posição em termos não do momento, mas numa perspectiva do futuro também, numa perspectiva de preservar o grau excepcional a que chegamos e para o qual o próprio Presidente da República deu muito de si, pessoalmente, em termos de relacionamento com os países vizinhos, de criação de confiança, de superação de ressentimentos, de entendimento, de capacidade de diálogo. Isso não nos cega, evidentemente, para os princípios de ordem geral, mas é um fator que não podemos deixar de sopesar muito cuidadosamente. Por isso nós nos concentramos, sem nos fazermos de juizes, num esforço muito deliberado pela solução pacífica.

Nós não podemos impor uma solução pacífica. A rigor, ninguém pode; o país mais poderoso da Terra tentou e, até agora, não teve êxito. Nós não teríamos essa veleidade, nós nunca tentamos algo que esteja além dos nossos meios, mas naquela medida em que podemos trabalhar, ilustre Senador, posso assegurar a V. Ex^a que tudo está sendo feito e será feito.

Quero ser menos pessimista, talvez, do que os fatos objetivos a que V. Ex^a se referiu poderiam fazer crer; acredito que apesar dos fatos extremamente negativos, dos sofrimentos, da perda de racionalidade que sempre se verifica nessas situações, uma certa perda das emoções públicas que se criam nos países afetados, apesar disso, acredito que será possível restaurar por um meio pacífico, alguma forma de convivência no Atlântico Sul, em que nenhuma das partes saia humilhada e em que os outros países — todos vamos sofrer um pouco, já estamos de alguma forma, direta ou indiretamente —, terão limitado ao máximo os possíveis prejuízos; acho que esse é o objetivo: limitar, ao máximo possível, danos de toda a sorte. Certamente, acho eu, do ponto de vista estritamente militar, o risco não tende a alastrar-se, pelo contrário, e uma superação desse momento difícil, creio que permitiria reverter tudo aquilo que foi acessório ao conflito, inclusive as atitudes que foram tomadas pela Comunidade Econômica Européia, onde já se notam vozes pondo em dúvida a sabedoria da decisão.

Nos Estados Unidos, evidentemente, as coisas quando acontecem acontecem e nunca voltam a ser exatamente as mesmas, mas o esforço e o interesse de um país como o Brasil é de não agravar a situação em suas seqüelas.

Lamento muito não ser, talvez, tão preciso quanto V. Ex^a desejaria, mas estou dando a V. Ex^a, entretanto, aquilo que é a nossa diretriz, aquilo que buscamos.

Muito obrigado.

O SR. TEOTÔNIO VILELA — Sr. Ministro, apenas um esclarecimento, a fim de que não haja nenhuma confusão. Eu queria apenas pedir licença, porque o Ministro, ao me responder, falou que não há assim um perigo imediato de envolvimento militar ou qualquer coisa semelhante.

Mas, na minha interpelação, em momento algum falei essa palavra, militar, em momento algum. O que me está preocupando não é o envolvimento militar do País, a minha interpretação vem de outro modo, é a pressão econômica que está sendo criada para a Argentina e com os reflexos para o País.

E não é à toa que ainda ontem um banqueiro inglês ou americano lembrava ao Brasil que ele não podia tomar partido porque era grande devedor dos países da União Trilateral.

Então, é por aí que nós brasileiros estamos sentindo os grandes efeitos da guerra. O envolvimento militar, o engajamento militar, é outro aspecto do qual eu não tratei.

Eu pediria apenas que o Itamaraty nos acalmasse, nos acautelasse, dissesse uma palavra mais precisa pelo menos com relação a isso, porque a guerra, se ela militarmente está devorando e devastando a Argentina, econômica e politicamente está devastando toda a América Latina, porque só a posição unilateral, isolada dos Estados Unidos, pondo todo o seu poderio econômico

e militar à disposição da Inglaterra, depois de desconsiderar os 17 companheiros da OEA, que votaram a favor da cessação de hostilidades, é um argumento grave, Sr. Ministro, que nós outros não podemos deixar de considerar com profunda estranheza e preocupação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Lembro aos Srs. Senadores que no rito desta sessão não há a figura da réplica. Em sendo permitido, pelo Ministro de Estado convocado, o aparte na fase de interpelação, então o aparte é concedido.

Concedo a palavra ao nobre Senador Luiz Viana Filho.

O SR. LUIZ VIANA VILHO — Sr. Presidente do Senado, Sr. Ministro Saraiva Guerreiro, Srs. Senadores:

Não fosse a circunstância de que a convocação de V. Ex^a que hoje se realiza, tivesse partido da Comissão de Relações Exteriores, que tenho a honra de presidir, e por uma sugestão do Senador Itamar Franco eu não ocuparia esta tribuna.

Mas, nessas circunstâncias, pareceu-me que a minha omissão poderia ser reparada, porque, ouvindo atentamente a exposição de V. Ex^a, às interpelações aqui feitas, todas elas com muita propriedade, parece-me que ressalta, nitidamente, que da atitude, da ação, ou a ação e atitude do Itamaraty devem ser conduzidas, como têm sido por V. Ex^a e pelo Governo, dentro de duas perspectivas.

Uma perspectiva imediata, que é a perspectiva da guerra, ou melhor diria a perspectiva de alcançar a paz.

A outra perspectiva é mais remota. Nós não podemos entrar ou assistir esses conflitos sem considerar que outros anos virão, outros decênios virão, outros tempos virão e que o Brasil terá que estar presente com a sua autoridade política, a sua autoridade moral, a sua autoridade internacional, que ele tem sabido preservar através de toda a sua vida independente.

E mais do que isso, Sr. Ministro, eu me permito, talvez um pouco extemporaneamente, lembrar aqui que, embora devamos estar e estejamos voltados para o presente, preocupados com o presente e, também, com o dia de amanhã, nós devemos aprender alguma coisa nas lições de ontem. Devemos nos lembrar o que tem sido o Brasil. Não só o Brasil independente, mas, antes disso, o Brasil do século XVIII, de Alexandre Gusmão, que foi realmente o grande modelador das nossas fronteiras coloniais. E durante e através de todo largo tempo o Brasil pôde manter uma atitude — e é aí que eu queria chegar, Sr. Ministro — que lhe permitiu, num determinado momento, realizar aquelas façanhas diplomáticas que, talvez, pudessem parecer em certos momentos impossíveis: a Tríplice Aliança, cuja importância na vida brasileira, no destino do Brasil, no resultado da guerra com o Paraguai nós não ignoramos. Isso mostra que aos Estadistas, como foram aqueles do Império, e como devem ser os de hoje, como é V. Ex^a, à frente do Itamaraty, não escapa que as medidas de hoje terão o seu reflexo no dia de amanhã. É fácil falar considerando-se apenas o dia de amanhã, o dia próximo, a consequência imediata, mas não é fácil falarmos e agirmos sabendo que teremos nessas decisões, nessas ações, elementos permanentes, elementos, talvez, definitivos, para o nosso futuro, para a nossa História, para as nossas relações internacionais.

É dentro dessa perspectiva, Sr. Presidente, que temos observado a ação, a posição do Itamaraty, a cuja frente, em boa hora, se acha V. Ex^a. V. Ex^a tem agido com aquela prudência, mas também com aquela atenção que é necessária, para que o Brasil não faça mais do que deve fazer e nem faça menos do que lhe cumpre na vida internacional. É dentro dessa pauta que V. Ex^a tem orientado a sua ação nesse episódio. Acredito que ainda caberá ao Itamaraty e ao Governo brasileiro, sobretudo com a viagem do Presidente Figueiredo aos Estados Unidos, uma ação, uma atitude, uma colaboração apreciável, não sei se definitiva, mas de qualquer modo importante, no desenvolvimento dos fatos que hoje se desenrolam.

Estou certo de que V. Ex^a, dentro dessa orientação, irá dar ao Brasil aquela tranquilidade desejada, reclamada, indagada pelo Senador Teotônio Vilela. É uma indagação realmente própria, porque ela paira em toda a Nação. Toda a Nação está preocupada, toda a Nação está voltada para aquele Cone Sul como, se por uma fatalidade histórica, ou geopolítica, para falar uma linguagem mais atual, nós estivéssemos vinculados inexoravelmente. Por mais que, em determinados momentos, pensemos que o mundo se deslocou, que o mundo ficou menor ou maior, e que nós podemos nos desvincular um pouco daquela região, nós vemos que os fatos são mais fortes do que a nossa imaginação, do que o nosso desejo, e eles acabam nos impondo a ficarmos presentes, a ficarmos sensíveis a tudo que se passa naquela região do Prata. É uma fatalidade para o Brasil e eu sei, ou pelo menos tenho a impressão, de

que V. Ex^a está agindo com essa consciência, de que o Brasil não pode fugir ao Prata. Tem que ter as suas vistas voltadas para o Prata, seja como neutro, seja como mediador da Paz, seja como promotor que leve a Paz, o Brasil tem que agir consciente de que está próximo do Prata, que o Prata nos diz respeito como se fosse uma região propriamente nossa. Não podemos nos alheiar, não podemos ser indiferentes, não podemos ignorar nada desse grave episódio depois do qual, creio eu — e essa é a única pergunta que eu deixaria aqui — a médio prazo, pelo menos, o sistema interamericano não será mais o que é hoje.

É o que eu tinha a dizer, Sr. Ministro.

O SR. MINISTRO SARAIVA GUERREIRO — Exm^o Sr. Presidente do Senado, Exm^o Sr. Senador Luiz Viana:

Muito agradeço a compreensão que V. Ex^a demonstrou das motivações, das causas e das preocupações fundamentais, nem se poderia esperar outra coisa de um historiador arguto e com uma visão tão precisa, tão exata de nossa História, da nossa posição geográfica e do nosso futuro.

É evidente que há as duas fases; há a questão de obter a paz, a questão de restringir os prejuízos que sempre haverá. Aqui eu gostaria de voltar a desculpar-me por haver mal interpretado as considerações do Senador Teotônio Vilela sobre a gravidade ou a preocupação de risco que S. Ex^a via e eu, na verdade, acabei subdividindo esse risco. Realmente ele não se referiu, em nenhum momento, expressamente, a risco militar e eu vi que S. Ex^a pensava, inclusive ou principalmente, em certos efeitos de ordem financeira ou econômica que podem ocorrer.

Isso, digamos, é o imediato, acredito eu, episódio, que pode ser circunscrito e o País continua a manter muito bom crédito, apesar de que possa haver da parte de um ou outro banqueiro algum tipo de extrapolação.

Há uma situação tensa numa região, todos os países da região estão de certa forma envolvidos, quem sabe, vamos ter prudência, às vezes, uma prudência excessiva. Mas isso é o imediato é o que eu acredito será episódico, limitado e superado.

A nossa preocupação central é atacar a essência da coisa, que é fazer parar a espiral da violência pelos meios ao nosso alcance. Se nós não podemos impor a paz podemos contribuir para a paz por todos os meios. E por detrás está, e eu creio que o povo brasileiro que tem uma espécie — sempre teve — de sabedoria histórica, intuitiva, compreende muito bem que temos de pensar não em hoje ou amanhã, mas daqui a dez, vinte anos, naquilo que será a região que queremos viver, no tipo de relacionamento descontraído, franco e sem ressentimentos com os nossos vizinhos e que o País tem uma responsabilidade nesse campo, de preservar essa opção ótima — digamos assim — e, ao mesmo tempo, embora o mundo hoje seja pequeno pelas comunicações, os transportes, as interligações econômicas de toda ordem, sem dúvida alguma, há até mesmo por força das possibilidades de ações maiores ou menores de cada país nas diferentes regiões. Há, de nossa parte, uma prioridade permanente para a América Latina como há para a África, enfim, para certas áreas que nos tocam muito de perto, em todos os sentidos: materiais e, também, culturais e espirituais. Por isso eu creio que à pergunta do Exm^o Sr. Senador Luiz Viana Filho eu responderia muito enfaticamente que sim, que é fundamentalmente essa a preocupação, a rigor, aquela que deve dominar no sentido da preservação das nossas opções que serão opções necessárias para o futuro. Duas ou três e, uma delas, a fundamental, é esta dentro de nossa região.

Quanto ao sistema interamericano, veremos que não poderemos ser acusados de haver feito nada para enfraquecê-lo ou infirmá-lo. Nós procederemos, como os demais participantes, dessa espécie de análise daquilo que os fatos presentes poderão representar para o seu futuro. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Concedo a palavra ao nobre Senador Evandro Carreira.

O SR. EVANDRO CARREIRA — Ilustre Sr. Ministro Saraiva Guerreiro:

Com muita presteza e solicitude V. ex^a aquiesceu ao convite da Casa dos Estados para debater conosco o problema aflitivo do sul do Atlântico, que envolve dois países amigos, a Argentina e a Inglaterra. Dentro de um espírito de debate, acredito perfeitamente que V. Ex^a não veio apenas prestar esclarecimentos, não veio apenas dar a opinião ou o ângulo do Executivo, mas também nos auscultar, conhecer a opinião do povo, dos Estados que aqui representamos. Eu trago a V. Ex^a exatamente a opinião dos trabalhadores brasileiros, porque represento a Liderança dos trabalhadores nesta Casa, que, embora singela e una, já tem demonstrado exteriormente uma expressão notória e bem avaliável.

Dentro deste espírito, eu gostaria de adiantar a V. Ex^a que os trabalhadores chegaram à conclusão de que nesse conflito, nesse entrevero no Atlântico Sul, eles são de opinião absoluta pela total neutralidade do Brasil, haja o que houver. Os trabalhadores brasileiros se recusarão a qualquer comportamento belicoso, seja por parte de "a" ou por parte de "b". Esta é a opinião dos trabalhadores brasileiros, que tenho a honra de transmitir a V. Ex^a que, com muita lucidez, conduz os destinos das relações internacionais brasileiras.

Dentro desse enfoque, eu faria a V. ex^a duas perguntas. Que implicações traria para o Brasil uma posição de neutralidade absoluta no conflito das Malvinas, considerando que a maioria dos países latino-americanos se posicionam numa espécie de alinhamento total com a Argentina? Esta é a primeira pergunta.

A segunda, Ex^a, seria esta: que providências está tomando o Governo para minimizar o impacto negativo que possa trazer o conflito das Malvinas ao setor externo da economia brasileira, como sói ser este aventado pelo ilustre Senador Teotônio Vilela, em particular no terreno do serviço da dívida externa, em que já se percebe uma tendência do aumento das taxas de risco do celeberrimo *spread*; e qual seriam as medidas que o Governo já estaria tomando para minimizar esse insulto à economia nacional?

São apenas estas duas perguntas, Ex^a, que lhe dirigimos.

O SR. MINISTRO SARAIVA GUERREIRO — Exm^o Sr. Presidente do Senado, Exm^o Sr. Senador Evandro Carreira:

V. Ex^a tocou num ponto que é fundamental, é óbvio. Para mim, é da maior utilidade, em todos os sentidos, sentir as opiniões, as considerações e os comentários conclusivos que são preocupações por parte de V. Ex^{as}, que têm não só representação, mas um contato permanente com vários setores do País, e que podem, portanto, expressar com muita realidade esse tipo de preocupação da opinião pública.

Estou certo de que a minha vinda aqui é de maior utilidade, para mim, do que para V. Ex^{as}. Talvez eu não possa ser tão informativo quanto desejaria, mas certamente estou sendo informado de maneira extremamente útil para mim, como disse.

A idéia da neutralidade absoluta se coloca quando há uma guerra definida, o que não há, do ponto de vista técnico propriamente. É uma situação bastante complexa em termos jurídicos, digamos assim, as duas partes invocando o art. 51 da Carta. De qualquer forma, senão exatamente no sentido de neutralidade absoluta, é o que temos procurado fazer. E quanto a isto não há um alinhamento absoluto da Argentina, nem da nossa parte e nem dos países vizinhos. Nem a Argentina nos pediu isso. É preciso anotar esse aspecto. Como se pode ver, em termos do que se passou na reunião de consulta com base no TIAR, ela desejou uma expressão de solidariedade política que foi dada e sempre com a preocupação de que ela fosse tão ampla quanto possível. E para ser tão ampla quanto possível, ela tinha que procurar um certo denominador comum. Não há uma posição extremada.

Agora, quanto aos efeitos na área financeira e econômica — e acho que são efeitos acessórios da situação principal de um conflito — com relação ao Brasil, tanto quanto eu saiba, eles têm sido mínimos. Há preocupação de que eles aumentem, porque nessas questões, como é sabido, há muitos fatores psicológicos atuando. A avaliação de risco é, muitas vezes, determinada nos meios financeiros por impressões, por excesso de prudência.

O que o Governo — e a pergunta é específica — tem feito para restringir isso é a própria credibilidade que o Governo criou nesta área, externamente, e foi demonstrada, inclusive recentemente, já até depois de iniciado este conflito, pela conclusão de uma série de empréstimos no Exterior, pelo fato de que a vida, a economia externa do País está sob controle, em termos de importação e exportação, em termos de capacidade de pagar. Tudo isto são fatos objetivos e tendem, de uma forma muito definida, muito clara, a restringir, ao máximo, aquelas possíveis hesitações que decorram de uma avaliação impressionista por parte de algum meio financeiro, algum banco isolado, alguma autoridade isolada.

O Sr. Evandro Carreira — Ilustre Ministro, eu pediria um aparte a V. Ex^a

O SR. MINISTRO SARAIVA GUERREIRO — Pois não.

O Sr. Evandro Carreira — Gostaria de remetê-lo à minha primeira pergunta. Parece-me que países, se não me engano, como o Peru ou a Venezuela, teriam feito demonstração eloquentes, inequívocas de apoio militar à Argentina. Parece-me que não é unânime essa neutralidade. Há países que já se alinharam, já se posicionaram definitivamente em favor da Argentina. E se esse alinhamento se espargir, ganhar terreno, e for o Brasil o único País a se isolar, pergunto a V. Ex^a, quais as consequências dessa neutralidade, porque é possível, até uma invasão do Território Argentino, do território continental.

O SR. MINISTRO SARAIVA GUERREIRO — A esta pergunta, eu diria o seguinte: Esta é uma hipótese que não esperamos. Nunca se colocou a aspecto militar propriamente dito e não esperamos que se chegue a esse ponto, nem acreditamos sequer que haja, até mesmo por parte do Governo Argentino, uma expectativa de que isto aconteça.

De modo que é uma hipótese sobre a qual eu não desejaria falar, porque ela se apresenta ainda como uma hipótese, na minha opinião, com os dados presentes do problema, como uma hipótese abstrata.

Peço desculpas por não responder, por não desejar responder a uma situação hipotética que acredito não se concretizará.

O Sr. Evandro Carreira — Compreendo perfeitamente.

Agradeço, e espero que não tenhamos que ouvi-lo uma outra vez dentro dessa hipótese concreta e positiva.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Concedo a palavra ao nobre Senador Luiz Fernando Freire. S. Ex^a dispõe de 10 minutos para interpellar o Ministro.

O Sr. Luiz Fernando Freire — Sr. Presidente, Sr. Ministro Saraiva Guerreiro:

Sabe bem V. Ex^a do alto conceito e estima que tenho por sua pessoa — estima e conceito já externados aqui nesta Casa, mesmo quando, por mais de uma ocasião, tive o prazer e o privilégio de transcrever certos pronunciamentos de V. Ex^a, tanto no Brasil como no exterior.

Sr. Ministro, não era o meu desejo entrar neste debate, até por ser um debate com hora marcada, pois nós temos 10 minutos e eu preferiria ter debatido com V. Ex^a, na Comissão de Relações Exteriores onde seria mais fácil o diálogo através de um regime de perguntas e respostas. Mas, como fiz dois discursos nesta Casa, nos últimos dez dias, sobre o problema das ilhas em questão, eu não poderia deixar de vir à tribuna para externar algumas dúvidas minhas, no que se refere à posição brasileira.

Os oradores que me antecederam já formularam as questões de maior importância. No entanto, gostaria de fazer alguns reparos, Sr. Ministro, para que eu pudesse entender exatamente em que se baseia a posição do Brasil neste caso. Por exemplo, tem sido dito que o Brasil, desde 1833, já tinha uma posição estabelecida, reconhecendo a soberania da Argentina sobre essas ilhas.

No meu entender, Sr. Ministro, acho que não existe nenhuma posição estática política, porque o Brasil, durante 20 anos, na própria ONU, votou sistematicamente contra o ingresso da China naquela organização e um belo dia mudou de opinião, rapidamente, porque as conveniências do momento determinavam que ele assim procedesse. Evidentemente, não estou fazendo nenhuma alusão a que o Brasil deva mudar de opinião sobre reconhecer ou não a soberania, ou melhor, estimular que seja reconhecida a soberania das ilhas pela Argentina. Acho que o Brasil poderia apoiar a reivindicação, mas não poderia ir adiante disso e apoiar o ato de força que a Argentina praticou. É somente estou, aqui, citando a Argentina diretamente porque foi o tema do meu discurso. Não se pode falar pecado sem falar do pecador, neste caso.

Então, à posição do Brasil parece-me extremamente difícil de compreender. Será que a solidariedade continental, é uma das razões que obriga a isso? Já declarei aqui, Sr. Ministro, e lamento voltar a dizer, que nos anos da guerra, em 1942, essa solidariedade continental não existia, porque os nossos navios eram afundados e o nosso vizinho vendia trigo e carne para o nosso inimigo.

V. Ex^a mesmo participou, como Secretário-Geral do Itamarati, das dificuldades que o antigo Chanceler Azeredo da Silveira encontrou na discussão e no encaminhamento das questões de Itaipu com o governo Argentino.

Sinto, Sr. Ministro, que não está havendo uma equidistância do Brasil no tratamento com os dois países, que são países amigos. Acho que a Argentina está sendo mais prestigiada e creio que este fato pode acarretar, para o nosso País, uma posição extremamente desconfortável, dentro da comunidade internacional, porque se o Brasil é membro da OEA, não é menos verdade que, também, é membro da ONU. Quando se fala na Resolução 502 a qual determina uma cessação de hostilidade, imediata determina a retiradas das forças argentinas das Ilhas Falkland e pede aos dois Governos que procurem uma forma pacífica de pôr fim a essa questão, em nenhum instante, chegou ao meu conhecimento, ao ser citado esse documento também o foi o parágrafo anterior, o qual gera esses três aspectos e que diz o seguinte:

“A ONU, profundamente perturbada pelos reportes de uma invasão no dia 2 de abril, pelas forças armadas argentinas...”

A própria ONU classifica e qualifica, na Resolução 502 quem é o país invasor, antes de pedir as medidas.

Não me lembro, não consta, que o Brasil tenha condenado com a mesma veemência com que condenou há dias atrás, a realização inglesa, o ataque às ilhas. Esse procedimento acusa-me espécie, porque são países amigos, como foi dito por V. Ex^a e pelo Governo.

A opinião pública nacional está inteiramente dividida. Os maiores jornais do país, como o *Jornal do Brasil* e o *Estado de S. Paulo*, têm feito artigos que demonstram que não existe uma unidade de pensamento.

Mas não queria me alongar, Sr. Ministro, porque acho que o tempo é muito pouco para que possamos fazer um quadro completo. Tenho só uma questão que, para mim, é de grande importância. Foi noticiado amplamente que foram feitas vendas de equipamentos bélicos, a saber, aviões, para a Argentina, neste instante. Pergunto a V. Ex^a se isso não nos pode envolver, perigosamente, além do desejado, nessa questão acho que não nos devemos considerar em neutralidade, porque estamos nos mostrando mais inclinados para um lado do que para o outro e qual a participação que o Itamarati teve como conselheiro para essa venda, se houve por parte dele alguma interferência.

Era esta a minha pergunta.

O SR. MINISTRO SARAIVA GUERREIRO - Exm^o. Sr. Presidente do Senado, Exm^o Senhor Luiz Freire.

Queria, antes de mais nada, agradecer as referências que V. Ex^a, nobre Senador, tem feito, muito generosas, à minha atuação e a do meu Ministério.

A posição brasileira tem sido sempre a de reiterar o que ininterruptamente houve, quer dizer, o reconhecimento do direito argentino à soberania. É lógico que isso não é uma posição universal, é posição do Brasil, é posição de vários países latino-americanos e, ao lado disso, empenhar-se por uma solução pacífica dessa controvérsia. Não tem ido além disso, nem convém que vá, isso não é pouco.

Quanto à questão de venda de armamentos, nós seguimos, no Itamarati, uma norma permanente de não comentar essas vendas, entendendo que se dê preferência ao país que compra pois ele saberá se lhe convém ou não mencionar este fato. Entretanto, no caso da venda dos dois Bandeirantes, que se tornou pública, devo dizer o seguinte: em primeiro lugar, ela está dentro de um critério que seguimos sempre, que é o de não criar desequilíbrios nas situações certamente ela não cria nenhum desequilíbrio —; em segundo lugar que não há nenhuma injunção, pois só quem poderia, a rigor, estabelecer de forma internacionalmente válida uma proibição seria o próprio Conselho de Segurança das Nações Unidas e este não estabeleceu. Seria uma recusa de tipo político de, nossa parte, unilateral, se não vendêssemos. Não houve uma decisão de tratarmos o assunto dentro de um tecnicismo neutralista como se houvesse uma guerra formal. Há, certamente, um conflito que nenhuma das duas partes caracterizou como uma guerra de tipo clássico e muito da nossa posição tem sido explicada por essas duas indicações básicas — se V. Ex^a quiser inclinada pela Argentina pelo reconhecimento dos seus direitos — e pela ênfase da necessidade de uma solução pacífica. As motivações são também, não só baseadas no passado, mas muito preocupadas com o futuro. Evidentemente, que as exposições específicas de política externa, como qualquer política não são estáticas, como V. Ex^a disse, mas não acreditamos que neste momento fosse de qualquer ajuda por parte do Brasil, para uma evolução razoável da situação, sair ou dizer mais do que tem dito.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ FERNANDO FREIRE — V. Ex^a me respondeu e eu continuo com as minhas dúvidas, mas acho que estas são menores do que a minha confiança no Ministro das Relações Exteriores do Brasil. O que eu posso fazer é desejar a V. Ex^a as felicidades maiores no desempenho da sua função, e que o Senhor consiga o que todos nós desejamos, que é manter o nosso País fora dessa guerra.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Eu me permito reiterar aos Srs. Senadores a informação de que não há réplica nesse ritual, mas não posso, evidentemente, impedir que ocorra.

Como último interpellante inscrito, concedo a palavra ao nobre Senador Paulo Brossard.

O SR. PAULO BROSSARD — Sr. Presidente, Sr. Ministro Saraiva Guerreiro.

Tenho algumas perguntas, quatro ou cinco, para fazer a V. Ex^a, e que, como toda a pergunta, devem ser breves e objetivas. Antes de formulá-las, contudo, peço vênha para pôr em realce, em brevíssimas palavras, a singularidade da política externa do nosso País desde que ele se tornou independente, singularidade que se caracteriza, inclusive, por uma admirável coerência.

Os homens que fizeram a Independência; e que enfrentavam as convulsões do período regencial, talvez não tivessem noção precisa do que viria a ser o Brasil e o Mundo, vistos do tempo em que eles viviam, o que me parece mais admirável ainda. A política externa do Brasil, para mim, é um dos capítulos mais fascinantes da História do Brasil. Há instantes, o nosso mestre, Senador Luiz Viana, aludia incidentemente ao tratado de Tríplice Aliança. O Tratado da Tríplice Aliança foi firmado, foi convencionado, foi celebrado por quem? Por um jovem diplomata que aprendeu diplomacia nas redações dos jornais e na Rua do Ouvidor, Francisco Otaviano. Contudo, prestou ao País e à América os serviços que decorreram daquele memorável ato internacional.

De outra parte, foi o mesmo eminente Senador pela Bahia que me chamou a atenção para o Prata, e o que ele importa para o Brasil. Também penso assim. Dou muito valor à Geografia. Sem chegar ao absolutismo ratzeliano acho que a Geografia influi poderosamente na política. Por isso mesmo, Sr. Ministro, sempre valorizei extraordinariamente as nossas relações com a República Argentina. Sempre as considere sob um ponto de vista especial. E até me permito repetir-me, nesta tarde, nesta tribuna, quando uma vez, discutindo um determinado problema, a viagem do Presidente da República àquele País, tive ocasião de dizer que eu dava tal valor à Argentina e às relações brasileiro-argentinas que eu diria que as nossas leis tradicionalmente estabelecem alguns requisitos para que alguém possa ser Presidente da República: "Brasileiro nato, maior de trinta e cinco anos, estar no gozo dos direitos políticos." E eu acrescentaria uma quarta exigência: conhecer a Argentina, porque conhecê-la equivaleria a estimá-la e apreciá-la.

Dizendo estas palavras, Sr. Presidente e Sr. Ministro, e que não são improvisadas porque já as pronunciei desta tribuna, em outra situação inteiramente diversa desta em que agora nos encontramos, dolorosa e pungente, dizendo estas palavras, V. Ex^a há de medir devidamente o que vou dizer a respeito, logo a seguir, da situação criada agora, no dia 2 de abril, porque ou muito enganado estou eu, ou o mundo mudou. Até o dia 1º do mês passado era um, a partir do dia 2 passou a ser outro pra os países americanos, para a América, e creio que, sem jactância e sem exagero, para o Universo.

Terei a maior cautela, Sr. Ministro, nas considerações que vou fazer, como compreendo a natural cautela de um homem que, se devesse definir com alguma característica, eu diria exatamente que era por ser cauteloso, V. Ex^a. Compreendo por isto a cautela com que tem se pronunciado nesta tarde.

Mas, permito-me ponderar, retomando a observação feita pelo nobre Senador Luiz Fernando Freire, que este problema, pela sua evidente gravidade, está interessando hoje a todos os brasileiros, e o fato de haver jornais, os mais importantes e qualificados, que têm uma posição um tanto diversa da que V. Ex^a tem seguido, mostra o grau de interesse e a natural complexidade da matéria. Só em relação às coisas simples é que há unidade de pontos de vista.

Mas, por isto mesmo, penso que esta tarde o Senado presta um serviço à Nação e, suponho, que a V. Ex^a, permitindo que V. Ex^a diga, neste plenário, à Nação brasileira, alguma coisa que ela gostaria de ouvir, exatamente pelo grau de interesse que existe em todo o País pelo que está acontecendo na nossa vizinhança e envolvendo um amigo tão estreitamente vinculado ao nosso País, como é a República Argentina.

Terei também eu cautela, Sr. Ministro, e farei o esforço de não sair do estritamente necessário para formular as perguntas que hei de fazer, deixando de apreciar fatos, infelizmente fatos já ocorridos e que vieram a ocorrer depois de 2 de abril, e que não dizem respeito imediatamente à posição do Brasil.

V. Ex^a está a ver que me refiro, de um lado, à posição de Cuba, à posição da União Soviética e à posição dos Estados Unidos da América, em sentido distinto, se não oposto.

Isto posto, Sr. Presidente, isto posto, Sr. Ministro, V. Ex^a lembrou que o problema das Malvinas surgiu no ano de 1823, quando a Grã-Bretanha tomou posse, pelos meios ao seu alcance, daquelas ilhas, naquele momento ocupadas pelos argentinos. Digo naquele momento, porque, anteriormente, vários tinham sido os possuidores.

Curioso, o Brasil de 1833, o Brasil da Regência, como V. Ex^a lembrou, tomou posição favorável à postulação Argentina. Este é um fato, é um fato histórico, e é um fato da nossa história diplomática. Os homens da Regência, quando não havia rádio, quando não havia telex, quando não havia telefone, quando não sei se já havia telégrafo aqui nas nossas terras — creio que ainda não — os homens da Regência tomaram esta posição e fizeram sentir ao Governo Britânico e ao Governo Argentino esta posição. E, salvo engano meu, esta posição tem sido invariavelmente mantida nos 149 anos que medeiam entre aquele ano e o Ano da Graça de Nosso Senhor Jesus Cristo em 1982.

V. Ex^a disse — e eu registrei as suas palavras porque gostei da precisão — V. Ex^a disse que a situação de fato, decorrente do apossamento das Ilhas Malvinas ou das Ilhas Falklands, pela Grã-Bretanha, não deu validade incontroversa à posse da Grã-Bretanha, uma vez que, desde então, a República Argentina tem interposto o seu protesto em todas as ocasiões, relativamente a esta posse. Creio que foram palavras suas. E que, desde 1955, o problema tem sido objeto de apreciação no Fórum Internacional da Organização das Nações Unidas.

Quer me parecer que das palavras de V. Ex^a se retira uma conclusão que, ao meu espírito, parece incontroversa. É que se tratava de uma situação litigiosa: a Argentina a reivindicar um direito que não exercia, e a Grã-Bretanha a exercer, de fato, um direito contestado pela República Argentina; um litígio.

Foi assim até o dia 1º de abril. No dia 2 de abril, uma das partes, unilateralmente, invadiu as ilhas, até então litigiosas, e pela força delas se apossou, servindo-se — dizem os jornais, e não tenho outra fonte de informação — de alguns milhares de soldados, cinco mil, em números redondos.

Até aqui estou em matéria de fato, estou descrevendo uma situação. Quer me parecer que não havia necessidade de um grande talento diplomático ou político para esperar o que em termos de Direito Civil se chama de esforço imediato, em caso de esbulho possessório.

De modo que era previsível uma reação da Nação que, depois de 149 anos, foi violentamente esbulhada da posse que exercia, independentemente de um ajuizamento acerca da validade ou da qualidade da posse; para nós brasileiros, questão litigiosa, e a nossa manifestação favorável à República Argentina.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Peço a V. Ex^a que formule as perguntas, porque o tempo de V. Ex^a, infelizmente, já se esgotou.

O SR. PAULO BROSSARD — Creio, Sr. Presidente, que a magnitude do assunto pode levar V. Ex^a a um mínimo de tolerância, o que aliás é próprio do seu temperamento liberal.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — É um dado a mais para se considerar no Regimento.

O SR. PAULO BROSSARD — Sr. Ministro, vou formular a primeira pergunta, pergunta objetiva, simples e clara, uma pergunta dividida em dois itens. O Brasil, amigo da Argentina, como, aliás, da Grã-Bretanha, amigo da Argentina, foi informado da invasão iminente, antes, evidentemente — só poderia ser antes — do dia 2 de abril?

Segunda indagação: o Brasil condenou a invasão, como condenou o gesto da Comunidade Econômica Européia, que disse não ter fundamento, nem no Gatt, nem na Carta das Nações Unidas?

Essa, Sr. Ministro, a primeira pergunta, dividida em dois itens.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — V. Ex^a poderá ouvir todas as perguntas ou respondê-las uma a uma.

O SR. MINISTRO SARAIVA GUERREIRO — Prefiro responder logo à primeira, porque são quatro.

Eu diria, quanto à primeira parte da primeira pergunta — se fomos informados, que não.

Quanto à segunda parte da pergunta, a nossa preocupação, no caso, foi sempre de criar condições para uma solução pacífica. Por isso nós tomamos, desde o princípio, uma atitude que dava toda ênfase a uma evolução pacífica da situação, sem nos manifestarmos sobre o fato em si.

Quanto à atitude da Inglaterra e da CEE, tendo havido a parte queixosa, que no caso era a Inglaterra, tendo levado ao Conselho de Segurança das Nações Unidas a sua posição, tendo obtido ali a aprovação de uma resolução por ela mesma apresentada, nós entendíamos que daí por diante cabia ao Conselho de Segurança, caso não fosse implementada a sua resolução, tomar as medidas que fossem necessárias para esse fim, em todo o conjunto da resolução, e não a um Estado membro, qualquer que ele fosse, atribuir-se o mandato de implementar. E o direito legítimo à defesa surge quando o Conselho não toma a ação. Ele havia tomado uma ação; cabia, portanto, voltar a esse Conselho e pedir as medidas.

De qualquer forma é preciso lembrar — e é fato notório — que durante várias semanas o que houve foi que se concentraram todos os esforços, todas as atenções e se procurou não perturbar, de qualquer maneira, a tarefa de mediação do Secretário de Estado Americano. E nós entendemos que a melhor maneira de não perturbar essa tarefa, todo o tempo, era esta, de apoiarmos a solução pacífica em todas as oportunidades, fazermos apelos às partes. Basicamente essa foi a linha que seguimos e que achamos que estava certa, que era preciso encontrar uma solução pacífica, que era preciso, caso isso não ocor-

resse, pelos meios de uma ação bilateral, voltar ao concerto das Nações Unidas e aí recolocar o problema.

Basicamente é essa a posição.

O SR. PAULO BROSSARD — Se bem entendi, a resposta é negativa a ambos os quesitos da primeira pergunta, pelos motivos declinados.

O SR. MINISTRO SARAIVA GUERREIRO — Pelos motivos expostos, e por outros mais profundos, até, que aqui foram referidos, pensando em 10, 20 anos a partir de agora.

O SR. PAULO BROSSARD — Pelos motivos expostos, a resposta é negativa. Muito grato a V. Ex^a Passo à segunda pergunta que, de certa forma, decorre da primeira.

Depois do trágico 2 de abril, na semana passada, veio a ocorrer um ato deploravelmente de guerra: foi atingido o cruzador General Belgrano, atingido e afundado, cruzador da Marinha Argentina.

O Governo brasileiro, pelo seu Chefe, passou um telegrama ao Chefe do Governo Argentino, deplorando o fato, deplorando as vítimas humanas, como se tornou público, pelos jornais.

Creio que horas depois o cruzador Sheffield, da Marinha Britânica, foi atingido e veio a ser afundado por ato, também, inequivocamente perigoso, da Argentina.

O Senhor Presidente da República expressou ao Governo da nação amiga, da Grã-Bretanha, manifestação igual?

O SR. MINISTRO SARAIVA GUERREIRO — Ilustre Senador Paulo Brossard, as expressões do Presidente da República, num caso e no outro, são determinadas essencialmente pelo sofrimento humano, pela profunda sensação causada por perdas de vidas humanas, e pelo que isso significa como indez, como sinal do que pode acontecer para diante; o telegrama para o Chefe de governo argentino reflete muito, também, um sentimento e certo grau de intimidade que existe e, não se pode negar — o Senador conhece mais do que ninguém — entre os dois países, de um ponto de vista humano.

Agora, devo informar que hoje o Presidente da República está enviando à Chefe de governo britânica, Sr^a Margaret Thatcher, um telegrama que passo a ler:

“Consternado pela perda de vidas humanas, particularmente sensível quando afeta dois povos amigos, rogo aceitar minhas condolências pelas perdas ocorridas entre a tripulação do destróier Sheffield. Meus fervorosos votos de que se torne possível às partes encontrar uma fórmula de interromper, como mútuo acordo, a violência.”

O SR. PAULO BROSSARD — Repito a reação instintiva do Sr. Presidente da Casa: também eu suspirei quando V. Ex^a leu o telegrama, o segundo telegrama. Felicito-me por haver feito a pergunta, porque já havia quem entendesse que o telegrama a uma das partes e o não telebrama à outra, significaria uma preferência por um tipo de governo, um determinado país. O telegrama que V. Ex^a acaba de ler me tranquiliza.

Passo à terceira pergunta: a invasão das Ilhas Malvinas ocorreu no dia 2 de abril; no dia 3 de abril, o Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas aprovou a Resolução nº 502, que V. Ex^a disse ter o caráter de Resolução obrigatória. Essa resolução contém três partes que se interligam, se não estou equivocado: a cessação das hostilidades, a restauração do *status quo ante* com a retirada das forças chamadas de invasoras pelo próprio Conselho de Segurança e a negociação entre as partes.

Se não estou equivocado, essa Resolução não foi cumprida por nenhuma das partes e, isso posto, pergunto se o nosso País tomou alguma providência objetiva e direta no sentido de fazer com que a observância dessa Resolução 502 viesse a ter início, tendo-se em vista, particularmente, a estreiteza de relações que em relação ao nosso vizinho do Prata mantém o Governo do Brasil, estreiteza essa a que V. Ex^a fez referência ao responder-me anteriormente?

O SR. MINISTRO SARAIVA GUERREIRO — Sr. Presidente do Senado, ilustre Senador Jarbas Passarinho, ilustre Senador Paulo Brossard, a Resolução do Conselho de Segurança, como V. Ex^a lembrou, tem três pontos: cessação de hostilidades, retirada das tropas e negociações. Não estabelece, propriamente, uma volta ao *status quo ante*, exatamente, posto que ela prevê negociações entre as partes.

O SR. PAULO BROSSARD — Posso tornar mais claro o meu pensamento? Falo na retirada das forças e, nesse sentido, o *status quo ante*.

O SR. MINISTRO SARAIVA GUERREIRO — Não necessariamente, pois que prevê negociações entre as partes e, portanto, elas podiam negociar algo um tanto diferente.

O SR. PAULO BROSSARD — Mas a Resolução fala explicitamente, em um dos seus itens, na retirada das tropas.

O SR. MINISTRO SARAIVA GUERREIRO — Tem razão, está fato sim; a retirada das tropas, mas não necessariamente o *status quo ante*.

O SR. PAULO BROSSARD — Eu disse *status quo ante* apenas para esclarecer o meu pensamento; não tenho o propósito de apartear-lo, mas até para facilitar a sua resposta. O *status quo ante* dizia respeito — tive eu a intenção — em relação a este ponto.

O SR. MINISTRO SARAIVA GUERREIRO — Ao ponto apenas da retirada.

A declaração de 2 de abril, fala nas notas que entregamos no dia 6 de abril aos Embaixadores dos dois países em que dizíamos:

“Fiel à sua tradição de defesa da paz e da concórdia entre as nações e inspirado pela sólida amizade que o liga a cada uma das partes, o Brasil formula veemente apelo aos Governos da República Argentina e do Reino Unido, no sentido de que envidem todos os esforços para buscarem uma solução pacífica para a atual controvérsia. O Brasil confia na sabedoria dos governantes dos dois países e acredita firmemente que encontrarão para o problema que os divide, solução de acordo com os melhores interesses de seus povos e da paz.”

Nessa ocasião nós nos oferecemos como canal de comunicação para o que eles quisessem, qualquer esforço que eles achassem útil. Mais adiante, o Senhor Presidente da República fez apelos, em telegramas, do dia 2 de abril, ao Chefe de Governo da Argentina e ao Chefe de Governo do Reino Unido. Informalmente, não posso dizer tudo o que fizemos, mas conversamos muitas vezes sobre a necessidade de que fosse procurado um caminho em que houvesse negociação, que se encontrasse uma maneira, digamos assim, de superar a situação que se havia criado. Depois, na reunião, houve também a resposta do Senhor Presidente da República à carta do Presidente da Argentina, uma carta-circular que ele enviou aos Presidentes da América, que era a mesma coisa: recorrer aos meios pacíficos, preservar a paz, que os dois países negociassem as suas diferenças com espírito de mútua compreensão recíproca.

Em todos os momentos, inclusive na reunião de consulta da OEA, esta foi a posição do Brasil, sendo que nessa resolução do órgão de consulta, está reafirmado — como não poderia deixar de ser, porque é obrigatório, e obriga a organização regional — a Resolução 502 a ser cumprida em todos os seus aspectos, isto é: não haver mais hostilidades, retirem-se as tropas argentinas e as partes negociarem.

É óbvio que para que isso seja feito com um sentido prático, era necessária a negociação para ver como se executava. Infelizmente, não foi possível chegar a um acordo entre as partes, apesar da mediação, do esforço realizado pelo Secretário de Estado americano e nós achamos, como eu já disse, que o caminho para buscar uma implementação dessa resolução em todos os seus aspectos, sem a operação militar, isto é, por mútuo consenso, por uma ação do Conselho de Segurança que as partes tenham de acatar quanto ao *modus faciendi*, inclusive, é uma tarefa que incumbe, agora, ao Conselho de Segurança das Nações Unidas e que nós Governo brasileiro, temos estimulado, tanto bilateralmente em conversa, quanto publicamente, como o meu telegrama em nome do Governo brasileiro, ao Secretário-Geral das Nações Unidas, que antecedeu de dois dias ao início das consultas dentro do Conselho de Segurança, do Presidente do Conselho com os países participantes e alguns outros, a respeito do que se poderia fazer.

Temos a esperança de que num período relativamente curto, se possa caminhar, se possa sair desse impasse, dessa espiral de violência.

Creio que é o que eu posso dizer a V. Ex^a, no momento.

O SR. PAULO BROSSARD — De certa forma, Sr. Ministro, V. Ex^a respondeu, pelo menos em parte; por isso eu disse que de certa forma, caberia a pergunta que lhe ia fazer agora.

Mas, para que V. Ex^a tenha oportunidade de dizer, talvez mais objetivamente, vou formulá-la brevemente e ainda uma vez para mostrar a minha simpatia pela República Argentina.

Tenho em mãos a entrevista que *O Estado de S. Paulo*, de ontem, divulgou, do ex-Chanceler e ex-Embaixador Oscar Camilion, ainda ontem chanceler, anteontem embaixador do seu país junto ao Governo brasileiro. Numa das primeiras respostas ele diz “que se deve compreender que a situação tornou-se incontrolável depois da escalada militar. Defende a negociação como saída para o problema, lembrando inclusive que a negociação foi meio de resolver um problema que se arrastava entre a Argentina e o Brasil do qual ele e V. Ex^a foram partes importantes para o desfecho.

Depois chega mesmo a dizer que “não temos outra alternativa para obter uma saída nesta situação trágica em que nos encontramos que não seja as Nações Unidas”.

A questão das Malvinas tinha que ser negociada e ao termo da entrevista, alude ao Brasil e ao papel do Brasil e diz:

"O Brasil até agora foi um dos eixos para a diplomacia argentina. Era vital a Argentina ter o apoio moral, político e diplomático do Brasil. O Brasil sustentou a posição argentina na medida em que ela era sustentável."

São palavras de um homem da qualificação do Sr. Oscar Camilion, que saiu do Brasil recebendo, inclusive desta Casa, através da palavra do Senador Luiz Viana, uma mensagem de simpatia verdadeiramente consagradora, porque as palavras do eminente Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado foram secundadas pela palavra da generalidade dos membros desta Câmara.

Perguntaria, concretamente, objetivamente: o Brasil poderia fazer alguma coisa declinável neste momento, em favor do estabelecimento das negociações para a solução pacífica, ainda que tardia, mas uma solução pacífica desta controvérsia?

O SR. MINISTRO SARAIVA GUERREIRO — Sr. Presidente do Senado, ilustre Senador Paulo Brossard, na linha do que V. Ex^a disse, no fundo se compreende muito bem, os amigos têm de trabalhar em qualquer situação. E esta foi a nossa preocupação, porque queremos ter a amizade para o futuro, e todo o nosso esforço tem sido neste sentido. Não o de procurar um processo de tipo judicial de dar sentenças, mas de ajudar a superar um problema.

E continuamos neste caminho, e também tivemos esta impressão, desde a reunião dos órgãos de consulta. Saí de lá claramente com a impressão de que estava mais do que madura a fase em que o esforço tinha que ser concentrado no contexto das Nações Unidas e que talvez, aí, se criassem as condições para superar o problema.

E temos feito o que podíamos fazer, como age a diplomacia, não age com canhões, mas com palavras, com conversa e é isso o que temos feito.

O SR. PAULO BROSSARD — Sr. Ministro, vou formular a derradeira indagação, saindo um pouco, concretamente, do caso das Malvinas, em termos de Argentina e Grã-Bretanha, mas sem sairmos do grande tema, que é a política continental, particularmente a política brasileira, no contexto americano.

Tem sido afirmado, e se não estou em equívoco V. Ex^a creio que conheceu alguma coisa neste sentido, tem sido afirmado por jornalistas, por debatedores, por entendidos, professores, que o sistema interamericano teria ficado esfaqueado, desfeito, ou, pelo menos, na mais benigna das interpretações, mutilado, abalado, porque o TIAR, o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, o Tratado do Rio de Janeiro, deixou de ser aplicado.

Tenho lido e ouvido, inclusive em programas de televisão, que tem uma grande difusão, como se sabe.

Eu gostaria de perguntar ao Ministro se participa desse ponto de vista. Se realmente o sistema interamericano ficou esfaqueado, ou mutilado por não ter sido aplicado ao caso. E faço a pergunta, que é a última, porque tenho em mãos o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, e ele diz, em um de seus considerandos:

"Que a obrigação de auxílio mútuo e de defesa comum das Repúblicas Americanas se acha essencialmente ligada a seus ideais democráticos e à sua vontade de permanente cooperação para realizar os princípios e propósitos de uma política de paz;

Que a comunidade regional americana sustenta como verdade manifesta que a organização jurídica é uma condição necessária para a segurança e paz, e que a paz se funda na justiça e na ordem moral e, portanto, no reconhecimento e na proteção internacionais dos direitos e liberdades da pessoa humana, no bem-estar indispensável dos povos e na efetividade da democracia, para a realização internacional da justiça e da segurança,..."

E, depois, no

"ARTIGO 2º

Como consequência do princípio formulado no Artigo anterior, as Altas Partes Contratantes comprometem-se a submeter toda controvérsia, que entre ela surja, aos métodos de solução pacífica e a procurar resolvê-la entre si, mediante os processos vigentes no Sistema Interamericano, antes de a referir à Assembleia Geral ou ao Conselho de Segurança das Nações Unidas.

ARTIGO 3º

1. As Altas Partes Contratantes concordam em que um ataque armado, por parte de qualquer Estado, contra um Estado Americano, será considerado como um ataque contra todos os Estados Americanos e, em consequência, cada uma das ditas Partes Contra-

tantes se compromete a ajudar a fazer frente ao ataque, no exercício do direito iminente de legítima defesa individual ou coletiva que é reconhecido pelo Artigo 51 da Carta das Nações Unidas."

Tenho em vista que, por mais simpáticos que sejamos ao país vizinho, creio que ninguém afirmará que o governo da República Argentina seja um governo eleito democraticamente.

E bastaria isto. Já não falo em relação a direitos de liberdade da pessoa humana, porque me basta a primeira proposição. Mas, tendo em vista, Sr. Ministro, que no dia 2 de abril houve uma agressão realmente, mas não foi de um país europeu ou extracontinental a um país americano, foi exatamente o contrário. Bem ou mal, não formulo juízo neste momento, mas no dia 2 de abril as Forças Armadas da República Argentina invadiram e, pela força, se apossaram das ilhas que consideram suas, depois de 149 anos. Como se pode entender, Sr. Ministro, que tivesse aplicação ao caso o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, que cuida de espécie totalmente diferente do caso concreto? E como se pode falar do estilhaçamento ou na destruição do sistema americano pelo que me parece uma suposta inaplicação do Tratado do Rio de Janeiro? Mas, eu sou leigo e gostaria de ouvir a palavra autorizada do Ministro de Estado das Relações Exteriores.

O SR. MINISTRO SARAIVA GUERREIRO — Sr. Presidente do Senado, ilustre Senador Paulo Brossard:

Eu responderia à sua pergunta — se acho que há um estilhaçamento ou mutilação do sistema interamericano — da seguinte forma: eu não uso esse tipo de palavras dramáticas. Que há, de fato, uma crise no sistema é evidente e é um fato político. Basta ver as diversas declarações de países do continente. E, uma crise, não significa necessariamente o estilhaçamento.

E o outro ponto de vista, eu diria que uma coisa é alteração de um sistema, e outra coisa são aquelas idéias fundamentais que estão por detrás dele. E as idéias, em si, eu não creio que sejam infirmadas mesmo por uma crise.

O SR. PAULO BROSSARD — Sr. Presidente, vou interpor embargos declaratórios à resposta que acaba de ser dada.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — E eu interponho contra o próprio Presidente da Comissão porque, realmente como salientou aqui o Senador Luiz Fernando Freire, seria assim muito mais interessante neste caso, que a convocação tivesse sido feita realmente para a Comissão, porque aqui sou inteiramente vítima; digo bem, medi a palavra: sou vítima do Regimento. Se ele dá 10 minutos para cada interpelante e, no caso de V. Ex^a, esses 10 minutos já são 40...

O SR. PAULO BROSSARD — Para cada interpelante ou para cada interpelação?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Não. Para cada interpelante.

O SR. PAULO BROSSARD — Entendi que fosse para cada interpelação.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — V. Ex^a diz interpelação. A sua interpretação me salva. Essa interpretação me deixa muito bem junto aos meus companheiros, e a V. Ex^a, para provar que não houve uma discriminação. Como a sessão está praticamente atípica, como se hoje se costuma dizer, estou recebendo, ainda, inscrições e, na verdade, não existiria mais a possibilidade. Não posso cercear a oportunidade dos nobres Senadores Dirceu Cardoso e Roberto Saturnino de fazerem perguntas.

Por isso, então, eu insistiria que nos ativessemos ao texto regimental.

O SR. PAULO BROSSARD — Eu prometo, realmente, encerrar, Sr. Presidente.

Eu fui o primeiro a declarar, Sr. Ministro Saraiva Guerreiro, que o mundo, não apenas a América, mas também o mundo, e dizendo o mundo digo também América, a partir de 2 de abril era diferente, tinha mudado. De modo que, sob esse ponto de vista, é claro que tudo mudou, inclusive o sistema interamericano.

Mas a minha pergunta era específica, era em função dos termos explícitos, concretos, limitados, do Tratado Interamericano, que eu me limitei, resumidamente, a mencionar, se se pode concluir que tenha havido estilhaçamento, como tem sido apregoado, largamente apregoado, ou se não estralhaçamento, pelo menos uma mutilação do sistema interamericano. É que quer me parecer que por maior que seja a convulsão, ou a avulsão provocada pelos acontecimentos de 2 de abril, e pelos que se seguiram a ele, eu creio que não se pode tirar essa ilação, porque o Tratado do Rio de Janeiro tem objetivo específico e limitado e que aplicação alguma teria ao caso concreto, pelos motivos ligeiríssimamente por mim enunciados.

Gostaria de ouvir, a este respeito, a palavra autorizada de V. Ex^a

O SR. MINISTRO SARAIVA GUERREIRO — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Acho que a minha resposta contempla a pergunta do Senador Paulo Brossard. Há, evidentemente, uma crise política no sistema, mas isso é uma coisa; a outra são as idéias, o conteúdo do tratado. E eu acho que essas idéias permanecem de pé. Agora, que há uma crise política, há por diversos motivos. É o que eu poderia dizer.

O SR. PAULO BROSSARD — Não fora a implacabilidade draconiana do Regimento, Sr. Ministro, eu teria outras indagações a fazer. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Concedo a palavra ao nobre Senador Dirceu Cardoso. Lembro que o tempo de V. Ex^a é de 10 minutos.

O Sr. Dirceu Cardoso — Não precisa dizer nada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kalume) — Estou cumprindo o Regimento, nobre Senador.

O SR. DIRCEU CARDOSO PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Concedo a palavra ao nobre Senador Roberto Saturnino que será seguido do nobre Líder da Maioria.

Dou uma explicação à Casa. Não há sessão extraordinária marcada para o Senado. Há sessão extraordinária marcada para o Congresso às 19 horas e eu espero que todos nós às 19 horas estejamos liberados, particularmente o Ministro de Estado.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Ministro:

Não era minha intenção comparecer a esta tribuna hoje; não me havia inscrito previamente, porque confesso que não tinha nenhuma interpelação a fazer a S. Ex^a, de vez que como já declarei desta mesma tribuna, na minha visão pessoal, a visão pessoal de um representante, de um Parlamentar de Oposição, o desempenho do Governo Brasileiro, particularmente do Ministério das Relações Exteriores, tem sido, neste caso, o mais acertado.

Compreendo que a posição é difícil, lembro-me das palavras, se não me engano, do Senador Teotônio Vilela, aqui desta tribuna, quando se referia à dificuldade das posições de V. Ex^a, hoje. Acho porém que a posição difícil não é nem de V. Ex^a, nem do Governo Brasileiro, mas sim da Nação Brasileira, pela situação em que se encontra diante de um conflito entre duas nações amigas.

Não obstante esta dificuldade, a meu juízo, o Governo tem se desempenhado de forma rigorosamente certa diante dessas dificuldades. Por conseguinte, não sentia necessidade de colocar nenhuma interpelação, mas no curso dos debates, passei a sentir a necessidade de fazer algumas considerações — e espero que V. Ex^a compreenda — considerações estas que, não sei, o Sr. Ministro de Estado, pela responsabilidade que tem, talvez não possa fazer tão explicitamente, mas que um homem de Oposição, embora concorde com o Governo neste caso, pode fazer com mais liberdade.

O Senador Paulo Brossard disse, a meu ver com muita propriedade, que o mundo mudou após o 2 de abril. Não quero discordar de S. Ex^a embora não possamos avaliar todas as conseqüências desse fato, mas efetivamente é muito possível que o mundo passe por grandes transformações a partir desse fato que, inicialmente, não se podia tomar como um fato capaz de provocar tão profundas transformações. Entretanto, isto é assim. Às vezes um fato de menor importância cristaliza algo que já está implícito, como uma nuvem que se precipita quando é provocada por um agente externo.

Na minha visão, o mundo vem mudando. Vem mudando muito no curso dos últimos 20 ou 30 anos, pelo menos desde a década dos anos de 1950, quando se realizou a famosa Conferência de Bandung.

Há 150 anos, quando a Inglaterra praticou o ato agressor sobre a Argentina, a situação, a estruturação de poder era tal que não creio que nenhum País tivesse contestado a ação da armada inglesa, a não ser a própria Argentina, vítima daquela agressão.

Entretanto, as estruturas de poder, hoje, são outras, estruturas de poder mundial, quer dizer, a bipolaridade permitiu o surgimento de uma organização entre países dispostos a sustentar uma posição independente. Refiro-me àquele marco que foi a Conferência de Bandung. Tudo, a partir de então, a organização de uma força independente, de um conjunto de países chama-

dos não-alinhados, ou terceiro mundo, como quer que se queira denominar, configurou uma nova posição e vem despertando com esse passar, com esse desenrolar dos acontecimentos, despertando cada vez mais a consciência entre os povos, e os povos do chamado terceiro mundo, da existência desses conflitos de interesses, dessa divisão de interesses, que hoje se denomina de confronto Norte/Sul entre os próprios Países do Ocidente.

A meu ver, o atual conflito Inglaterra/Argentina, em torno da posse das Ilhas Malvinas, não pode deixar de refletir também essa nova configuração de poderes do mundo.

Não vejo como, por exemplo, a Comunidade Econômica Européia, posta ter tomado a posição que tomou, de impor o boicote econômico à Argentina, senão tendo em vista o seu alinhamento com um determinado conjunto de forças, seja do primeiro mundo, ou como se queira chamar. Acho que seria ingênuo supor uma solidariedade ao direito internacional violado pela Argentina. Porque quando se deu a invasão do Afeganistão, foi pedido um boicote econômico à União Soviética, e a Comunidade Econômica Européia simplesmente negou esse boicote, porque não se tratava de um país do terceiro mundo, mas de uma potência mundial. Agora, quando se trata de um país do terceiro mundo, a reação é singularmente diferente. Então, a meu ver, a posição tomada pela Comunidade Européia se insere exatamente nesse contexto que é a nova configuração de poderes do mundo. Do mesmo modo seria ingênuo, se não vissemos isto também na posição norte-americana de solidariedade à Inglaterra, quando a Argentina, até pouco tempo, era o mundo aliado dos Estados Unidos no Continente Americano. Entretanto, os Estados Unidos surpreendem a própria América com uma solidariedade integral, impondo até sanções econômicas à Argentina que, ao meu juízo, só pode ocorrer quando se entende, quando se desvenda esse assunto, dentro dessa nova perspectiva, dessa nova ótica, que é a ótica da configuração da divisão de poderes do mundo que evidenciamos hoje.

E, neste sentido, também não é possível exigir do Brasil uma posição de neutralidade absoluta, de vez que o Brasil tem ligações, tem enraizamento de natureza econômica e política com esse conjunto de países, embora nunca tivesse se proposto a uma liderança, ou a uma presença mais ostensiva nesse grupo de países do chamado Terceiro Mundo. Mas o fato é que pelos seus interesses, cada vez mais o Brasil se aproxima e tem participado, ora como observador, ora como participante, de conclave que reúnem países do chamado Terceiro Mundo. O Brasil não pode se esquecer, a Nação brasileira, nós brasileiros não podemos nos esquecer e, simplesmente, basearmos a nossa posição em considerações calcadas exclusivamente no Direito Internacional, sem levarmos em consideração essa configuração de poder, essa divisão política e econômica do mundo de hoje. Assim, porque, acho que a neutralidade sobre o aspecto militar é perfeita, deve ser absoluta. Mas, em matéria de solidariedade ou de posição política, a mim me parece acertado que o Brasil demonstre, e demonstre sem nenhum constrangimento, a sua proximidade maior em relação à Argentina, não apenas por uma questão geográfica, que é muito importante, como ressaltou o Senador Paulo Brossard, mas, também, por uma questão de coincidência de interesses com esse conjunto de países que compõem o chamado Terceiro Mundo, essa nova posição, que surgiu somente porque havia a bipolaridade, o confronto leste-oeste entre as duas grandes superpotências.

Eram essas as considerações que eu queria fazer. Não peço ao Sr. Ministro propriamente nenhuma resposta, de vez que não coloco nenhuma indagação. Estou-me valendo aqui do pensamento e da colocação feita pelo Senador Evandro Carneira, de que V. Ex^a não viria à esta Casa apenas para responder a interpelações mas, também, para ouvir determinadas observações, determinadas opiniões. Foi o que eu procurei fazer, aqui desta tribuna, Sr. Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Sr. Ministro, fica ao alvêrio de V. Ex^a comentar ou não comentar a interpelação, porque não há pergunta feita.

O SR. MINISTRO SARAIVA GUERREIRO — Sr. Presidente, ilustre Senador Roberto Saturnino, eu queria fazer apenas um pequeno comentário, retomando a observação que V. Ex^a fez no final, que achei de grande importância a interpelação de V. Ex^a como a dos demais Senadores, porque é natural que nesta Casa haja maneiras diversas de abordar o mesmo problema. É justamente essa diversidade que mostra a complexidade do assunto, essa maneira diversa de abordar o problema, e as considerações que foram feitas, que são de uma extrema utilidade para mim mesmo, para o Governo, digamos assim. Devo dizer que eu agradeço a todos, mesmo àqueles que possam estar em divergência com a linha que estamos seguindo, pela altura, pela competência com que se expressaram aqui, cada um, a partir, evidentemente, do seu

modo de ver, cada um dando uma entase, segundo o ângulo de visão com que encaram a questão, que é muito complexa.

Nós não temos a pretensão de possuir uma receita perfeita para a solução do caso. A única coisa que posso dizer, é o que já repeti várias vezes: precisamos que a violência seja superada e que aquela posição — que nos é própria — em termos de relacionamento com os diversos países, em termos não apenas de hoje, mas de daqui a 10, 20 anos, seja preservada.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Concedo a palavra ao nobre Líder Nilo Coelho.

O SR. NILO COELHO (Sr. Presidente, Sr. Ministro Saraiva Guerreiro, Srs. Senadores:

Falar da tribuna da Oposição é difícil porque começo logo discordando, perdoe-me o Senador Paulo Brossard. *(Risos.)*

Mas, dizer que o mundo mudou muito para um pernambucano que nasceu ouvindo, vendo, sentindo Joaquim Nabuco... Recuando no tempo, Nabuco, chegando em Washington defendeu o panamericanismo, exatamente há 100 anos. Depois, encontrando Oliveira Lima, o gordo de Parnamirim, Embaixador em Caracas, lúcido, brilhante, discordante, audaz, brigando com a sua casa de origem, o seu Ministério das Relações Exteriores, para discordar porque defendia uma política latino-americana. Isto é que uma coisa bonita neste País. Nós, pernambucanos, vivemos essa tertúlia de duas inteligências, de duas políticas, de dois confrontos, e, meu caro Senador Brossard, não diríamos que o mudo mundo. Recitaríamos, nesse fim de tarde, para amenizar um pouco a tensão e a cansaça do meu Ministro, recitaríamos o poeta: "tudo passa, nada passa, porque o mundo vai estirando e vai estirando só".

Se o Itamaraty tem hoje, essas dificuldades todas, elas já existiam há cem anos e é Rio Branco, o nome tutelar da Casa que àquela época não foi fanático pelo pan-americano, e nem adepto da política pan-americana, ele foi o Saraiva Guerreiro da época. Ele atravessou, diplomaticamente, para não atritar os dois.

Então, meus Srs. é o dia de hoje, é a dificuldade de hoje. Mas, nesta hora, nesta Casa, Sr. Ministro, os homens mais expressivos, mais combativos, mais talentosos da Oposição transitaram aqui. Transitaram aqui para dialogar com serenidade, com educação política, com sentido construtivo. É a caminhada democrática, é o que nós desejamos, é o que perseguimos, é o que queremos, é esta construção, alta, significativa e, naquele almoço de confraternização, na sua casa de trabalho, ouvimos de um representante da Oposição: "O único ambiente neutro do Governo é o Itamaraty, onde nós nos sentimos à vontade para discutir os problemas nacionais". E hoje, na nossa Casa, na tribuna alta do Senado, o testemunho eloquente dessa discussão. Não fechamos as portas, nem as cortinas, à televisão aqui para transmitir para o País, os gravadores, o rádio, a Imprensa inteira para dizer tudo o que o Ministro quis dizer à Nação e ao mundo.

É a caminhada democrática, é o que nós queremos neste País. Isto nos orgulha, isto nos engrandece. A Maioria sai daqui, hoje, de cabeça levantada e diz: muito obrigado, Ministro Saraiva Guerreiro! *(Muito bem! Palmas!)*

O SR. MINISTRO SARAIVA GUERREIRO — Exm^o Sr. Presidente do Senado, Exm^{os} Srs. Senadores, minhas Senhoras e meus Senhores:

O único comentário que eu posso fazer é que estou comovido. Realmente, não imaginei que o ilustre Senador Nilo Coelho, além de eloquente, o que é sabido, pudesse ser tão exagerado. Mas, devo dizer que, naquilo que se refere à natureza posta reunião, não no que se refere a minha pessoa mas aquilo que se refere ao que ele disse, sobre a qualidade desta reunião, eu não podia estar mais de acordo. Estou profundamente gratificado e agradecido a todos os Senhores.

Muito obrigado, Sr. Presidente. *(Muito bem! Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Srs. Senadores, Sr. Ministro:

Esta Casa tem uma ligação estreita com o Itamaraty. Pela nossa consciência e pelos botões que comandamos nessas gavetas, damos o respaldo às indicações governamentais daqueles que nos representam no exterior. E o Senado sempre foi muito cioso do seu papel no campo da política externa, de modo que considero um êxito indiscutível a presença de V. Ex^a, para o Governo que V. Ex^a representa e para o Senado da República.

Cabe-me cumprimentar o nobre Líder Humberto Lucena pela iniciativa que teve de convocar V. Ex^a até esta Casa. V. Ex^a disse que veio também para ser informado, e V. Ex^a viu exatamente que, na parte preambular de cada interpelação, em regra muito maior do que a interpelação, ela própria, o que

houve foi uma definição de vários Srs. Senadores a respeito do ponto de vista que sustentam eles quanto à política que o Brasil segue ou deve seguir, segundo cada inclinação pessoal, nessa, por todos os títulos, deplorável situação que hoje existe no Atlântico Sul.

V. Ex^a viu que houve pontos de vista aqui inteiramente conflitantes, desde os que defenderam uma neutralidade, que não teria ainda cabimento, se não existe a situação técnica de guerra, mas definida ainda mais com termos absolutos. V. Ex^a ouviu a inclinação, como homem arguto que é, de cada um, quando assomou à tribuna, referindo-se a Ilhas Malvinas ou referindo-se até a Ilhas Falkland. Tivemos, portanto, os nossos pró-Argentina e os nossos pró-Inglaterra, nesta Casa.

V. Ex^a citou, ainda há pouco, numa explicação direta ao primeiro interpelante, que foi exatamente o Senador Humberto Lucena, que V. Ex^a está escrupolosamente dentro do prazo. Eu diria, até, que V. Ex^a está muito antecipado no prazo da convocação. Eu já havia salientado isto à Casa, antes que V. Ex^a adentrasse o plenário.

Cabe-me a honra, como Presidente do Senado, e em nome da Mesa, de me solidarizar com as expressões que foram utilizadas aqui pelos Srs. Senadores, porque a presença de V. Ex^a teve uma característica extremamente simpática. V. Ex^a, antes de ter a possibilidade, até, de estudar o temário com mais vagar e ter melhores elementos de informação, antecipou-se e veio até nós, e veio com essa irrepreensível cordialidade na condução das respostas aos interpelantes.

Expresso a V. Ex^a, em nome da Casa, os nossos agradecimentos e, sobretudo, louvo, se assim me for permitido, a segurança com que V. Ex^a soube dosar aquilo que disse, e aquilo que não disse, pelo silêncio que fez. *(Pausa.)*

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a presente sessão, designando para a próxima a seguinte

ORDEM DO DIA

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Está encerrada a sessão

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 56 minutos.)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. EVANDRO CARREIRA NA SESSÃO DE 28-4-82 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE:

O SR. EVANDRO CARREIRA (Para discutir o projeto.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Ninguém, de sua consciência, desconhece que a nossa legislação eleitoral já é um pandemônio, é caótica, é uma verdadeira congerie. Por que, então, adicionarmos mais essa diferença insignificante? Por que não permanecer a lei como está? Um terço para deputados federais e um terço para deputados estaduais. Por que mais essa metade? Isso torna ainda mais tumultuada a vida eleitoral.

É difícil estarmos a explicar para os delegados de partido estas modificações, quando eles já vêm, desde 1978, se arrimando, se amparando no que diz a legislação vigente. Por que esta modificação? É tão insignificante, mas tumultua, cria obstáculos, cria óbices, que torna a prática eleitoral caótica, com mais uma leizinha, mais um trambolho. Por que não permanecer a lei como está? Como está no art. 92, da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, sem essa alteração que não tem qualquer significação; apenas passa-se de um terço para a metade — coisa que nada significa, em termos de acomodação eleitoral. Apenas pelo desejo de teorizar, de dificultar, de burocratizar.

Sr. Presidente, o Partido dos Trabalhadores não se engaja nessa proposição, e se dispõe a lutar com todos os seus recursos para que a lei permaneça com a redação anterior, como está no Código Eleitoral. *(Muito bem!)*

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. PAULO BROSSARD NA SESSÃO DE 29-4-82 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE:

O SR. PAULO BROSSARD (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

— Em uma de suas primeiras manifestações, — creio que na primeira — o Senhor Presidente da República, General João Baptista de Oliveira Figueiredo, declarou que estendia a mão à Oposição.

Não preciso dizer à Casa, ou não preciso relembrar, a simpatia com que essas palavras foram recebidas pela Oposição e pela Nação brasileira, uma vez que elas permitiam entender que havia cessado ou era propósito fazer cessar a divisão que vinha do regime anterior, do governo anterior, segundo a qual os adversários eram chamados de inimigos.

Não poderia — volto a dizer — ser recebida com simpatia maior a palavra presidencial.

Depois, Sr. Presidente, declaração semelhante foi repetida. Devo usar o plural: repetidas foram as declarações nesse sentido.

Ainda agora, no início da atual Sessão Legislativa, na Mensagem por Sua Excelência dirigida ao Congresso Nacional, em um dos tópicos derradeiros encontram-se estas palavras:

"A todos eles" — referindo-se aos condutores políticos — "sem exceção, já estendi a mão para que, em conjunto, sem prejuízo dos respectivos compromissos políticos, perseguíssemos esse grande objetivo nacional. Embora não haja encontrado, da parte dos adversários, a resposta que me era lícito esperar, não hesito em renovar, agora, esse gesto, quando menos, para que se processe, em nosso quadro político, o desarmamento dos espíritos."

Mas, Sr. Presidente, Srs. Senadores, estas palavras, que eu não hesitaria em chamar admiráveis palavras, destoam, e destoam rudemente, de quanto foi feito antes e depois que elas foram proferidas, imediatamente antes do "pacote" de novembro, imediatamente depois do "pacote" que está em discussão no Congresso, o "pacote" que extingue o voto partidário da legenda e o "pacote" que contra um Partido estabelece a liberdade para sair livremente, vinculados aos demais Partidos aqueles que nele tivessem ingressado; quer dizer, o tratamento infúquo, o tratamento discriminatório, o tratamento que importa numa ofensa à igualdade perante a lei.

Foi por isso, Sr. Presidente, que tive ocasião de dizer que esse gesto da mão estendida, recebido com tanta simpatia, fazia lembrar que a mão a ser estendida era a direita, porque era com a esquerda que eram assinados os "pacotes" nefandos.

Ou por esta, ou por aquela razão, o Senhor Presidente da República, falando outro dia no Rio de Janeiro, teve ocasião de dizer:

"Quando estendi a mão às Oposições alguns chegaram a dizer que a mão estendida era a direita; como sou canhoto isto era um gesto falso. A esses opositores, estando agora a mão canhota, na última oportunidade que eles têm."

Deixo de lado, Sr. Presidente, a cláusula final, que cheira não sei a quê — "na última oportunidade que eles têm". Ameaça? Ultimato? Quem sabe?

Disse e volto a dizer: deixo de lado a cláusula final — "a última oportunidade que eles têm". E, já que S. Ex^a disse que, depois da direita, oferece a esquerda, eu começo o meu discurso pelo fim, para dizer que apertaria a mão direita do Presidente, como apertaria a mão esquerda do Presidente, a seu gosto, à sua preferência.

Ainda tem mais: eu apertaria a ambas as mãos do Presidente, eu apertaria ambas as mãos, a direita e a esquerda, a esquerda e a direita ou as duas ao mesmo tempo.

Há uma expressão popular e literária que, consagrando um pleonismo, é daqueles pleonismos que servem para dar mais ênfase ao que se diz — a expressão *ambos de dois* ou *ambos os dois*. Pois bem, Sr. Presidente, eu apertaria ambas as duas. E, ainda para arrematar o pleonismo, eu diria: *ambas as duas mãos do Presidente* eu apertaria. Para que, porém? Esta a indagação. Para que, se três anos são decorridos desde que Sua Excelência proferiu essa frase pela primeira vez? Três anos são decorridos e até hoje às palavras não se seguiu um gesto, ao gesto não se seguiu um ato.

Estarei eu dizendo alguma inverdade, Sr. Presidente? Evidentemente não se trata do gesto físico de apertar a mão. Pessoas educadas, que se encontram, cumprimentam-se apertando as mãos. É o nosso hábito. Evidentemente, isto deve ter, não podia deixar de ter, sempre se entendeu que teria um sentido político. E por isso eu disse, de começo, que enunciada pela primeira vez, na primeira ou em uma das primeiras manifestações do Senhor Presidente da República, essas palavras foram recebidas com simpatia, com agrado porque, exatamente, elas traduziam alguma coisa diferente do que até então fora feito e que ao poder hierático do seu antecessor surgia um poder que via na Oposição alguém ou algo cujas mãos podiam ser apertadas em benefício do povo brasileiro.

Não faço a injúria ao Presidente da República de entender essas suas palavras como um convite à adesão. Não faço a injúria de entendê-las assim, as suas palavras. Só poderia entender como o estabelecimento de um ambiente de normalidade democrática no qual problemas nacionais, pelo menos alguns problemas nacionais, pudessem ser examinados em termos de entendimento. Porque eu me pergunto, Sr. Presidente, e faço a pergunta em voz alta, se não haveria neste País problemas que podem ser equacionados em termos de harmonia. Pergunto se entre a Maioria e a Minoria, o Governo e a Oposição, em relação a determinados problemas, não pode haver unanimidade. E, a meu juízo, a resposta afirmativa é evidente.

No entanto, Sr. Presidente, volto a dizer que às palavras não se seguiu um gesto, ou se se entender como um gesto a frase presidencial, a um gesto não se seguiu um ato.

O Sr. Luiz Cavalcante — Permite-me um aparte, eminente colega?

O SR. PAULO BROSSARD — Não posso recusar um aparte ao nobre Senador Luiz Cavalcante embora preferisse adiantar-me na exposição.

O Sr. Luiz Cavalcante — Serei muito breve.

O SR. PAULO BROSSARD — Tenho a honra de ouvir o nobre representante das Alagoas.

O Sr. Luiz Cavalcante — Sinceramente — e digo-o com muito constrangimento — a meu ver, o meu Presidente foi traído, mais uma vez, pelo impulso, quando disse que seria a última oportunidade que V. Ex^{as}, das Oposições, terão para apertar-lhe a mão. O Presidente se diz cristão. Ainda recentemente, no Estado natal de V. Ex^a, mais precisamente em Porto Alegre, o Senhor Presidente da República, em seu discurso, frisou a sua qualidade de cristão; quem é cristão, segue os ensinamentos de Jesus Cristo. E aqui quero lembrar o episódio: Pedro, o Apóstolo, chegou a Cristo e perguntou-lhe, certa vez: — Quantas vezes devo perdoar um irmão que pecar contra mim? Até sete vezes? E Cristo lhe respondeu: — "Não lhe digo, Pedro, até sete vezes, mas até setenta vezes sete." Então, eu acho que o Presidente devia estender a mão a V. Ex^{as}, também, até setenta vezes sete vezes. Muito obrigado.

O SR. PAULO BROSSARD — Nobre Senador Luiz Cavalcante, novamente, V. Ex^a mostra as primícias do seu coração e a beleza da sua alma, por todos nós tão apreciadas. Continuo, Sr. Presidente, e continuo para lembrar fatos ocorridos nesta Casa. E devo lamentar que aqui não se encontre o Presidente Jarbas Passarinho. Deveria eu falar ontem. Deixei de fazê-lo exatamente para que S. Ex^a estivesse no plenário, não só pela honra que teria em vê-lo presidindo a sessão, mas especialmente porque deveria mencionar o seu nome, pelo menos duas vezes. E queria que S. Ex^a estivesse presente. Lamentando que não o esteja, devo dizer, Sr. Presidente, que coincidiu com a posse do Presidente da República, o Presidente João Figueiredo, a investidura do nobre Senador Jarbas Passarinho na liderança da Maioria do Governo. Tinha eu a honra de ser Líder da Oposição, do MDB. Todos sabem, está na memória de todos, que Líder da Maioria e Líder da Oposição, durante dois anos, sem uma única quebra, sem uma única fricção, desenvolveram seus trabalhos e cumpriram seus deveres dentro da mais absoluta correção parlamentar. Isso permitiu que se estabelecesse natural e recíproca confiança, isso permitiu que muitas coisas pudessem andar com relativa facilidade, exatamente pelo ambiente estabelecido de confiança recíproca, de cortesia, de cavalheirismo, entre os líderes do Governo e da Oposição.

Pois bem, Sr. Presidente, pois bem, Srs. Senadores, num ambiente de tal cordialidade, de tal correção, de tal compreensão, de tal confiança, nunca, jamais, o Líder do Governo transmitiu ao Líder da Oposição, uma idéia, uma palavra, uma proposição, um alvitre, que pudesse traduzir, ainda que remotamente, alguma coisa que cheirasse à famosa e tão repetida mão estendida do Presidente. Nunca, jamais! Nunca jamais. Nunca jamais houve isso!

De modo, Sr. Presidente, que ou o meu entendimento é tão apoucado que não permite compreender as palavras tão claras do General Figueiredo, ou, então, estas não têm sentido, não passam de palavras, ainda que belas, ainda que formalmente cordiais. Nunca, jamais, ao longo de dois anos, o Líder do Governo, que é o porta-voz natural do governo no Congresso, nesta Casa, nunca jamais disse ao Líder da Oposição uma palavra que pudesse inspirar-se no gesto das mãos estendidas — àquele tempo era da mão estendida, agora é que passou às mãos estendidas — do General Figueiredo.

De uma feita, interrogado sobre a tal mão estendida, eu fiz declaração como a que estou agora a fazer e o nobre Senador Jarbas Passarinho veio queixar-se, dizendo que tinha lido em um jornal que eu teria dito que S. Ex^a nunca tratara de assunto importante comigo; contestei, imediatamente. Não disse, não poderia dizer; se tivesse dito, teria dito uma inverdade, porque S. Ex^a nunca me tratou de assunto que não fosse importante. O que eu disse é que nunca, jamais tratara de assunto que pudesse inspirar-se na frase presidencial da mão estendida. É coisa diferente.

Sr. Presidente, ainda tem mais. E, ainda outra vez, lamento a ausência do Presidente Jarbas Passarinho, porque não tendo recebido jamais expressão alguma que me autorizasse a transmitir-lhe o pensamento da Oposição sobre isso ou sobre aquilo, ou de perquirir o pensamento da Oposição a respeito desse ou daquele assunto, em outras palavras, de nunca ter recebido qualquer solicitação ou qualquer provocação, ou qualquer colocação, mesmo assim, num momento difícil, menos para o Governo do que para a sociedade, mas sendo um momento difícil para a sociedade não deixava de sê-lo para o Governo, quando irrompeu a primeira grande greve no ABC paulista e como as coisas se agravavam e poderiam tomar um curso perigoso, o Líder da Oposição daquele tempo, depois de ouvir a sua Bancada, embora tivesse sido desaconselhado por alguns companheiros, bateu à porta do Líder do Governo, o Senador Jarbas Passarinho. Depois de algumas impressões sobre a situação

criada em São Paulo falhou-lhe esta linguagem: a Oposição pode fazer alguma coisa no sentido de facilitar a solução da parede? A juízo do Governo, pode fazer alguma coisa? S. Ex^a manifestou dúvidas acerca do momento, mas não cabendo a ele naturalmente a palavra decisiva, agradeceu a minha visita e me prometeu resposta. Resposta que, diga-se de passagem, não tardou. Ela me foi dada no mesmo dia à tarde. A resposta foi no sentido de dispensar a oferta da Oposição.

Não discuto o mérito, não discuto a sabedoria da recusa, mas lembro o fato para dizer que até aí chegou a boa vontade, até a este ponto chegou, não sei como disse, mas a predisposição oposicionista no sentido de contribuir com o que pudesse, ainda que com riscos e prejuízos, com o que pudesse para ajudar o Governo em momento difícil. Pelo Governo, pela sociedade, portanto em favor do Governo, que tem a responsabilidade de solver os problemas e compor os conflitos sociais.

Prossigo, Sr. Presidente. O Governo atual deve o mérito de quebrar o tabu estabelecido em torno da irreversibilidade ou imodificabilidade dos decretos estabelecidos com base nos chamados atos institucionais. Dir-se-á que o Governo, também, tinha interesse em apagar, como apagou, os excessos, tantos deles criminosos, praticados nos desvãos policiais contra seres humanos. Dir-se-á. De qualquer sorte, jamais deixei de louvar a iniciativa do Governo no sentido de propor aquilo que era ansiosamente, instantaneamente reclamado pela Oposição como porta-voz da sociedade brasileira; é tempo de sepultar os mortos, é tempo de lavrar o esquecimento. Os erros cometidos foram muitos e nós não podemos ficar, eternamente, agrilhoados aos erros, aos alunos e aos crimes do passado. É tempo de apagar o passado e pensar no futuro, é tempo de anistia. Pois o Governo do General Figueiredo teve a feliz idéia, a feliz inspiração, a patriótica e humanitária iniciativa de propor a anistia que só ele, nos termos da Carta vigente, poderia fazer.

O projeto foi bom, Sr. Presidente, o projeto foi mau, o projeto era perfeito, o projeto tinha lacunas? Escuso-me de opinar. Mas, não deixo de dizer que o projeto trazia uma boa solução, uma razoável solução — se fôssemos colocar em termos quantitativos — uma apreciável solução; não era perfeito, não era o ideal, mas era um projeto de anistia e anistia larga.

Mas, Sr. Presidente, um Governo que diz, no primeiro momento, que entende as mãos à Oposição, não seria o momento de, exatamente, num projeto de conciliação, num projeto de paz, num projeto de bem-querença, num projeto de inspiração humana, não seria esse o momento de, exatamente, chamar a Oposição para, em termos de unidade, decretar a anistia possível, naquele momento, Sr. Presidente? E eu concedo que o Governo tivesse as maiores dificuldades para atender aos reclamos tradicionais da Oposição, no sentido de uma anistia realmente mais larga, segundo aquela fórmula batida: ampla, geral e irrestrita.

Contudo, não seria este o momento para uma trativa, Sr. Presidente. Ao meu entendimento, não haveria melhor momento, melhor ensejo, mais feliz oportunidade. Mas o Governo, na sua miopia, o Governo na estreiteza do seu pensamento, resolveu apropriar-se, com exclusividade, da bandeira simpática, da bandeira liberal, da bandeira cristã, da bandeira humana sempre e há muito empalmada pelo MDB.

Os jornais não falavam de outra coisa. E houve até o momento em que, o então Ministro da Justiça “esqueceu-se” de um papel sobre um sofá, para que a imprensa farejasse alguma coisa do que estava sendo feita. “Esqueceu-se!” Todos estão lembrados do fato, porque este deu o que falar. O esperto, o ágil Ministro tinha “esquecido” de um papel... que não devia ser lido.

Foi por este tempo que eu tomei a iniciativa de dirigir a palavra ao Senador Jarbas Passarinho ali, onde está o Senador Nilo Coelho, hoje ilustre Líder da Maioria e do Governo, nesta Casa. E perguntei ao Senador Jarbas Passarinho, ao Líder do Governo: “A Oposição terá conhecimento do projeto que está sendo elaborado?” Jamais tendo sido procurado a este respeito, tomei a iniciativa de procurar a pessoa que podia, que tinha qualificação parlamentar e política para responder. Sabe V. Ex^a, Sr. Presidente, qual foi a resposta? E mais uma vez eu deploro que aqui não esteja o Senador Jarbas Passarinho. Sabem V. Ex^{as}, Srs. Senadores, qual foi a resposta? Eu não conheço o projeto.”

Até aquele momento, a ignorância do Líder da Maioria, do Líder do Governo, era exatamente igual à ignorância do Líder da Oposição, do Líder do MDB, do Líder da Minoria. Mas, com a cortesia habitual, com a fidalguia que lhe é própria, disse-me que daria a resposta. Dar-me-ia a resposta e me deu. “Não. A Oposição não vai ter conhecimento do projeto.”

Mas, meu Deus, que mão estendida é esta?! Isto, em relação a um projeto de anistia!

Eu poderia compreender perfeitamente, Sr. Presidente, que, colocada a questão em discussão, e que a Oposição apresentasse as suas postulações ou a sua fórmula o Governo dissesse, com toda a clareza e com toda a franqueza: “Os Srs. não precisava dizer isso, porque esse ponto de vista é conhecido nacionalmente, todos sabem que esta é a posição do MDB.”

No entanto, por motivos tais ou quais, por razões boas ou menos boas, por razões declináveis ou por motivos indeclináveis, o Governo, neste momento, não pode concordar com esta fórmula que considera desaconselhável e inoportuna. Poderia defini-la como entendesse. Hoje, o Governo não pode ir além deste ponto. Quem sabe amanhã, quem sabe no próximo ano poderemos avançar? Mas, neste momento, a proposta do Governo é esta. E se o Governo dissesse aos responsáveis pela Oposição: “é claro que este projeto dá margem a ataques, a reservas, e por isto o Governo só mandará o projeto se ele tiver uma tramitação tranqüila, feitas as reservas naturais de parte da Oposição. O projeto não nos satisfaz; o projeto não é suficiente; o projeto não é bastante; o projeto não é justo; o projeto não é equânime”. Mas quer o apoio da Oposição.

Mas, pergunto eu, se isso fosse feito, qual o chefe de Oposição, qual o mais obscuro dos oposicionistas que não diria: “mande o projeto; nós registraremos a nossa posição, dizendo que ele não é bom, que ele não é bastante, que ele não é reparador, que ele, afinal de contas, não chega a constituir uma solução, mas não lhe negaremos o voto. Quem seria capaz de dizer: “não mande, porque nós não votamos a favor”?

Estou dando um exemplo que não é exatamente o que veio a acontecer. O projeto do Governo poderia ser muito mais apertado. Mas, o que me indaguei então e ainda hoje me indago, me questiono, é por que o Governo resolveu ser o dono da anistia, quando a anistia é uma medida de congraçamento, de confraternização, de esquecimento, de reparação. Não! O gesto da mão estendida traduzia-se nesta mesquinhez, nesta pequenez, nesta ninharia que eu nunca consegui entender. Posso ter as maiores reservas em relação a homens do governo, mas não posso considerá-los despojados de inteligência, de senso político, de senso de oportunidade, de senso de realidade.

Até hoje, Sr. Presidente, não entendi por que ou o porquê desta orientação, no sentido de alhear a Oposição, de um projeto que deveria ser o resultado de “mãos dadas”.

Não preciso lembrar à Casa as reações provocadas pelo projeto e como as coisas evoluíram, ao ponto de se assistir a uma sessão do Congresso que foi — vou usar de um eufemismo — foi tumultuosa; não apenas tumultuada, mas tumultuosa. Que o diga o Senador Luiz Viana, que presidia a sessão.

Mas, por que isto?

Sr. Presidente, eu estou na tribuna, nesta tarde, falando como se estivesse falando comigo mesmo, com a maior tranqüilidade e a maior franqueza, porque está havendo um desentendimento que eu também não posso entender. O Presidente, três anos depois da mensagem inaugural, a estender já, agora, não a mão direita mas a esquerda também, e estas mãos até hoje nunca se tocaram! Parece que existe um fosso, um abismo, um vácuo. Quem impede isto que seria natural em qualquer país medianamente civilizado? Em qualquer país medianamente civilizado!

O Sr. Teotônio Vilela — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. PAULO BROSSARD — É uma honra ouvir V. Ex^a

O Sr. Teotônio Vilela — Senador Paulo Brossard, lamento interromper o discurso de V. Ex^a, mas na qualidade de Presidente da Comissão Mista da anistia, quando V. Ex^a relaciona a mão ao ato da anistia, eu não me contendo, porque está exatamente aí, na anistia: o Presidente e o seu Governo não absorveram a anistia, eles não entenderam a anistia; eles propuseram, no seu projeto, uma simples adesão da Oposição e do povo e daqueles que sofreram as consequências dos atos institucionais, eles propuseram simplesmente uma adesão, mais nada. Como isso não se verificou, a Oposição teve que discutir, teve que propor, teve que sair por todo o País a ouvir, a escutar as várias camadas que sofreram terrivelmente do Governo. Quando o Governo sentiu que o seu projeto não seria uma medida de opressão, reagiu e até hoje não absorveu a anistia. Creio até, e Deus me perdoe se estarei fazendo ou pensando alguma coisa em falso — que, naquela época, não retirou o projeto porque não tinha condições. A opinião pública estava de tal modo engajada na anistia que era inteiramente impossível se voltar atrás. Mas, repito, o vácuo, o vazio está no fato de não ter entendido o que é a anistia. Tanto isto é verdade que ainda agora no discurso que o Senhor Presidente proferiu, agredindo-nos, dizendo que nem sequer nós respeitamos o seu enfarte, quando toda esta Casa ficou unânime, numa só tensão com a sua saúde, e que estávamos, inclusive, dispostos a formar uma comissão para ir visitá-lo no hospital, e todos nós recebemos a sua substituição, na pessoa do Presidente Aureliano Chaves, com a maior compostura, dentro dos termos constitucionais, dentro da maior

polidez parlamentar. Pois bem, Sua Excelência agora nos agride, dizendo que nem sequer respeitamos o seu direito de ter um enfarte porque não acreditávamos no seu enfarte, conseqüentemente na sua doença. Está dito hoje, nos jornais.

O SR. PAULO BROSSARD — Hoje?

O Sr. Teotônio Vilela — Hoje, nos jornais. E isto é calamitoso. Que fomos contra a anistia, que fomos contra todos os atos democráticos propostos por Sua Excelência. Isto é simplesmente algo sumamente grave. Sua Excelência é que é radical, é que é revanchista, porque está se aproveitando de uma oportunidade para, no início de uma campanha eleitoral, como ele diz, prestigiar o PDS e nos agredir. E como é que Sua Excelência estende a mão à Oposição e é Chefe de um Partido Político?

O SR. PAULO BROSSARD — Chegarei lá.

O Sr. Teotônio Vilela — Não é verdade? O voto vinculado determinou que se formassem no seio da sociedade, verdadeiros pelotões partidários. O voto vinculado cria pelotões partidários. E Sua Excelência o Senhor Presidente da República, assumiu o comando desse pelotão, O PDS, e nos estende a mão. Então, como salientou V. Exª no seu discurso, esse gesto é puramente físico, ou tem alguma significação política? Muito obrigado, nobre Senador.

O SR. PAULO BROSSARD — Nobre Senador Teotônio Vilela, V. Exª examina — e melhor do que ninguém, porque sentiu o dia-a-dia, o hora-a-hora, o minuto-a-minuto aquilo que foi a evolução da opinião pública em relação ao projeto de anistia — mas V. Exª fala a partir do projeto aqui e eu falo de antes do projeto ter chegado aqui: a exclusão da Oposição de sequer tomar conhecimento do projeto.

Vou agora relatar um outro fato, Sr. Presidente. No dia — vejam só a boa vontade de parte da Oposição, vejam só a sua capacidade de tolerância! — no dia em que a mensagem deveria ser assinada no Palácio do Planalto e remetida ao Congresso, o Governo entendeu de dar solenidade ao ato e promover uma reunião de autoridades, de pessoas, suponho que o Ministério, Líderes do Governo; e o então Ministro da Justiça teve a gentileza de telefonar ao Líder da Oposição convidando-o a ir a Palácio para assistir à assinatura da mensagem do Presidente da República, que ocorreria às tantas horas daquela tarde. E eu, Sr. Presidente, fiz esta pergunta ao Ministro Petrônio Portella: "Ministro, eu terei prévio conhecimento do projeto?" "A resposta foi breve, simples e clara:" Não. Mas, posso lhe adiantar que o projeto é assim... "Eu disse: Ministro, agradeço a sua delicadeza, mas não posso ir".

Eu teria ido, Sr. Presidente, se tivesse recebido, meia hora antes, o projeto, porque poderia dizer que teria ido sabendo o que fui assistir.

O Sr. Teotônio Vilela — Exato!

O SR. PAULO BROSSARD — Mas, eu pergunto, Sr. Presidente, Srs. Senadores, se eu poderia ir para ser uma peça ornamental em um círculo ou semicírculo de pessoas mais ou menos representativas na política brasileira"...

O Sr. Lázaro Barboza — Para ser o galho de manjerição que comporia o buquê.

O SR. PAULO BROSSARD — Para assistir ao ato, à solenidade, à cerimônia de uma assinatura; também a Oposição sabe qual é o seu papel. Com toda a minha boa-vontade, com toda a minha inclinação de reparar, de uma forma, aquilo que me pareceria erro, que já ocorrera, que era a exclusão da Oposição na elaboração, na discussão de um projeto que deveria compor, que deveria cicatrizar as feridas abertas. Estava disposto a isto, se tivesse recebido o projeto trinta minutos antes, ainda que em segredo de justiça, apenas para meu conhecimento. Mas, eu, que ia tomar conhecimento do projeto trinta minutos depois, não poderia receber trinta minutos antes, Sr. Presidente? Não posso compreender como pessoas inteligentes, como pessoas experientes reduzissem as coisas ao esquematismo esterilizante, seco, sáfaro, quando, com tão pouco, poderia ter se dado um sentido maior.

O Sr. Teotônio Vilela — Exato!

O SR. PAULO BROSSARD — Tivesse eu, Líder da Oposição, comparecido ao Palácio do Planalto, poderia dizer: o projeto, se não atende, como não atende, o modelo que a Oposição tem defendido, é um projeto bom, é um projeto razoável. Vamos examiná-lo, vamos discuti-lo, vamos aperfeiçoá-lo.

O Sr. Teotônio Vilela — V. Exª me perdoe, mas o substitutivo que nós preparamos jamais, jamais foi lido pelo Relator, muito menos discutido.

O SR. PAULO BROSSARD — Mas, nobre Senador, insisto: V. Exª fala do projeto depois de remetido ao Congresso; eu estou me ocupando do projeto antes de chegar aqui, que era exatamente o momento em que o mínimo, uma troca de palavras, pelo menos, deveria ter havido. Mas volto a dizer Sr. Presidente, e veja o Senado isto: o Líder da Oposição foi convidado para ir

assistir à cerimônia, certamente porque o Governo queria dar uma solenidade especial e queria dizer que a Oposição pela primeira vez tinha sido convidada a ir ao Palácio, para assistir a apresentação do projeto, o qual era um projeto de composição nacional. Agora, aqui o de que eu ia tomar conhecimento, trinta minutos depois da assinatura, o Líder da Oposição não tinha o direito de tomar conhecimento trinta minutos antes. Então, eu me pergunto mais uma vez, Sr. Presidente, mais uma vez eu me pergunto, Srs. Senadores, mais uma vez eu me indago: "Por que isto é feito? E qual o sentido, que o meu entendimento não alcança, da mão estendida do General Figueiredo?"

Preciso falar sobre o Projeto das Prerrogativas? Foi um projeto nascido do Congresso; embora defendido arduamente pela Oposição, não era um projeto da Oposição. Preciso lembrar, em homenagem ao nobre Senador Luiz Viana Filho, que este projeto teve como primeiro signatário o Presidente do Senado Federal, que é o Presidente do Congresso. Preciso lembrar que S. Exª nunca fez isto, enquanto Presidente do Senado e do Congresso, senão naquela ocasião? Exatamente porque era um projeto que transcendia aos partidos? Mais do que isto, era um projeto que não hesito chamar de tímido, porque foi um projeto que resultou do trabalho de uma comissão bipartidária e congressional, com Deputados e Senadores de ambos os partidos e que assentaram como princípio de que só colocariam no papel aquelas regras que obtivessem o consenso e que bastaria uma voz divergente para que fosse afastado. O alvitre.

Já se há de ver que esse projeto tinha de conter os preceitos quase que dogmáticos, incontroversos, insuscetíveis de contestação. E eu preciso lembrar à Casa o que aconteceu com o projeto das prerrogativas? Peço Sr. presidente, para ser eximido de ter de rememorar o que houve.

Sr. Presidente, mas depois de tudo isto, a mão estendida propõe a extinção dos partidos, num ato ilegal! partido político é uma pessoa jurídica de direito público que nasce e se extingue por decisão do tribunal Superior Eleitoral, e a lei votada pela Maioria usurpou atribuições da Justiça para praticar um ato jurisdicional extinguindo duas pessoas jurídicas de direito público. Para quê? Para atingir o MDB, que crescera e se tornara forte, o pobre MDB, o desgraçado MDB, o malsinado MDB, depois de anos e anos de arbítrio, depois — para usar uma expressão popular — de comer o pão que o diabo amassou, depois de ser privado de tudo, até do direito à esperança! E eu tive ocasião de dizer que no frontispício do MDB cabia a frase que Dante colocou na porta do inferno: *Lasciate ogni speranza, voi ch'entrate*. A mão estendida estraçalha um trabalho hercúleo e benemérito de 15 anos, porque o partido oficial se desagregava e tinha, inclusive, de mudar de nome. É esta a mão estendida que se suporia traduzindo um gesto de cordialidade e de grandeza?

Sr. Presidente, precisarei lembrar que houve há coisa de dois anos, um atentado na Ordem dos Advogados, no Rio de Janeiro e na Câmara de Vereadores daquela cidade e que todo o mundo entendeu aquelas bombas que tiveram conseqüências fatais — uma morte e uma lesão irreparável — todo o mundo entendeu que aquelas bombas, além de atingir as suas vítimas também faziam tremer a autoridade do Presidente de República e Sua Excelência mais do que qualquer pessoa entendeu assim, tanto que disse que aquelas bombas tinham sido jogadas sobre sua cabeça? E qual foi, Sr. Presidente, a posição oposicionista nesta Casa, na outra, e em toda a parte? Qual foi, Sr. Presidente? Não foi a de estender a mão ao General Figueiredo, oferecendo-lhe toda a sua solidariedade no sentido de que a sua autoridade ficasse inatingida, e que ele, com o apoio da Nação inteira, empreendesse as investigações elucidatórias necessárias? E o que aconteceu? Aconteceu que depois de longos dias, de longas semanas, foi descoberta uma pessoa, pessoa esta que ao cabo de um processo foi absolvida por carência de provas.

Desde o primeiro momento, a qualquer pessoa com alguma experiência, tinha ficado claro que por mais responsabilidade que tivesse a pessoa indigitada, não era a única, não poderia ser a única envolvida no caso. Mas o Governo se satisfaz quando encontrou "uma" pessoa e fez correr o processo, processo que terminou com absolvição do acusado, por falta de provas.

Eu preciso lembrar que depois do atentado à Ordem dos Advogados e à Câmara dos Vereadores, no Rio de Janeiro, houve aquele fato, o qual depois de amanhã irá completar um ano — o atentado do Riocentro? Preciso lembrar, Sr. Presidente? E preciso lembrar que a Oposição procurou formalmente o Presidente do Senado para dizer-lhe que transmitisse ao Presidente da República o seu interesse, a sua solidariedade, o seu desejo de contribuir com o que pudesse, para que o episódio fosse esclarecido inteiramente, definitivamente? Até porque aquele fato do Riocentro não era um caso singular, mas era o último de algumas dezenas de fatos semelhantes, os quais começaram no Rio Grande do Sul e terminaram na Rodoviária desta Capital, a alguns metros do Ministério da Justiça, a alguns passos do Palácio Presidencial, Sr. Presidente? Durante esse longo período não se viu providência alguma do Governo, diante da sucessão iterativa e reiterada dos atos de terrorismo! Pois bem. Quando o Riocentro estourou, a Oposição instantaneamente

externou ao Presidente da República, através do Presidente do Senado que ela estava de braços abertos, de mãos estendidas para o que fosse necessário, dar ao Governo, para que o assunto fosse esclarecido.

A Oposição recebeu resposta? Fiz a pergunta em voz baixa, Sr. Presidente, constrangido: "A Oposição recebeu resposta? Então eu digo e repito que não compreendi até hoje, não posso compreender o sentido, o alcance, o objetivo do gesto de cordialidade, do gesto de simpatia, do gesto, aparentemente de benquerença, do General João Figueiredo ao dizer que estendia a mão à Oposição. Não posso entender.

Mas, Sr. Presidente, pode estar certo que não vou inventar a crônica política dos últimos três anos. Mas eu não posso deixar de mencionar um outro fato, fato ocorrido aqui, sob nossos olhos, à luz da grande publicidade. Não o Governo, mas o Senador José Sarney, Presidente do Partido Democrático Social; não o Governo, mas um Senador que dirige o partido dito do Governo — denominação que a mim desagrada profundamente, mas está na nossa linguagem corrente — do partido do Governo.

O Senador José Sarney tomou a iniciativa, normal em qualquer lugar do mundo, de convidar os dirigentes dos demais partidos, no caso os partidos oposicionistas, para conversar. Para conversar sobre quê? Sobre projetos de interesses comuns, relativos às eleições, ao processo eleitoral, à falada Reforma Eleitoral. Muitos entenderam, e eu entendi, que era uma maneira de o Governo entrar em contato com a Oposição, uma maneira normal. Poderia ser um membro do Governo, poderia ser um Ministro de Estado, poderia ser um líder do Governo, poderia ser o Presidente do partido. Ninguém mais qualificado do que o Presidente do partido.

Não está no plenário o nobre Senador José Sarney, o que lamento. Mas o nobre Senador José Sarney teve a sua iniciativa coroada de êxito, na medida em que o seu gesto foi compreendido e correspondido pelos dirigentes partidários. E eu vejo à minha frente um deles, o Senador Tancredo Neves, ao tempo Presidente do Partido Popular. Eu creio que não cometo nenhuma falta se disser o que o Senador José Sarney me disse: que estava satisfeito com as conversações. Quer isso dizer que a primeira vez que alguém do Governo, não sendo membro do Governo, bateu às portas da Oposição, a Oposição lhe franqueou a sua sala.

As conversações andavam bem. O Senador José Sarney nadava em felicidade. Eis senão quando recebe um chamado telefônico para comparecer ao Ministério da Justiça, e lá teve ocasião de ouvir do atual ocupante daquela Casa que, a partir daquele momento, ele, Ministro da Justiça, deveria conduzir as conversações: fora autorizado pelo Presidente da República. Verdade? Menos verdade? Quem sou eu, Sr. Presidente, para penetrar no território dos deuses...

Já ouvi dizer que a versão não correspondia aos fatos. Mas o caso pouco importa. O fato — o fato é que o Presidente do PDS foi afastado pelo Ministro da Justiça que passou a ocupar o seu lugar. E para minha narrativa e para o meu objetivo isto não tem qualquer significação; ao contrário, ainda dá mais importância ao que tenho a dizer: as conversações que se desenvolviam em clima promissor com o Senador José Sarney continuaram como o Ministro da Justiça.

Estarei sendo inexato, Senador Tancredo Neves?

O Sr. Tancredo Neves — V. Ex^a está dando um depoimento que é a expressão da verdade.

O SR. PAULO BROSSARD — Renovaram-se as reuniões, aproximavam-se os pontos de vista, progredia-se em direção a uma solução tranquila, coerente, unânime, para determinadas questões relativas ao que se convencionou chamar de Reforma Eleitoral.

O fato é que, numa certa manhã, a alegria parece que contaminara os espíritos, tanto assim que a televisão pôde documentar o sorriso de todas as personagens que participavam da reunião ministerial. Todas sorrisos e mais sorrisos. Um dos sorridentes era o Senador Tancredo Neves, que está aqui me honrando com a sua atenção. Realmente, todos estavam satisfeitos.

Parece que havia algum problema relativo ao Estado de Rondônia, ao projeto que elevava a Estado o Território de Rondônia, especialmente no que diz respeito aos poderes que teria o Governador não eleito.

Termina a reunião, para ser continuada à tarde, e o Ministro da Justiça vai ao Palácio do Planalto e, lá chegando, dizem os jornais, foi logo dizendo que levava alternativas ao Presidente. Mas, teve de recolher o seu riso, teve de recolher as suas alternativas porque ficou sabendo, naquele momento, que não havia mais conversação e que o "pacote" estava pronto e assinado àquele momento, àquela hora. Estou dizendo alguma inverdade, Sr. Presidente, Srs. Senadores?

O Sr. Tancredo Neves — V. Ex^a está dizendo a expressão da verdade.

O SR. PAULO BROSSARD — E segundo se tornou público, porque todos os jornais publicaram, o Ministro da Justiça pediu apenas uma dilação de duas horas para que ele tivesse tempo de telefonar aos seus interlocutores de minutos antes, a fim de dizer que a reunião da tarde não ia mais sair porque o Governo tinha tomado outra decisão.

O resultado foi o "pacote de novembro", foi a brutalidade do "pacote de novembro".

Então, eu pergunto, Sr. Presidente: onde, como, quando se vai conhecer o sentido dessa, nessa altura já enigmática, mão estendida? Dessa incognoscível mensagem, que se conteria nas palavras que foram empregadas e que não são as palavras no seu sentido normal, no seu sentido vernacular? Por que interromper, desta maneira hileriana — para dizer pouco — uma conversação política iniciada pelo Presidente do partido do Governo e continuada pelo Ministro da Justiça com os dirigentes dos partidos oposicionistas? E uma conversação que progredia?

Sr. Presidente, transcende ao meu entendimento. E pergunto à Casa se, em algum momento, na descrição dos fatos, eu fui infiel.

Veio, depois, o chamado caso da sublegenda. Afinal de contas, eu falo em sublegenda, Sr. Presidente, porque alguém, outro dia, respondendo a uma indagação, aludiu ao projeto da sublegenda.

O projeto da sublegenda era bom? Era escandaloso? Era imoral? Não, não era nem escandaloso nem imoral. Não daria, afinal de contas, a reputação de Papiano ao seu autor, mas não posso dizer que fosse um projeto — digamos assim — desprezível, sobre o qual não pudesse haver ou um entendimento ou uma discordância natural. Afinal de contas, a sublegenda tem aspectos positivos, tem aspectos negativos; pode-se perfeitamente defender e combater um projeto que estabeleça a sublegenda. Conforme as circunstâncias, pode ser uma boa solução, conforme as circunstâncias pode ser uma solução menos boa. O fato é que a Oposição pareceu mau, o projeto, inconveniente o projeto, e ela nunca ocultou o seu ponto de vista. Mas não apenas a Oposição; vários segmentos do chamado partido do Governo foram, talvez, até mais veementes do que a Oposição, e tornaram público, de uma publicidade universal, o seu ponto de vista. E se não tivesse havido a participação de votos do PDS, a Oposição só não teria forças para derrotar o projeto que estabelecia a sublegenda. Ou estarei dizendo alguma inverdade, Sr. Presidente? O projeto foi rejeitado porque aos votos da Oposição se somaram os votos do partido do Governo e formaram a maioria.

O Sr. Teotônio Vilela — E de forma aberta.

O SR. PAULO BROSSARD — De forma abertíssima, escancarada, porque os Deputados do PDS que combatiam a sublegenda o faziam às claras, e mais do que às claras, o faziam com entusiasmo. Quando personalidades da categoria política e intelectual do Senador Jarbas Passarinho e do Senador Tancredo Neves vão à televisão, eu assisto do primeiro ao último minuto. Outro dia tive o prazer intelectual de ser assistente de um programa televisionado entre o Senador Tancredo Neves e o Senador Jarbas Passarinho e, a certa altura, veio a sublegenda a debate. O nobre Senador Tancredo Neves disse isto perante o Brasil inteiro: "Mas nunca ninguém me disse que o Governo fazia questão daquele projeto". Começa que o Governo, que é tão fértil em fechar questões, não fechou questão naquele caso. "E" — dizia o Senador Tancredo Neves — "a mim ninguém transmitiu o interesse do Governo, porque se o tivesse feito, eu teria examinado, inclusive, as razões que o Governo tinha para apreciar o problema".

Senador Tancredo Neves, eu estou sendo fiel na minha exposição?

O Sr. Tancredo Neves — V. Ex^a está sendo fidelíssimo. Mais ainda, a palavra oficial do Governo em relação à sublegenda é aquela que constava da Mensagem Presidencial que acompanhou, ao Congresso, o Projeto da Reforma Partidária onde, com todas as letras, nós lemos: "Com a implantação do regime pluripartidário será suprimida da legislação a sublegenda".

O SR. PAULO BROSSARD — O nobre Senador Tancredo Neves me honrou com o aparte e me tirou um pedaço do meu discurso, porque eu ia exatamente lembrar isso...

O Sr. Tancredo Neves — Lamento.

O SR. PAULO BROSSARD — ...que não havia, sequer, a possibilidade de se entender, normalmente, que o Governo fizesse questão absoluta a aprovação do projeto. Mais parecia colocar um problema em debate ou atender determinadas sugestões, porque, anteriormente, num documento solene, como é uma Mensagem do Presidente da República ao Congresso, ele havia afiançado, não apenas ao Congresso, não apenas à Oposição, mas à Nação brasileira que: partindo-se para o pluripartidarismo, não havia mais lugar para a sublegenda.

De modo que aquele projeto, a respeito do qual logo nasceram as vozes dissonantes no seio do Governo, só poderia ser entendido como um projeto não substancial ao Governo.

Mas eu pergunto, Sr. Presidente: ainda quando o Governo considerasse substancial, desde quando o Congresso é obrigado, sob pena de represália, a aprovar todo e qualquer projeto por ser do Governo e esta palavra foi empregada pelo Presidente do Congresso no debate com o Senador Tancredo Neves, sob pena de represália — sob pena de o Poder Executivo vingar-se? Mas, afinal de contas, isso aqui é uma caixa registradora ou é um órgão da soberania nacional? E esta Casa é um papel carbono dos amanuenses do Poder Executivo ou é a Casa da representação da nação brasileira?

Mas será, Sr. Presidente, que na ordem das degradações do sistema representativo nesta terra, será que já chegamos a isto?

Empresas estatais desobedecem ordem expressa do Presidente da República! Empresas estatais que estão juridicamente, legalmente, administrativamente, politicamente, subordinadas ao Poder Executivo. Acontece alguma coisa? Acontece! O Banco do Brasil paga. Acontece: o Banco do Brasil paga! O ano passado, 120 bilhões de cruzeiros dos compromissos não foram honrados no exterior pelas empresas estatais, a despeito da ordem do Presidente da República no sentido da limitação das despesas das estatais! Agora, se o Congresso Nacional deixar de aprovar um projeto que estabelece a sublegenda na discussão do qual faltou a palavra clara do Governo pelo seu interesse, pelo interesse da sua aprovação! Ah! ah! ah! Isto, represália! E eu estou usando a palavra, para pesar meu, que foi empregada pelo Presidente do Senado e Presidente do Congresso, perante o Brasil inteiro, porque um programa da Rede Globo de Televisão é um programa perante o Brasil, no programa, a que antes fiz referência, com o Senador Tancredo Neves.

Quando foi dita a palavra, eu senti uma dor. (Pausa.)

Sr. Presidente, depois vem o episódio PP.

O Partido Popular tinha sido festejado, creio que em vernáculo, em latim e, se facilita, até em grego. Era uma beleza! Era extraordinário! O nobre Senador Tancredo Neves, justiça lhe foi feita, era um homem de grande talento, de grande competência, de grandes perspectivas, era, afinal de contas, o que o Brasil esperava da sua classe política. Não há quem negue que o representante mineiro possuía estas qualidades, tenha estes predicados, mas estes predicados eram postos em relevo exatamente pelos amigos do Governo.

Pois bem, Sr. Presidente, o Partido Popular decidiu incorporar-se no PMDB por deliberação sua, ou por prescrição imperativa é fatal do pacote de novembro? Sob coação irresistível, porque o Pacote de Novembro, brutalmente — brutalmente, repito — estabeleceu muros, como o de Berlim, entre os Partidos nascentes, de modo que através da fragmentação, que é natural numa vida democrática, pela impossibilidade da comunicabilidade entre os Partidos, pela determinação de os Partidos terem candidatos de alto a baixo, sob pena de nulidade de voto, porque esse pacote parece que tem a preocupação não é de obter votos, não é de apurar votos, mas de nulificar votos, ao contrário de todo o sistema jurídico mundial, a nulidade não é exceção, a nulidade passa a ser a regra; o Partido Popular, com os olhos abertos para a realidade que lhe era criada decidiu, patrioticamente, incorporar-se no PMDB. Ah! Outro crime de lesa-majestade! O Senador Tancredo Neves já foi despojado das qualidades que antes lhe eram louvadas. (Risos.) Nem vou repetir o que foi dito, porque não seria cortês. Mas todos os altos predicados do Senador Tancredo Neves evanesceram-se. E um ato jurídico previsto em lei, e um ato jurídico regulado em lei, e um ato jurídico que deveria ser processado perante a justiça eleitoral passou a ser, durante três meses, dia e noite, noite e dia, objeto das ameaças, objeto das insinuações, objeto das ameaças, objeto das insinuações do Palácio do Planalto e dos seus arredores.

O que foi dito contra a incorporação — Deus do Céu! — encheria volumes, diga-se de passagem, de má literatura, especialmente jurídica. E o Procurador-Geral da República, deixou a República para trás, lançou-a às urtigas e passou a ser o Procurador-Geral do Governo, ou o Procurador-Geral do Partido do Governo, impugnou a incorporação; impugnação inépta, por fim fulminada pelo egrégio Tribunal Superior Eleitoral.

Então, indagava-se o que ia acontecer, porque, afinal de contas, sua majestade fora desrespeitada.

Mas que mão estendida é essa, que o meu entendimento não consegue entender, cujo sentido a minha inteligência não consegue alcançar?! E depois da decisão do Tribunal, ainda essa eminência jurídica, que se tornou mais notória depois do escândalo da mandioca, (risos.) ainda declarou que iria consultar o Ministro da Justiça, se recorreria ou não ao Supremo Tribunal, como se coubesse recurso daquela decisão para o Supremo Tribunal Federal — o Procurador-Geral da República, cargo já exercido por um Hahnemann Guimarães — e cito apenas um — ...

O Sr. Tancredo Neves — Por Eptácio Pessoa.

O SR. PAULO BROSSARD — O Sr. Senador Tancredo Neves achou pouco e disse Eptácio Pessoa. Eu seria obrigado a dizer outros Pires e Albuquerque.

Paro, Sr. Presidente, porque a lista é longa e ilustre.

Mas a Oposição é opaca, impermeável, não responde ao gesto da mão estendida do Presidente da República. Confesso, Sr. Presidente, que não consigo entender.

Agora, o Governo Federal, que até ontem segurava obras públicas à guisa de combate à inflação, anuncia que fará uma obra em cada município. Agora, o Ministro de Estado distribui cheques para os prefeitos. Dizia-me um membro desta Casa, outro dia, que parecia um baralho, pela altura e pela facilidade com que os cheques eram distribuídos. (O orador faz um gesto.) O gesto, Sr. Presidente, me exige de completar a frase.

Como se tudo isto não bastasse, o Presidente da República se converte em cabo eleitoral. O Presidente da República, o Supremo Magistrado, o Primeiro Magistrado da Nação, o Chefe do Estado.

Um antigo membro desta Casa, num ensaio admirável, intitulado *As dimensões da Presidência*, diz o que todos os autores dizem — Laski entre eles, no seu livro sobre a Presidência Americana. Mas como eu gosto de rememorar o que tenha sido feito aqui, eu, de todos eles, vou ficar com um antigo Senador por Sergipe, Lourival Fontes, que conhecia, como poucos, as intimidades do poder e, por isso mesmo, poderia falar sobre elas, não apenas como leitor de livros de Ciência Política, de Direito Público, mas também como homem que viu, sentiu e experimentou, nas suas mãos, todo o poder da Presidência da República. E note-se, da Presidência da República sob a Constituição de 1946, não sob a atual Carta, sob a Constituição de 1946, "é a maior soma de poderes sobre os ombros de um simples mortal, um quase ditador, mais do que um aprendiz de ditador, torna a sua força decisiva internacionalmente e, muitas vezes, de importância planetária".

O Presidente tem a majestade, a dignidade ou a continuidade dum cetro de direito divino ou de conquista. Na sua pessoa exclusiva ou conspícua reúne também os deveres políticos dum *premier*.

Salto a página e leio:

"O Presidente não tem as limitações duma autoridade investida ou duma força usurpada, mas a reencarnação dos seres impostos ou das presenças sobrenaturais. Pode decidir sem consulta e sem audiência, ou divagar ao recreio dos seus sonhos, porque está coberto do manto providencial ou inspirado pela aura da infalibilidade. Exerce sem choques e balança um poder exclusivo, uma ação pessoal, uma autoridade sem equívocos, um monopólio incontestado de força, que ora se transforma num vórtice de tempestade, ora desliza serena como nas quadras de normalidade, ora, sobranceira os espaços escuros da autocracia, conforme os seus humores ou as suas indiossincrasias. Mas, além do gabinete que não tem validade constitucional como órgão coletivo, que não tem capacidade de consulta, de iniciativa ou de direção, há ainda os círculos internos, as influências ocultas, muitas vezes os agentes domésticos e familiares.

Não há a matriz ou o retrato do poder presidencial. É o mais plástico, mais indefinido e mais incerto dos poderes governamentais. Não há um frio exame, ou um julgamento preciso, ou uma análise impressionista dos imensos deveres ou trabalhos que cabem numa pessoa exclusiva. A primeira tarefa é a de chefe de Estado. É o catálogo dos seus deveres públicos. É uma sucessão de atividades desde a de saudar os visitantes distintos ou atos solenes e de cerimonial até mesmo os triviais deveres de rotina ou as tentativas de vulgaridade. É, como um símbolo, a corporificação da dignidade e da majestade da nação na sua continuidade e na sua grandeza.

Oferece o espetáculo do cetro apoiado sobre famílias hereditárias ou sustentado por legiões de veteranos. É, como pressagiam os americanos, um poder eletivo em que se tem a dignidade do rei e as ambições dum primeiro-ministro.

É ainda, como nos anais do passado latino-americano, o supremo, o indispensável, o providencial, uma mistura de magos, heróis, oráculo ou taumaturgo. É o ditador da razão, o censor das opiniões proibidas, o distribuidor de munificências generosas, o manejador voluntário do tesouro como se fosse a proteção duma anti-sociedade e duma corrupção organizada.

A sua próxima função é a de Chefe de Governo. Não só reina, mas governa. É uma área de responsabilidade sobre a qual não existe desafio. Não há controvérsias nem disputadas numa liderança aceita e exercida. O Presidente é o pico solitário ou o porto seguro, seja ele ordinário ou excepcional. É ele que estende ou restringe o exercício ou a prática do poder. É ele, no plano constitucional, que nomeia, promove, remove, contrata, planeja, favorece, prevê e provê. É uma ilimitada dimensão de autoridade em que se confundem a patronagem, o favoritismo, a corrupção, a benevolência, os graus de usurpação, as profecias de ditadura e os mercados de consciência.

Mas, no campo internacional, os seus poderes são arbitrários, independentes e dominantes. O primado executivo e a supremacia presidencial envolvem uma lógica de conduta e ação. O segredo, o acesso, a continuidade dos contatos dão um exclusivo poder e tornam a formulação de política e a conduta das relações o campo da sua dominante propriedade."

Este retrato dos poderes presidenciais foi feito, ao tempo em que regia o País a Constituição de 18 de setembro de 1946, por um homem antigo, membro desta Casa, que foi também Chefe da Casa Civil da Presidência da República, que tinha, por isto mesmo, uma ciência haurida nos livros e uma experiência colhida nos fatos.

Pois bem, Sr. Presidente, é o Presidente da República que tem a majestade, a amplidão e o número de poderes que tem o Presidente da República sob o regime atual que são os poderes presidenciais de 46 multiplicados por cem, é o Presidente da República que abandona a suprema magistratura para se converter no chefe de uma facção numa campanha eleitoral e cujos Ministros já agora andam distribuindo cheques ao seu puro e exclusivo critérios. E eu pergunto, Sr. Presidente, se esse comportamento corresponde à mão estendida do Presidente da República à Oposição? Se é que a mão estendida representa um gesto de cordialidade, se é que a mão estendida representa o que sempre representou: um gesto de confraternidade.

Mas agora, Sr. Presidente, está aqui no Congresso um outro "pacote", o "pacote" que extingue o voto de legenda e estabelece a nulidade do voto dado para legenda. Ontem, o pretexto da vinculação dos votos era o fortalecimento dos Partidos. Agora, a extinção do voto partidário, o que é?

Aqui está o projeto que vai ser aprovado por decurso de prazo, quer dizer, não vai ser aprovado, mas vai-se converter em lei, vai-se converter em lei sem o voto parlamentar. Para quê? Para prejudicar! Para prejudicar! Para prejudicar os Partidos de Oposição, particularmente o maior deles.

Mas, o Presidente da República se queixa da impermeabilidade da Oposição, da opacidade dos seus Líderes que não são capazes de compreender a grandeza e a generosidade do seu gesto. E diz, como disse a despeito da correção cristã do nobre Senador Luiz Cavalcante, diz, como disse: "que é a última oportunidade que ele dá à Oposição".

Mas, Sr. Presidente, eu sou levado a fazer uma indagação: se esta é a mão estendida, qual será a mão recolhida, Senador Nilo Coelho? Mas se esta é a mão estendida, qual será a mão recolhida? Deus do Céu, livre-nos Deus!

O Padre Vieira, que não ocupava a tribuna do Senado, mas ocupava púlpito das igrejas, em certos instantes, em certas passagens dos seus prodigiosos sermões, interrompia-os rezando uma Ave-Maria.

Eu, Sr. Presidente, quase fiz isto, mas como estou numa tribuna profana não quis fazê-lo. Acho, Sr. Presidente, que não tenho o direito de inovar os estilos Parlamentares, aos quais procuro ser atento.

Mas o que eu quero dizer, Sr. Presidente, é que este projeto, o "pacote" de novembro, e este agora, são projetos que são um desmentido integral, mas integral, pleno, absoluto, à mão estendida. Eu agora entro num problema de consciência assaz grave e delicado, porque eu não posso atribuir ao Presidente da República, pelo que eu conheço — não é pelo fato de ser Presidente da República, mas é ao cidadão, ao General Figueiredo — eu não posso atribuir a deliberação de cometer a felonía, a perfídia, a traição, não posso. Mas, também, não posso entender que, procedendo como procede, venha a falar e a insistir na mão direita e, depois, na mão esquerda e venha censurar a Oposição por não ter correspondido a esse gesto seu. Sr. Presidente, esclareça-me. Eminentemente Colegas da Maioria façam a caridade de me desfazer esta dúvida que me perturba atrozmente o espírito.

O nobre Senador Luiz Viana, com ar reflexivo, sorri. E é realmente de sorrir. Todas as Casas — como a nossa — têm os seus cardeais. Acredito não merecesse reparo de quem quer que fosse se dissesse que um dos nossos cardeais é o Senador Luiz Viana. Vou além...

O Sr. Tancredo Neves — Cardeal camerlengo.

O SR. PAULO BROSSARD — O Nobre Senador Tancredo Neves sempre me ganha, disse: "cardeal camerlengo". Eu ia dizer, em homenagem à Bahia, que não apenas era o Cardeal, mas era o Primaz.

Pois bem, Sr. Presidente, se eu perguntasse ao Senador Luiz Viana qual é o pensamento do Presidente a respeito da mão estendida, para que ele se concilie com esses dados, alguns dados precários que fui arrolando, acho que S. Ex^a, com toda a sua autoridade cardinalícia, não seria capaz de responder. E eu vou além. Se eu perguntasse ao Senador Luiz Viana qual é o projeto político do Governo, creio que S. Ex^a ficaria a dever-me a resposta, porque, vez por outra — gosto muito de ouvi-lo — faço-lhe esta ou aquela pergunta e ele diz: "Sei tanto quanto você: pelo jornal".

Quer dizer, Sr. Presidente, que nós ainda somos acutilados, porque, é muito curioso: é uma mão estendida que acutila. Somos acutilados pelo verbo presidencial e não encontramos, nesta Casa e fora dela, quem nos esclareça o sentido, talvez divinatório, da Mensagem Presidencial.

E não estou dizendo, por dizer, e não estou falando, por falar.

Ainda há pouco, depois que a mão esquerda foi oferecida, eu conversei com duas personalidades eminentes, homens da maior responsabilidade no mundo político e homens, ambos, quase diria, da intimidade, seguramente, da amizade do Senhor Presidente da República. E lhes fiz esta pergunta: O Presidente da República, ajude-me a entender, até a corrigir-me, o Presidente da República esperava o que da Oposição? Que comportamento? E ambos, homens ilustres, homens eminentes, homens chegados à área Governamental, homens ambos amigos do Presidente João Figueiredo, ambos calaram, nenhum dos dois soube me dizer palavra sobre isso.

De modo que, de certa forma, fiquei confortável, mas, ao mesmo tempo, a dúvida se tornou mais atroz, porque será preciso consultar quem, Sr. Presidente?

Os antigos tinham as suas pitonisas, os seus magos, os seus oráculos, que serviam como intermediários entre o Olimpo e a rasteira humanidade. Depois que esta espécie tão útil de seres foi eliminada, que nos resta, Sr. Presidente?

Esta é a indagação que faço lisamente: Que esperava da Oposição, que comportamento, que gesto? Volto a dizer: Não creio que seja o gesto físico do aperto de mão nem a adesão ignóbil; não lhe faço esta injúria.

Pergunto, então: que esperava o Presidente da República da Oposição? E que sentido pode ter esta mão estendida, no momento em que este projeto infamíssimo está aqui para ser aprovado por decurso de prazo?

O Senhor Presidente, dizer que não apenas a mão direita, mas também a esquerda está estendida, quando se envia uma mensagem desta, já transcende os limites do bom gosto, já passa a ser um sarcasmo e um sarcasmo cruel!

Que resposta o Presidente esperava? Volto a dizer: Fiz esta pergunta, tenho feito esta pergunta (Pausa.) Fiquei sem resposta. E devo dizer que a Oposição tem sido cordial para com a pessoa do Presidente da República.

De quando em quando, os jornais publicam determinadas idéias ou determinados conceitos do General Figueiredo. Existe, nesta Casa, um colega nosso que é especialista em requerer a transcrição nos nossos Anais de muita coisa, para não dizer tudo, que diga respeito a esta entidade que se chama Governo. Reunidas as suas transcrições, daria uma verdadeira biblioteca. Mas, por vezes, em face de determinadas publicações, eu o consulto, dizendo-lhe que gostaria de transcrever nos Anais esta ou aquela opinião do Presidente da República. Mas, como ele tem o privilégio da iniciativa, não quero fazê-lo, sem que ele o faça. E ele me responde de uma maneira muito curiosa: "Esqueci os óculos, hoje não li os jornais." Uma ocasião, ele chegou a quebrar os óculos. Não podia ler. (Risos.)

Estou referindo ao episódio no seu aspecto até gracioso, para dizer que a Oposição tem sido benevolente e cordial em relação ao Presidente da República e que é imerecido o tratamento, que já agora sob pena, ameaça, "ou aperta a mão, ou nunca mais", que Sua Excelência vem dirigindo à Oposição, especialmente à maneira como vem procedendo.

Eu lembraria, vou ficar apenas depois da reconstitucionalização do Brasil, eu lembraria que o Presidente Dutra, que o Presidente Vargas, que o Presidente Juscelino, nenhum deles, em momento algum, em momento algum, todos eles homens de partido, todos eles homens políticos, nenhum, em nenhum momento, deixou o Palácio do Catete para ir fazer campanha eleitoral em favor do seu Partido. Lembro o fato. Não falo dos outros, pelas circunstâncias, mas nenhum dos outros o fez. Dir-se-á que o último o fez, em relação aos municípios. Fez, converteu-se em cabo eleitoral municipal. É um precedente que existe, um mau precedente que existe, do autor do pacote de abril.

Sr. Presidente, vou encerrar.

O Sr. Nilo Coelho — Permite V. Ex^a um aparte? (Aquiescência do orador.) — Senador Paulo Brossard, eu não gostaria que V. Ex^a deixasse a tribu-

na, sem que fizesse dois registros. O primeiro, de um agradecimento cordial em meu nome e no do Senador Jarbas Passarinho. V. Ex^a, num gesto de alto cavalheirismo e de um comportamento parlamentar excepcional, atendeu a um apelo nosso para não falar na sessão de ontem e, com o assentimento do nobre Senador Evelásio Vieira, concordou em falar na sessão de hoje. Em segundo lugar, eu gostaria de justificar a ausência do Presidente Jarbas Passarinho que, com um compromisso inadiável na Federação das Indústrias de São Paulo, hoje à tarde, onde deveria comparecer a um debate, não pôde estar no Plenário, lamentavelmente. Este era um assunto. A Maioria se reserva o direito de reler, com encantamento, a fala do nobre Senador. Hoje foi um dia de real agrado. Mas, Sr. Presidente, Srs. Senadores, eminente Senador Paulo Brossard, evidentemente que a Construção nacional nós realizamos nesta Casa, nesta tribuna, com a sabedoria que V. Ex^a manifestou hoje, com essa fala tão cheia de ensinamentos de Eça de Queiroz, que todos nós gostamos muito. O Governo gostou muito, tem muita lição a aprender. Mas, a lição maior é a falta de liderança política. O que falta em todo lugar é o senso político, a que V. Ex^a fez várias referências no seu discurso, é a assessoria política, é o sentido político. Se houvessem o senso político e a assessoria política, nós não estaríamos na indigência de hoje. A Maioria responderá a V. Ex^a Agora, V. Ex^a julgou o Presidente da República de dois modos; ontem, o Presidente verbal, o Presidente da República Federativa, magnificamente, naquele parecer daquele homem que vai representar o seu País, nos Estados Unidos, atendendo a um convite. Hoje, V. Ex^a foi nominal; hoje, V. Ex^a foi detalhado, hoje talvez, V. Ex^a tenha sido emocional; talvez, tenha sido injusto. Mas, vamos corrigir porque temos denominadores comuns, e a todos nós só interessa uma coisa: a construção nacional. Nós todos temos no horizonte um signo: a realização e a construção da democracia plena. E esta democracia tem um sentido para nós com data marcada, que é a eleição. Acho que todas essas coisas, precisamos debater, todas essas coisas precisam ser discutidas. Aqueles casuísmos que, na primeira vez, são analisados aqui, são injustificados, muitas vezes não são casuísmos de coisa alguma. Então, vamos abrandar os julgamentos, e V. Ex^a mesmo tem sido brando nos julgamentos, tem sido bondoso nos julgamentos. Então, é assim que vamos construir esta Nação, é assim que vamos construir esta democracia. Aguardo a oportunidade para, relendo essa página magnífica de hoje, dizer, ou tentar dizer alguma coisa sobre aquilo que me pareceu injusto em relação ao comportamento do Presidente João Figueiredo.

O SR. PAULO BROSSARD — Não tenho palavras para agradecer o gentil aparte do nobre Senador Nilo Coelho. Não fosse S. Ex^a pernambucano, a Província que tem dado ao Brasil alguns dos seus melhores homens políticos, talvez pudesse causar surpresa a cordialidade da sua intervenção, e o registro, a explicação que não precisava dar, porque eu só poderia entender a ausência do Senador Jarbas Passarinho como devida a uma causa superveniente e realmente irremovível.

Mas, agradeço o aparte do nobre Senador Nilo Coelho; só ele me daria margem a fazer um discurso, só esse aparte. Quando S. Ex^a fala na indigência política, eu subscrevo, eu também não acredito que alguém chegue a ser político, chegue a ser um estadista, senão através de um longo aprendizado, como não acredito que um alfaiate seja um bom alfaiate senão através de muitos anos de ofício, de trabalho, de análise, de aprendizagem, e assim o encanador, e assim o eletricitista, a bailarina e o cantor. Por que o político haveria de ser diferente? Já se disse que política não se aprende nos livros, se aprende no mundo. E se disse bem, o que não quer dizer que não se aprenda, também, nos livros.

Mas, agora, nobre Senador Nilo Coelho, por que chegamos a essa situação? Quais as causas? Estaríamos nós cuidando de removê-las? Já disse desta tribuna que eu entendia a crise de 63 e 64 como uma seqüela de Estado Novo, e eu disse, desta tribuna, que nós pagaríamos um preço muito maior com o período de anormalidade que se sucedeu a 65, ao Ato-2, exatamente porque era um período mais prolongado, mais violento, mais duradouro, que já tinha encontrado o campo político talado. Mas, eu pergunto, Sr. Presidente, nobre Senador Nilo Coelho, se nós não podemos nos entender em relação a alguns projetos a alguns assuntos e tenhamos que suportar dia após dia a brutalidade dos pacotes que visam declaradamente, confessadamente, despuadoradamente, a assegurar a vitória a um partido ferindo outro partido?

Ainda hoje ouvi um depoimento que achei impressionante e que quero relatar, naturalmente que silenciando o nome do depoente. Dizia-me um colega nosso do Parlamento que, depois de quatro legislaturas, não seria candidato à reeleição porque não tinha tantos milhões de cruzeiros para gastar na eleição. Uma cifra astronômica, embora soubesse onde ela poderia ser obtida. Pelo que sei, isso está se tornando a moeda corrente, senão em todos, na maioria dos Estados. E este Poder que pode tudo através do decurso de pra-

zo, ainda não cogitou disto, de extinguir as causas dessa corrupção que vai viciar o Congresso, o Poder Legislativo Nacional? Até hoje não existe ainda um pensamento a respeito do acesso ao rádio e à televisão. Até hoje não se sabe qual vai ser a reforma a ser feita nesta famigerada Lei Falcão.

O Sr. Marcos Freire — Falam na propaganda paga, Senador!

O SR. PAULO BROSSARD — Já se fala até no acesso ao rádio e à televisão através de pagamento, o que quer dizer que só o miliardário pode chegar à televisão, porque é um instrumento caro, e naturalmente caro. Na televisão, contam-se os segundos. Não sei se aconteceu em outra parte — o depoimento que posso dar é do meu Estado. No Rio Grande do Sul, o acesso ao rádio e à televisão reduziu a influência do poder econômico a um limite suportável. Não vou dizer que tenha excluído, não. Mas o reduziu a limites suportáveis, além de ter elevado o nível do debate político. Pois bem, o que o reinado, a dinastia imperante fez, foi impedir o acesso ao rádio e à televisão, convertendo naquela ridicularia do cinema mudo.

Então, eu me pergunto, Senador Nilo Coelho, será que diante desta realidade não haverá meia dúzia de homens responsáveis, sensatos, experientes, capazes de, de mãos dadas, se for preciso com a esquerda ou com a direita ou com ambas as duas, para que algumas medidas simples, singelas, mas fundamentais, venham a ser tomadas? Esta, a indagação que me faço. Porque, conversando com o Senador Nilo Coelho sempre encontrei um espírito aberto; um homem sensível às realidades. Mas creio que S. Ex^a é uma espécie de Prometeu agrilhado, não tem liberdade, não tem mobilidade para fazer o que talvez desejasse.

Vou encerrar, Sr. Presidente, fazendo uma súplica. Que o nobre Senador Nilo Coelho me diga, para minha tranquilidade, para que as dúvidas não me atormentem a consciência, como se deve entender isto, Sr. Presidente: “Embora não haja encontrado, de parte dos adversários, a resposta que me era lícito esperar”? Qual era a resposta que era lícito esperar à mão estendida? E como é que se compatibilizam as mãos do General Figueiredo com os “pacotes” do General Figueiredo ou, afinal de contas, estaremos assistindo à realização objetiva do verso do poeta paraibano “a mão que afaga é a mesma que apedreja”.

Concluo, Sr. Presidente, dizendo singelamente o seguinte: às vezes, me perguntam, e sempre achei essa pergunta destituída de sentido, se eu atravessaria a praça e iria ao Palácio do Planalto. Que pergunta, Sr. Presidente. A que ponto chegamos, que essa pergunta já tem cabimento! Eu iria uma vez, duas vezes, dez vezes, atravessaria a praça, à luz do dia e a pé, iria. Mas, pergunto, para quê? Iria. Mas pergunto: para quê? Para assistir e continuar assistindo os pacotes serem despejados sobre o Congresso e contra a Oposição?

Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu estarei mal colocando a questão? Tem mais: se eu tivesse atravessado a praça há dois anos, em 1979, e se eu a atravessasse amanhã, em 1982, a reação nacional seria profundamente diferente, nobre Senador Nilo Coelho. Porque em 1979 havia esperança, tinha havido uma mudança no panorama do País; os adversários não eram mais tratados de inimigos e o Presidente dizia, cordialmente, superiormente, que lhes estendia a mão, donde era lícito esperar que podia haver algum entendimento em favor do País, em favor do povo. Três anos depois, qual seria a reação, se eu amanhã fizesse isso, nobre Senador Nilo Coelho? Porque de decepção em decepção, de agrura em agrura, de descabro em descabro, de abuso em abuso, de pacote em pacote, a esperança foi minguando.

Nunca, jamais, a voz da Oposição foi ouvida para alguma coisa, tendo chegado, inclusive, até a este requeinte: se há um projeto tramitando na Casa, no Senado ou na Câmara, e o Governo resolve adotar a medida nele propugnada, o Governo não prestigia o projeto, manda um projeto igual, com prazo fixado, com todos os privilégios que têm os projetos de iniciativa oficial. Chegar a esse ponto, porque eu não tenho outra palavra para empregar e para definir senão esta, o primarismo. Como se o Governo se diminuísse em dizer, pelo seu Líder, que o projeto era bom, a juízo do Governo correspondia a uma necessidade, e que ele daria o seu voto. Será que disso resulta alguma lesão no Governo? Será que ele fica desfalcado de alguma coisa? Não seria um gesto de cortesia normal, regular, curial! Nunca isso aconteceu, nunca se viu, ao contrário do que se tem visto; é exatamente o contrário, o inverso.

Vou dar um exemplo, apenas um exemplo para homenagear um dos nossos colegas mais estimados, Senador Nelson Carneiro. Entre outros Senadores — porque foram seguramente três — S. Ex^a havia apresentado um projeto estabelecendo a revisão periódica dos salários em função do aviltamento da moeda. O projeto mereceu parecer favorável, com substitutivo do Senador Jarbas Passarinho, na Comissão respectiva. Até hoje dorme o Projeto Nelson Carneiro. Ou foi levado logo à tumba!

O Sr. Nelson Carneiro — Foi rejeitado.

O SR. PAULO BROSSARD — Foi rejeitado, exatamente.

Foi levado à sepultura, e algum tempo depois, ou ao mesmo tempo, por esse tempo, o Governo manda o seu projeto. Estou dando apenas um exemplo. Poderia demorar-me horas na tribuna, mencionando fatos, não opiniões, não interpretações, mas fatos.

Mas, Sr. Presidente, devo encerrar. E, se posso dirigir a palavra ao General Figueiredo, e dizer-lhe que lhe aperto a mão direita ou a mão esquerda, se for em favor deste País, se for para o seu progresso, se for para o bem-estar do seu povo, se for para a tranquilidade social, dizendo-lhe isto, faço-lhe, também, uma ponderação: se há coisa incerta, sobre o mundo, é a vida. Se há coisa variável, na vida, são as situações políticas. Até 1º de abril, o mundo era um. Depois de 2 de abril, o mundo passou a ser outro. E não é o mundo lá do Extremo Oriente, é o mundo próximo, é o nosso mundo, é a situação do nosso Continente. Bastou um gesto, o ato de um homem para mudar a situação

mundial, para encher de nuvens negras o horizonte das nações. Um gesto de força, praticado por quem exerce a chefia de um grande Estado sem o voto popular.

O mundo mudou no dia 2 de abril. Assim é a vida; a cada instante estamos nós recebendo surpresas, e enfrentando situações inesperadas.

Lembre-se o General Figueiredo que jamais a Oposição encontrou mão alguma no seu caminho, e fora das palavras expressivamente belas, mas que nunca passaram de palavras, quando a Nação traumatizada por tantos problemas poderia ganhar tanto, com um pouco mais de compreensão daqueles que podem tudo.

Mas, lembre-se que ninguém pode sempre. Ou como disse Octávio Mangabeira: "Ninguém pode tudo, e sobretudo ninguém pode sempre"!

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (*Muito bem! Palmas. O orador é efusivamente cumprimentado.*)